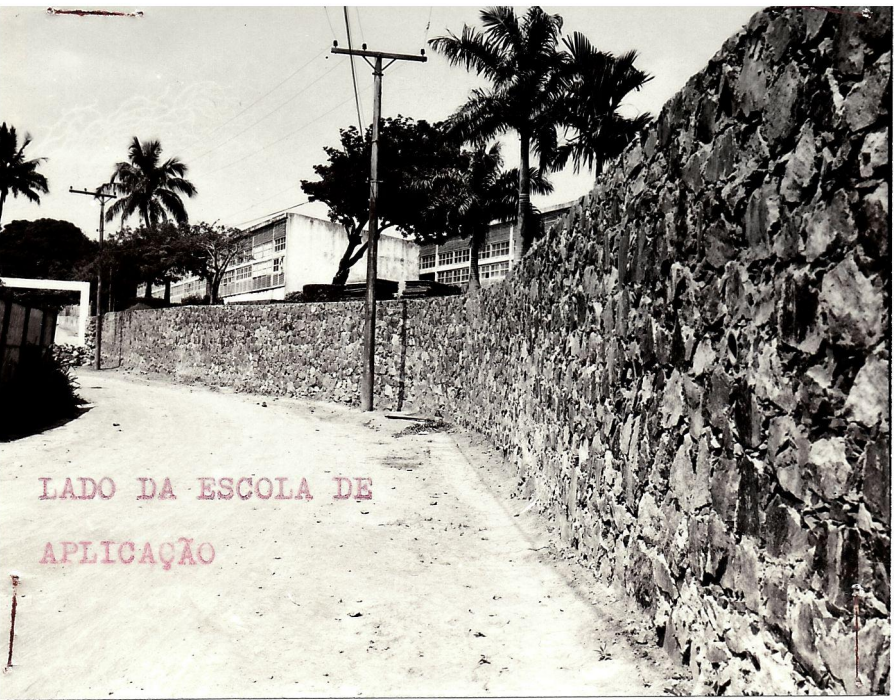




Frente a Escola de Aplicação

Lado da sede
do Centro



A black and white photograph showing a schoolyard. In the foreground, a wide, light-colored dirt or sand path leads from the bottom left towards the center. To the right of the path is a high, rough stone wall made of large, irregular stones. Behind the wall, there are several palm trees and other tropical vegetation. In the background, a long, white, two-story building with many windows is visible. A utility pole with wires stands near the center of the image. The sky is clear and bright.

LADO DA ESCOLA DE
APLICAÇÃO

MEC-INEP

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DA BAHIA

**ASPECTOS
QUALITATIVOS
DO ENSINO
PRIMÁRIO**

Regina Espinheira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DA BAHIA

Estrada de São Lázaro, 197 (Federação)
Salvador - Bahia - Brasil



Agradecemos

ao Diretor do CRPE da Bahia, Sr. Dirvan Silveira Lima Teixeira, cuja compreensão e estímulo possibilitaram a publicação da presente monografia;

ao Prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira, ex-diretor deste Centro, cujo apoio e preciosas sugestões tanto ajudaram à realização dos estudos em que se baseia este trabalho;

às colegas que colaboraram conosco e às auxiliares de pesquisa e datilógrafos, pelo seu esforço e dedicação;

aos delegados escolares, inspetores de ensino, diretores e professores primários que facilitaram nosso trabalho.



Coordenadora da Pesquisa

Profa. Regina Espinheira

Pesquisadores

Profa. Georgina da Silva Oliveira

Profa. Maria Jorgiza Mello

Profa. Regina Maria de Souza

Auxiliares de Pesquisa

Kátia Alves Dias Mattos

Maria Lúcia Fér Farias

Maria Zélia da Silva

Natercia Moreno Cunha

Olga Beatriz Wolf Kamergorodski

Bibliografia

Maria Edith Dias Tavares

Nina Maria Gesteira Duarte

Nilza Maria Gouveia de Santana

Datilografia

Zélia Alves de Oliveira

Maria Bernadete Pires Ribeiro

Preparação gráfica

Luciano Duarte Guimarães

SUMÁRIO DO RELATÓRIO

1. Objetivos da pesquisa
2. Amostra
 - 2.1. Critério de estratificação da amostra
 - 2.2. Determinação dos estratos
 - 2.3. Estratos do interior
 - 2.3.1. Sorteio da amostra do interior
 - 2.4. Estratos da capital
 - 2.4.1. Sorteio da amostra da capital
 - 2.5. Tamanho da amostra
3. Metodologia de trabalho
 - 3.1. Trabalhos de campo
 - 3.1.1. Coleta de dados
 - 3.1.1.1. Instrumentos de coleta
 - 3.1.1.2. Coletores de dados
 - 3.1.1.3. Duração da coleta
 - 3.2. Análise dos dados
4. Resultados
 - 4.1. O Professor
 - 4.1.1. Caracteres gerais
 - 4.1.1.1. Idade e sexo
 - 4.1.1.2. Estado civil e sexo
 - 4.1.1.3. Filhos
 - 4.1.1.4. Status
 - 4.1.1.5. Professores naturais do município onde lecionam
 - 4.1.2. Formação profissional e aspirações
 - 4.1.2.1. Habilitação
 - 4.1.2.2. Experiências de trabalho
 - 4.1.2.3. Tempo de serviço
 - 4.1.2.4. Aspirações. Vocação
 - 4.2. Diretores e Supervisores

- 4.2.1. Caracteres gerais
 - 4.2.1.1. Idade e sexo
 - 4.2.1.2. Estado civil e sexo
 - 4.2.1.3. Filhos
 - 4.2.1.4. Status
- 4.2.2. Formação profissional e aspirações
 - 4.2.2.1. Habilitação
 - 4.2.2.2. Experiências de trabalho
 - 4.2.2.3. Tempo de serviço
 - 4.2.2.4. Aspirações. Vocação
- 4.3. Aspectos do currículo
 - 4.3.1. Organização da escola
 - 4.3.2. Planejamento do curso
 - 4.3.3. Apreciação do processo educativo escolar; perspectivas do professor, do administrador e do supervisor.
 - 4.3.3.1. Objetivos
 - 4.3.3.2. Atividades
 - 4.3.3.3. Relacionamento Escola-Família-Comunidade
 - 4.3.3.4. Problemas defrontados pelo professor
 - 4.3.3.5. Problemas na direção
 - 4.3.3.6. Problemas encontrados na supervisão
 - 4.3.3.7. Fatores de êxito no ensino
 - 4.3.4. Supervisão
 - 4.3.5. Assistência ao escolar
- 4.4. Prédio escolar e equipamentos
 - 4.4.1. O prédio escolar
 - 4.4.1.1. Adequação e estado de conservação
 - 4.4.1.2. Proprietário
 - 4.4.1.3. Valor do aluguel
 - 4.4.1.4. Instalações
 - 4.4.2.1. Equipamentos

5. Conclusões

5.1. Quanto aos professores

- 5.2. Quanto aos diretores e supervisores
 - 5.2.1. Quanto aos diretores
 - 5.2.2. Quanto aos supervisores
- 5.3. Quanto ao currículo
- 5.4. Quanto ao prédio escolar e equipamentos
- 5.5. Confronto de resultados da capital e do interior
 - 5.5.1. Relativo ao inciso 4.1.
 - 5.5.2. Relativo ao inciso 4.2.
 - 5.5.3. Relativo ao inciso 4.3.
 - 5.5.4. Relativo ao inciso 4.4.

ASPECTOS QUALITATIVOS DO ENSINO PRIMÁRIO BAIANO

1. OBJETIVOS

Os altos índices de reprovação e evasão apresentados pela escola primária brasileira têm motivado críticas à sua produtividade.

Entretanto, são escassos os estudos sobre os prováveis fatores subjacentes a tais índices.

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia empreendeu em 1965* uma apreciação de alguns dos fatores que estariam interferindo na escola primária baiana, baseando-se em dados empíricos sobre as condições de funcionamento dos seus estabelecimentos de ensino, em quanto se refere à formação profissional, atitudes e aspirações do professor primário - encarado como força dinamizadora do sistema de ensino e a outros aspectos relevantes para o ensino, estendendo-se até mesmo ao da rede escolar.

Espera-se que o presente trabalho, apesar de suas limitações, decorrentes de sua feição predominantemente descritiva, possa oferecer subsídios para a formulação de hipóteses e assim contribuir para o equacionamento da problemática do ensino.

*Cabe mencionar a razão do retardo na publicação desta monografia. A coordenadora do trabalho afastou-se do CRPE da Bahia durante quatro anos, não chegando a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais, durante esse período de tempo, a redigir o texto dos resultados, ora apresentado.

Em que pesem algumas modificações terem afetado o quadro aqui descrito, elas não terão sido de porte a tornarem-no irreconhecível. Alguma utilidade ainda haverá nesta publicação, permitindo, pelo menos, sua utilização como ponto de referência para estudos sobre o desenvolvimento do ensino baiano nos últimos anos. E finalmente, talvez ele possa oferecer informações úteis para a implantação do ensino do 1º e 2º graus.

2. AMOSTRA

Os dados aqui analisados provêm de uma amostra acidental estratificada, sorteada dentre o total dos municípios existentes no Estado da Bahia no ano de 1960.

Os 336 municípios em que o Estado da Bahia se divide administrativamente estão bem longe de constituir um todo homogêneo. São antes um agregado de elementos diversos, cultural e economicamente falando, de maneira que uma amostra randômica simples iria requerer uma grande representação, demandando o seu estudo muito tempo e dinheiro.

2.1 Para determinação dos estratos, adotou-se o critério da população dos municípios, variável de evidente influência no fato estudado (educação).

Com efeito, se de um lado as grandes concentrações urbanas constituem centros de difusão e expansão da cultura, de outro as comunidades rurais carecem de tal característica.

Não sendo possível atingir-se o requinte de consider-se o índice da densidade demográfica, tomou-se a população do município em 1960, ano em que se realizou o último recenseamento.

Além da representação dos municípios, controlou-se a representação das escolas. Quanto a estas, o critério de determinação de estratos foi o da entidade mantenedora.

2.2 Evitando interferência do arbítrio pessoal, para definição dos estratos determinaram-se os percentís 25 e 75 da distribuição da população dos municípios baianos, no ano considerado (Veja tabela I).

2.3 Fixaram-se três estratos no interior:

1. Municípios com população inferior ao P_{25} (situado em 6.363).

2. Municípios com população entre P_{25} e P_{75} (ou seja de 6.363 a 19.916).

3. Municípios com população superior ao P_{75} .

2.3.1 Determinado o percentual de cada estrato do

T A B E L A I
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA*
ANO DE 1960

População	ni	Ni
100 mil e mais	2	336
99.999 - 90 mil	-	
89.999 - 80 mil	2	334
79.999 - 70 mil	2	332
69.999 - 60 mil	1	330
59.999 - 50 mil	1	329
49.999 - 40 mil	5	328
39.999 - 30 mil	17	323
29.999 - 20 mil	53	306
19.999 - 10 mil	121	253
9.999 - 0	132	132

$$P_{25} = 6.363$$

$$P_{75} = 19.917$$

*Fonte: IBGE-CNE - Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia.

interior (Veja tabela II), sorteou-se, em cada um, uma amostra de tamanho proporcional à sua magnitude no universo.

Motivos alheios à vontade da pesquisadora interferiram na realização dos trabalhos de campo, de maneira que a amostra obtida ficou menor que a sorteada.

A tabela II mostra as representações de cada estrato do interior no universo e na amostra, em números absolutos e percentuais.

A representação dos vários estratos constitui uma amostra se não perfeita, ao menos satisfatória, do ponto de vista da proporcionalidade, conforme se verifica na coluna "Amostra (% sobre estrato)" da referida tabela II. (Note-se que os percentuais foram calculados sobre 335, considerando-se a capital do Estado à parte). O maior estrato, " P_{25} a P_{75} ", representa 63% do universo, seguindo-o o que abrange municípios de população acima de P_{75} , com 25% de frequência. O menor estrato é o de municípios situados abaixo de P_{25} - 12% do universo. Na amostra de 37 municípios, há 14% deles no estrato "Abaixo P_{25} ", 59% no " P_{25} a P_{75} " e 27% no estra

to "Acima de P_{75} ". A última coluna da referida tabela II apresenta configuração dos percentuais de cada estrato da amostra em função do estrato no universo, verificando-se que a amostra total constitui cerca de 11% do universo. Ainda que esse não seja tamanho ideal de amostra, essa limitação está compensada pela proporcionalidade dos estratos, assegurando a representatividade da amostra estudada.

T A B E L A II
COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DE MUNICÍPIOS DO INTERIOR

Estrato	Municípios existentes em 1965		A m o s t r a		
	N*	% sobre universo (interior)	N	%	% sobre estrato no universo
Abaixo P_{25}	41	12%	5	14%	12%
P_{25} a P_{75}	211	63%	22	59%	10%
Acima P_{75}	83	25%	10	27%	12%
TOTAL	335	100%	37	100%	11%

* Exclui-se o município da capital

Finalmente sortearam-se cerca de 20% das escolas de cada entidade mantenedora, em cada município da amostra, utilizando as relações de escolas fornecidas pelas delegadas escolares (escolas estaduais, particulares e de convênio) e pelos prefeitos (escolas municipais). Veja-se a tabela III. Sorteou-se, ainda, uma amostra suplementar, (cerca de 1/4 do N da amostra) para substituir as escolas que porventura se encontrassem vagas.

2.4 Com relação à amostra da capital, adotou-se o seguinte procedimento: uma vez obtidas as relações de escolas existentes na capital, as mesmas foram estratificadas segundo a combinação dos critérios de:

Localização: Urbanas e Suburbanas

Entidade Mantenedora: Estaduais, Municipais e Par-

ticulares, assim como aquelas existentes sob Convênio Municipal e Estadual.

T A B E L A I I I
AMOSTRA DE ESCOLAS E ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO NO INTERIOR

Estrato, segundo população em 1960	Escolas em funcionamento em 1965		A m o s t r a		
	N*	% do estrato s/ universo	N	%	% s/estrato no universo
Abaixo P ₂₅	100	6	23	6	23
P ₂₅ a P ₇₅	570	32	127	35	22
Acima P ₇₅	1.107	62	219	59	20
TOTAL	1.777 (N)	100	369	100	21

*Fontes: Dados fornecidos pelos Delegados Escolares e Prefeitos dos Municípios.

2.4.1 Para a escolha da amostra de escolas da capital, foi tomado como critério o sorteio de cerca de 20% de cada estrato. Não foi sorteada amostra suplementar para a capital; as necessárias substituições foram feitas dentro da mesma categoria de escola (Tabelas IV e IVa). Como se descreveu, a organização dos estratos diferiu um pouco entre interior e capital. Pareceu necessário na última a caracterização pelos dois critérios referidos. A diferença de critérios não parece inconveniente, uma vez que os resultados (capital e interior) são apresentados sempre à parte (não foram somados).

2.5. Em cada escola, obtido o total dos professores em exercício, foi aplicado o questionário a 20% dos seus professores. Por este critério, obteve-se de cada tipo de professor considerado (professor de escola isolada e professor de grupo escolar) a amostra constante da tabela V. A cada diretor de escola incluído na amostra foi aplicado o respectivo questionário, assim como aos delegados, supervisores e inspetores existentes em cada município.

T A B E L A IV

AMOSTRA DE ESCOLAS E ESCOLAS EM FUNCIONAMENTO
NA CAPITAL, SEGUNDO A ENTIDADE MANTENEDORA

Entidade mantenedora	Escolas em funcio namento em 1965		A m o s t r a		
	N*	%	N	%	% sobre estrato no universo
Estadual	320	43	56	42	17
Municipal	134	18	19	14	14
Particular	293	39	59	44	20
TOTAL	747	100	134	100	18

*Fontes: Dados fornecidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e pela Secretaria Municipal de Educação.

T A B E L A IVa

AMOSTRA DE ESCOLAS DA CAPITAL, SEGUNDO LOCALIZAÇÃO E ENTIDA
DE MANTENEDORA. PORCENTAGEM SOBRE OS ESTRATOS

Tipo	N*	Amostra	% sobre o estrato
E.U.	273	50	18
E.S.	47	6	13
M.U.	116	16	14
M.S.	18	3	17
P.U.	275	55	20
P.S.	18	4	22
TOTAL	747	134	18

*Fontes: Dados fornecidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia e pela Secretaria Municipal de Educação.

T A B E L A V

NÚMEROS DE INFORMANTES
a) PROFESSORES PRIMÁRIOS DO INTERIOR

Tipo de Professor	E s t r a t o			T o t a l
	Ab P ₂₅	P ₂₅ a P ₇₅	Acima P ₇₅	
P E I	23	119	240	382
P G E	14	88	95	197

b) PROFESSORES PRIMÁRIOS DA CAPITAL

Tipo de Professor	E s t r a t o		T o t a l
	URB	SUB	
P E I	47	4	51
P G E	174	17	191

c) SUPERVISORES DO INTERIOR

Estrato	Nº de informantes
Abaixo P ₂₅	4
P ₂₅ a P ₇₅	20
Acima P ₇₅	14
TOTAL	38

d) SUPERVISORES DA CAPITAL

Nº de informantes - 22

e) DIRETORES DO INTERIOR

Estrato	Nº de informantes
Abaixo P ₂₅	1
P ₂₅ a P ₇₅	13
Acima P ₇₅	8
TOTAL	22

f) DIRETORES DA CAPITAL

Estrato	Nº de informantes
E.U.	36
E.S.	5
M.U.	7
M.S.	1
P.U.	31
P.S.	3
TOTAL	83

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1. Trabalhos de campo

3.1.1. Coleta de dados

3.1.1.1. Instrumentos de coleta

Para a coleta dos dados, utilizaram-se quatro tipos de questionários (Veja-se Anexo 1). Um para os professores de escolas isoladas, outro para os professores de grupos escolares, um terceiro tipo para diretores de grupos escolares e finalmente um quarto, para delegados, inspetores e supervisores de ensino.

Basicamente os questionários abordam os mesmos problemas mas, em razão da natureza da função desempenhada pelo informante, houve necessidade de adaptar algumas questões para certos tipos de questionários e de eliminar outras, inadequadas. (Veja-se Anexo 1).

Os questionários foram testados em setembro do ano de 1965, numa aplicação experimental realizada em 25 escolas da capital. Além disso, aproveitando-se a realização do curso de treinamento para os professores leigos, promovido pela Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do CRPE da Bahia, eles foram aplicados também aos alunos desse curso, para avaliar como os professores leigos dos municípios do interior reagiriam ao instrumento de coleta. Após uma análise das respostas obtidas na aplicação experimental, algumas questões foram reformuladas e outras acrescentadas ou excluídas.

3.1.1.2 Coletores de dados

Os questionários foram distribuídos e recolhidos pelos delegados escolares e por professores primários onde houve impossibilidade dos primeiros executarem o trabalho.

3.1.1.3 Duração da coleta

Os trabalhos de campo iniciaram-se em agosto de 1965 e terminaram em junho de 1966.

3.2. Apuração de dados

Foi feita pelos processos convencionais, através de codificação, tabulação e elaboração de tabelas de resultados, trabalhos esses realizados pelos funcionários da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CRPE da Bahia.

4. RESULTADOS

Uma leitura superficial dos resultados desta monografia pode gerar a impressão de que nada mais se fez do que voltar a assuntos do pleno conhecimento não só dos técnicos em educação, como dos leigos.

Entretanto, se nossos problemas educacionais são assim contundentes, a ponto de ferir a sensibilidade dos leigos, sua colocação por esses não tem a precisão necessária para a penetração na realidade original.

Salientou-se a limitação desta monografia, desprezível por força de sua feição meramente descritiva e restrita à abordagem de aspectos passíveis de investigação por meio da aplicação de questionários, instrumento de coleta de precisão relativa, mas mesmo assim valioso, pela massa de informações que permite obter-se. Acredita-se entretanto que esta publicação poderá despertar interesse, fonte que é de informações sobre a natureza e a dimensão de muitos problemas que atingem a educação primária.

N. B. Cumpre salientar que:

- as tabelas apresentam os percentuais dos resultados encontrados em números inteiros, tendo-se observado rigorosamente as regras de aproximação de decimais;

- visando a maior precisão, os casos sem informações foram considerados para o cálculo dos percentuais;

- conforme convenção adotada em estatística, 0 (zero) nas tabelas de resultados do presente trabalho representa percentual ínfimo (menor que 1%). A inexistência de valor é representada pelo sinal -.

4.1. O professor

É de particular importância para os objetivos deste estudo a apreciação do professor primário baiano. Com efeito, o mestre condiciona a qualidade do ensino. E mais: sua influência não é temporária, restrita ao período de convívio com a classe, mas persiste na vida adulta de seus ex-

alunos. Grandes homens têm reconhecido ter sido um dos seus mestres que os incentivou a empenhar o melhor de suas aptidões e entusiasmo em sua atividade, em busca apaixonada do significado da vida e da auto-realização.

Os resultados sobre o professor estão discriminados segundo o tipo de escola onde eles lecionavam fosse escola isolada ou grupo escolar.

Optou-se por essa forma de apresentar os resultados em virtude de admitir-se o pressuposto de que entre os professores primários das escolas isoladas e os dos grupos escolares há distância marcante quanto à proficiência e nível cultural, devido ao fato de elevado percentual dos primeiros ser de regentes leigos, muitos dos quais sem o curso primário completo.

4.1.1. Caracteres gerais

4.1.1.1. Idade e Sexo

A distribuição dos professores por idade e segundo o sexo apresenta predominância generalizada da faixa etária de 20 a 29 anos na capital e no interior em ambos os tipos de escolas (escola isolada e grupo escolar), variando os resultados de 45% a 60% na faixa apontada.

A menor concentração por idade encontra-se no grupo de menos de 20 anos, em todos os casos considerados.

As pequenas percentagens encontradas de professores do sexo masculino contrariam ligeiramente o quadro descrito; como se vê na tabela VI, os raros professores homens situam-se em maior número na faixa de 30 a 39 anos.

A dominância de mulheres, quanto ao aspecto numérico, no magistério primário do país, vem sendo confirmada pelos números censitários e estudos por amostragem que até aqui se têm procedido (No ano de 1964, em que se realizou o censo escolar, havia na Bahia cerca de 6% de professores primários do sexo feminino).

As taxas percentuais de mulheres que exercem o magistério primário na Bahia encontradas na amostra confirmam plenamente o tradicional e flagrante quase monopólio da pro

T A B E L A VI

4.1.1.1. IDADE DOS PROFESSORES, SEGUNDO O SEXO

IDADE	S E X O															
	CAPITAL								INTERIOR							
	P E I				P G E				P E I				P G E			
	Sem Inf.	M	F	T	Sem Inf.	M	F	T	Sem Inf.	M	F	T	Sem Inf.	M	F	T
Menos de 20 anos	-	-	4	4	-	-	2	2	1	0	8	9	1	-	3	4
20 a 29 anos	2	-	43	45	2	-	51	53	1	1	45	47	-	1	59	60
30 a 39 anos	-	4	14	18	0	2	19	21	0	2	24	26	-	1	24	25
40 anos e mais	-	4	17	21	-	0	13	13	-	2	9	11	-	0	9	9
Sem informação	4	-	8	12	3	-	8	11	4	-	3	7	1	-	1	2
TOTAL	6	8	86	100	5	2	93	100	6	5	89	100	2	2	96	100

fissão, pelo sexo feminino. Essa tendência parece estar-se acentuando. A quase inexistência de professores primários do sexo masculino de menos de 30 anos revela a ausência de novos ingressos de rapazes na carreira.

O consenso da comunidade se inclina a conceituar a profissão do magistério primário como mais adequada para a mulher. Não será esta, porém, a única razão da fuga dos rapazes do campo profissional da escola primária. Tudo faz acreditar que, ao lado do preconceito referido, a posição desvantajosa da carreira, em confronto ao "status" que outras conferem aos que a desempenham, afugenta alguns jovens rapazes porventura interessados em tal ocupação.

Por outro lado, aos preconceitos aludidos somam-se o reduzido número de horas diárias de trabalho e férias mais longas, aumentando o atrativo da profissão para as mulheres.

Luis Pereira, em seu estudo "O Professor Primário Metropolitano" aprofunda-se nas motivações que determinam o caso particular de divisão sexual do trabalho em cogitação e classifica em dois tipos os argumentos justificadores da maior adequação do magistério primário ao sexo feminino - traços de personalidade e fatores extrínsecos ou, em outras palavras, ainda do autor citado, fatores que envolvem a dinâmica do sistema escolar e aspectos do magistério visto como profissão: salário reduzido e baixo "status" ocupacional, entre outros.

4.1.1.2 Estado Civil e Sexo

Deparamos na tabela VII, relativa ao estado civil segundo o sexo dos professores, com percentagens mais elevadas de solteiros - cerca de metade da distribuição em três dos grupos considerados, valor que se apresenta um pouco mais elevado entre os professores de grupos escolares da capital. Calculando-se a taxa média de professoras solteiras, para o interior encontramos 48% e para a capital, 53%*

* O Censo de 1960 apresenta a taxa de 28% de mulheres solteiras no país, segundo os valores da tabela b, pag. 36 do Anuário Estatístico do Brasil, 1965, I.B.G.E.

T A B E L A V I I
4.1.1.2. ESTADO CIVIL DOS PROFESSORES, SEGUNDO O SEXO

ESTADO CIVIL	S E X O															
	CAPITAL								INTERIOR							
	P E I				P G E				P E I				P G E			
	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T
Solteiro	-	4	49	53	2	0	57	59	2	2	44	48	1	1	52	54
Casado	-	4	29	33	-	2	31	33	2	2	38	42	1	1	43	45
Viuvo	-	-	6	6	-	-	2	2	-	1	3	4	-	-	1	1
Desquitado	-	-	-	-	-	-	1	1	0	0	1	1	-	-	0	0
Sem informação	6	-	2	8	3	-	2	5	2	-	3	5	-	-	-	-
TOTAL	6	8	86	100	5	2	93	100	6	5	89	100	2	2	96	100

Uma análise mais cuidadosa revela que as pequenas percentagens de professores do sexo masculino contrariam a característica citada como dominante. A elevada proporção de professoras primárias solteiras talvez se explique pela seguinte hipótese - a proporção que contraíssem matrimônio, uma certa porção delas deixaria o magistério, não achando compensador, financeiramente, ocupar em tal mister as horas de lazer que os afazeres domésticos lhes deixam diariamente.

Optariam essas desistentes do magistério primário à época do seu casamento por permanecerem exclusivamente no lar, ou pela alternativa de procurarem outra ocupação, melhor remunerada, que lhes permitisse oferecer maior contribuição para as despesas do casal. Aliás, é fato geralmente verificado nos sistemas urbano-industriais mais desenvolvidos, o menor contingente de mulheres casadas que de solteiras entre a população economicamente ativa.

Luís Pereira, na monografia já citada, registrou uma taxa percentual de 49,7% de professoras primárias casadas contra 46,0% de solteiras e 4,3% de viúvas e desquitadas. As pequenas divergências entre os números encontrados na Bahia e São Paulo estarão, talvez, relacionada com o grau mais elevado de tradicionalismo na classe média baiana do que na sua correspondente paulista. Aqui, o cônjuge seria mais resistente para aceitar que sua esposa trabalhasse fora do lar. Também é possível que o fenômeno discutido decorra do seguinte: sendo melhores que na Bahia os salários pagos em São Paulo aos professores primários, eles teriam ali maior poder de fixar no magistério as mulheres que contraíssem matrimônio.

4.1.1.3. Filhos

A proporção de professores primários com filhos é bem inferior à dos que não os têm, (mais da metade da distribuição) em qualquer dos grupos considerados, na capital como no interior. É de 2 filhos a taxa mais elevada entre os que os têm, sendo muito baixa a percentagem dos que têm número superior a 3 filhos, na capital.

O percentual de professores do interior com prole acima desse limite é aproximadamente o dobro do da capital, distribuição bem de acordo com as características demográficas das grandes cidades e das representações urbanas menores e de localidades rurais (Veja-se a tabela VIII).

4.1.1.4. Status ³ do professor

A dominância numérica das mulheres no magistério primário, confirmada neste estudo como já foi visto, permite admitir-se ser o "status" dos que exercem o magistério primário um "status" reflexo, ou seja, aquele em que se situa o pai da professora (se solteira) - "status" herdado, portanto, ou o seu marido, quando casada - "status" adquirido. É ponto passivo em sociologia que no contexto das sociedades ocidentais civilizadas modernas o "status" do chefe de família define, de um modo geral, o dos seus membros. Há veras exceções - mulheres de notáveis aptidões, ascendem a uma posição social de preeminência em relação à de seu pai ou de seu marido, de "status" inferior, mas serão apenas exceções - se bem que cada dia menos raras.

Entretanto, como o que aqui se pretende é caracterizar o magistério primário de modo geral, e tendo em vista as cifras de mulheres que o desempenham serem as mais altas, procurou-se determinar a escala hierárquica das ocupações dos pais e dos cônjuges dos professores.

Para a determinação do status desses membros das famílias dos professores, foram os mesmos classificados segundo a escala ocupacional proposta por B. Hutchinson ⁴, a qual abrange as seguintes categorias:

³ O termo "status" é usado neste estudo no conceito estabelecido por Donald Pierson in "Teoria e Pesquisa em Sociologia", Edições Melhoramentos, 5a. edição. "Status" - "Posição do indivíduo no grupo ou dum grupo noutro maior de que faça parte, determinada pelas relações com todos os seus membros".

⁴ Hutchinson, Bertram, Mobilidade e Trabalho CBPE-INEP-MEC - Rio de Janeiro, 1960.

T A B E L A VIII

4.1.1.3. NÚMERO DE FILHOS DOS PROFESSORES

NÚMERO DE FILHOS	EXISTÊNCIA DE FILHOS															
	CAPITAL								INTERIOR							
	PEI				PGE				PEI				PGE			
	Sem inf	Tem	Não tem	T	Sem inf	Tem	Não tem	T	Sem inf	Tem	Não tem	T	Sem inf	Tem	Não tem	T
1 filho	-	10	-	10	-	7	-	7	-	5	-	5	-	9	-	9
2 filhos	-	14	-	14	-	10	-	10	-	8	-	8	-	11	-	11
3 filhos	-	8	-	8	-	7	-	7	-	8	-	8	-	6	-	6
4 filhos	-	2	-	2	-	3	-	3	-	6	-	6	-	7	-	7
5 filhos	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	2	-	3	-	3
6 filhos	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3	-	3	-	3	-	3
7 filhos	-	2	-	2	-	-	-	-	-	2	-	2	-	0	-	0
8 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
9 filhos	-	1	-	1	-	-	-	-	-	0	-	0	-	0	-	0
10 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
12 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-
13 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-
Não tem filho	-	-	53	53	-	-	64	64	-	-	56	56	-	-	56	56
Sem informação	8	-	-	8	5	1	-	6	7	1	-	8	4	1	-	5
TOTAL	8	39	53	100	5	31	64	100	7	37	56	100	4	40	56	100

1 - Ocupações manuais semi-especializadas e não especializadas.

2 - Ocupações manuais especializadas e cargos de rotina não manuais.

3 - Posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais.

4 - Altas posições de supervisão, inspeção e outras ocupações não manuais.

5 - Cargos de gerência e direção.

6 - Profissões liberais e altos cargos administrativos.

A essa escala acrescentaram-se duas categorias, por força das características encontradas no grupo estudado - a dos que vivem de renda e a dos desempregados. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (INEP-MEC), bem como os diversos Centros Regionais vêm utilizando com proveito a referida escala em diversas monografias e, por essa razão, a elegemos.

Tal escala baseia-se na correspondência entre o prestígio social desfrutado pelas ocupações e sua classificação por nível econômico, uma vez que às ocupações de maior prestígio são oferecidas remunerações de nível alto, enquanto às aquelas de menor prestígio são atribuídos níveis salariais baixos.

Fica estabelecido que neste trabalho, na apuração da classe social do professor, quando se trata do "status" do indivíduo no grupo considera-se o seu "status" reflexo (em conformidade com as conceituações e argumentações anteriormente referidas).

Cogitando porém do "status" do magistério na escala de prestígio social das ocupações, será considerado particularmente o seu nível salarial. As dimensões em que o assunto se enquadra - a de um capítulo - não comportam apreciações mais rigorosas.

A distribuição dos professores segundo a ocupação do pai à época do ingresso no magistério, apresentada na ta

bela IX, revela que em três dos grupos considerados a maior porção de professores primários provém de famílias cujo chefe (o pai) exercia ocupações não manuais de alto padrão, trabalhando por conta própria com empregados, ocupações essas situadas em quarto lugar entre seis, na ordem crescente da escala adotada. Eis aí mais uma vez comprovadas as conclusões de numerosos estudos sobre classe social dos professores primários, sempre situados, nas distribuições de resultados, na classe média. O trabalho por conta própria denota autonomia, espírito de iniciativa, característica marcante da classe média, na sua luta pela elevação de "status". E a particularidade de ter empregados corresponde a volume de produção significativa, a ponto de permitir pagar salários a terceiros.

Os professores de escolas isoladas do interior, diversamente dos outros três grupos de professores, procedem em maior número de pais com ocupação do mais baixo nível da escala adotada. A explicação parece óbvia: lecionam em escolas isoladas municipais os regentes não diplomados, os chamados professores leigos, com predominância numérica no interior do Estado da Bahia. O baixo nível de instrução desses professores - nem sempre o de primário completo - há de ter relação com o baixo "status" de sua família.

Merece ainda referência especial ascender a 51% a percentagem dos professores dos grupos escolares do interior (professores diplomados) cujos pais tinham ocupação não manual de alto padrão, categoria predominante nas distribuições da capital, porém em proporções bem menores. No interior o mercado de trabalho é mais restrito, não oferecendo muitas oportunidades para a mulher de classe média (ou superior) que pretender engajar-se em atividades fora do lar. O magistério absorve a parte maior da população feminina daquela classe que aspira trabalhar, preterindo, a mais das vezes, as candidatas de classes sociais mais baixas, que não desfrutam de prestígio para obter o cargo. Concursos para o magistério público nem sempre se realizam; e não havendo

TABELA IX

4.1.1.4. OCUPAÇÃO DO PAI À ÉPOCA DO INGRESSO DO PROFESSOR NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

OCUPAÇÃO DO PAI	CAPITAL												INTERIOR											
	POSIÇÃO HIERÁRQUICA DA OCUPAÇÃO												POSIÇÃO HIERÁRQUICA DA OCUPAÇÃO											
	a) PEI						b) PGE						a) PEI						b) PGE					
	Sem infor- mação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta p. com emp.	Trab. conta p. sem emp.	Total	Sem infor- mação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta p. com emp.	Trab. conta p. sem emp.	Total	Sem infor- mação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta p. com emp.	Trab. conta p. sem emp.	Total	Sem infor- mação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta p. com emp.	Trab. conta p. sem emp.	Total
Semi-habilidades manuais e sem ha- bilidades manuais	-	-	-	2	4	6	0	2	-	-	2	4	10	3	1	11	7	32	4	1	-	4	-	9
Habilidades manuais	2	6	2	8	2	20	3	2	1	1	3	10	3	1	1	3	2	10	3	1	1	2	5	12
Inspeção, supervisão e outras ocu- pações não manuais padrão inferior	4	-	-	2	-	6	5	3	1	5	1	15	1	1	0	2	3	7	2	1	1	0	3	7
Inspeção, supervisão e outras ocu- pações não manuais de alto padrão	11	-	8	2	4	25	13	4	6	10	5	38	6	2	2	6	6	22	12	-	10	16	13	51
Dirigentes e Executivos	4	4	-	2	-	10	1	1	0	1	-	3	0	1	1	-	-	2	1	-	-	0	-	1
Profissionais e administradores	2	-	-	-	-	2	2	0	1	2	1	6	1	1	-	-	-	2	1	-	1	1	0	3
Vive de renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	1
Sem informação	17	2	-	4	8	31	17	1	3	2	1	24	18	1	0	3	3	25	7	0	1	5	3	16
TOTAL	40	12	10	20	18	100	41	13	12	21	13	100	39	10	5	25	21	100	31	3	14	28	24	100

concurso, consegue mais facilmente o lugar quem tem mais prestígio social e político ...

São pequenas as percentagens de pais, conforme a tabela IX, que se colocam nos escalões ocupacionais mais elevados, verificando-se certa oscilação de resultados entre os vários grupos de professores e superioridade das taxas relativas aos professores da capital.

Quanto às percentagens de mães de professores primários que trabalhavam à época da coleta de dados ou que haviam trabalhado anteriormente, objeto da tabela X, os valores encontrados na capital são muito superiores àqueles relativos ao interior. Na primeira eles foram da ordem de 23% nas escolas isoladas e de 17% nos grupos escolares. No último, desceram a 6% e 12%, respectivamente. Calculada a percentagem média, temos 20% para capital e 9% para interior. A oscilação de resultados registrada no interior possivelmente diz respeito à classe social inferior de que provêm os professores leigos, classe em que raramente as mulheres têm qualquer habilitação para ocupações de escritório, quase as únicas oferecidas à mulher em tais regiões. Indústrias são ainda bem escassas nas regiões interioranas para absorver a mão de obra de mulheres de baixa instrução, quais não de ser em geral, por certo, as mães das professoras leigas. Na capital não há diferenças notáveis entre as percentagens de mães de professores que trabalham, nos dois tipos de escolas.

As taxas de mães que não trabalham são as mais altas em todos os grupos estudados.

A leitura da tabela XI nos leva a concluir que de modo geral o professor primário se casa dentro de sua classe social.

A distribuição das ocupações dos cônjuges dos professores primários (tabela XI) apresenta, como a dos seus pais, maior concentração nas ocupações não manuais de alto padrão. Essa concentração, como ocorreu com a ocupação dos pais (tabela IX), é mais densa entre os casos relativos aos

T A B E L A X
4.1.1.4 MÃES DE PROFESSORES QUE TRABALHAM

Trabalho das mães	C A P I T A L								I N T E R I O R							
	a) P E I				b) P G E				a) P E I				b) P G E			
	Sem Inf	Trab	Não Trab	T	Sem Inf.	Trab	Não Trab	T	Sem Inf.	Trab	Não Trab	T	Sem Inf.	Trab	Não Trab	T
	10	23	67	100	7	17	76	100	11	6	83	100	4	12	84	100

4.1.1.4. OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE

OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE	CAPITAL												INTERIOR															
	a) PEI						b) PGE						a) PEI						b) PGE									
	POSIÇÃO HIERÁRQUICA						DA OCUPAÇÃO						POSIÇÃO HIERÁRQUICA						DA OCUPAÇÃO									
	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. p/ conta pr. com emp.	Trab. p/ conta pr. sem emp.	Não se aplica	Total	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. p/ conta pr. com emp.	Trab. p/ conta pr. sem emp.	Não se aplica	Total	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. p/ conta pr. com emp.	Trab. p/ conta pr. sem emp.	Não se aplica	Total	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. p/ conta pr. com emp.	Trab. p/ conta pr. sem emp.	Não se aplica	Total
Semi-habilidades manuais e sem habilidades manuais	-	2	-	-	-	-	2	-	-	0	-	0	-	0	4	1	0	8	1	-	14	1	-	-	1	-	3	
Habilidade manual	-	2	2	4	-	-	8	-	2	-	1	-	-	3	1	1	0	4	1	-	7	-	0	2	1	1	4	
Inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais, padrão inferior	2	4	2	-	2	-	10	1	6	1	1	-	-	9	1	1	-	2	0	-	4	1	1	1	3	1	7	
Inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais de alto padrão	-	4	6	-	-	-	10	1	5	7	1	4	-	18	3	1	3	3	-	-	10	3	1	8	7	6	25	
Dirigentes e executivos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0	-	1	-	-	-	1	-	0	1	1	-	2	
Profissionais e administradores	-	-	-	-	-	-	-	0	2	1	1	-	-	4	0	-	0	1	-	-	1	0	1	0	1	-	2	
Vive de renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sem emprego	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Não se aplica *	-	-	-	-	-	49	49	-	-	-	-	-	59	59	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	
Sem informação	15	-	4	-	-	-	19	3	0	2	-	1	-	6	10	1	1	0	-	-	49	49	-	-	-	52	52	
TOTAL	19	12	14	4	2	49	100	5	16	11	4	5	59	100	19	5	5	19	2	50	100	9	4	12	14	9	52	100

* "Não se aplica", não coincide com "solteiros" da tabela VII, pois os informantes que responderam "casado" ou "viúvo" nem sempre casaram civilmente.

professores de grupos escolares. Supomos serem válidos aqui, como no caso anterior, os argumentos apresentados à guisa de explicação para o fenômeno. Num aspecto, porém, a ocupação do cônjuge difere da do pai do professor, na capital. Enquanto os pais trabalham a mais das vezes por conta própria com empregados, os cônjuges, em maior percentagem, não têm autonomia em sua ocupação. São funcionários públicos ou empregados.

No interior mantem-se entre os cônjuges a predominância de ocupações por conta própria, com empregados.

O nível de ocupação mais baixo mostra na tabela XI valores ínfimos ou muito baixos, à exceção dos resultados concernentes aos professores de escolas isoladas (14%), novamente ratificando a plausibilidade das explicações aventadas quanto ao "status" herdado e do cônjuge dos professores leigos.

O confronto das tabelas IX e XI põe ainda em foco que há maior percentagem de professores de elevado "status" herdado (do pai) do que de elevado "status" adquirido pelo casamento.

O cálculo de percentagem média para os dois níveis de ocupações mais elevados foram: para "status" herdado cerca de 5% na capital e 2% no interior e para o "status" adquirido pelo casamento, de aproximadamente 1% para a capital e 1,5% para o interior. Estará o "status" do magistério primário em processo de mobilidade descendente? Fica em aberto a questão, que poderá servir de hipótese em estudos posteriores.

Parece-nos que o indício ressaltado justificaria maiores indagações a respeito, também requeridas pelo êxodo contínuo do magistério primário praticado pelos seus componentes mais aptos, os quais empreendem estudos superiores e ao concluí-los abandonam sua primitiva ocupação.

A tabela XII, relativa ao salário do professor primário, patenteia a procedência da queixa da classe de perceber salários muito baixos.

No ano de 1965 o salário mínimo mensal para o Estado da Bahia era da ordem de Cr\$51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos cruzeiros) para a capital e municípios do interior pertencentes à 1a. sub-região da 12a. região (região de nível salarial) e de Cr\$39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos cruzeiros) para os demais municípios do interior*.

Pela distribuição da tabela XII concluiu-se que a percentagem média dos professores da capital que percebiam cerca de dois salários mínimos foi de 10% apenas.

Na distribuição de percentagens apresentada na tabela XII verifica-se flutuação nos níveis de salários mais frequentes dos professores primários, ao compararem-se os quatro tipos de escolas distinguidos na amostra.

Na capital as percentagens mais elevadas recaíram sobre a classe de Cr\$80.000,00 a Cr\$99.999,99, atingindo 29% nas escolas isoladas e 48% nos grupos escolares. No interior manteve-se essa predominância, com taxas superiores às da capital, nos grupos escolares (65% e 50%). Explica-se que essa preponderância tenha ocorrido na classe imediatamente inferior à que inclui o vencimento inicial do professor primário estadual, em razão dos descontos que recaem sobre os ditos vencimentos. Entretanto, nas escolas isoladas do interior a maior concentração de valores ocorreu em níveis inferiores de salários, da ordem de Cr\$40.000,00 a Cr\$59.999,99 nos municípios pertencentes à 1a. sub-região (salário mínimo da ordem de Cr\$51.600,00) e de menos de Cr\$20.000,00 (56%) nos municípios da 2a. sub-região (salário mínimo de Cr\$39.600,00). Nas faixas de salários de Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99 e de Cr\$200.000,00 e mais, as percentagens encontradas na capital superaram, com grande diferença, as relativas às duas sub-regiões no interior.

São explicáveis as oscilações apontadas. Quanto à inferioridade das taxas relativas às escolas isoladas, a ra

* Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1965.

T A B E L A XII

4.1.1.4 SALÁRIO MENSAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO

S A L Á R I O	CAPITAL		INTERIOR			
	1a. Sub-região		1a. sub-região	2a. sub-região	1a. sub-região	2a. sub-região
	P E I	P G E	P E I	P E I	P G E	P G E
Menos de Cr\$20.000,00	4	1	13	56	2	1
Cr\$20.000,00 a Cr\$39.999,99	4	4	13	3	2	2
Cr\$40.000,00 a Cr\$59.999,99	20	13	41	8	13	18
Cr\$60.000,00 a Cr\$79.999,99	21	13	13	1	13	4
Cr\$80.000,00 a Cr\$99.999,99* ¹	29	48	13	22	65	50
Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99* ²	10	10	1	2	-	8
Cr\$200.000,00 e mais	2	-	-	-	-	-
Sem informação	10	11	6	8	5	17
TOTAL	100	100	100	100	100	100

*¹ Faixa onde se insere a quantia correspondente a 2 salários mínimos da 2a. Sub-Região

*² Faixa onde se insere a quantia correspondente a 2 salários mínimos da 1a. Sub-Região

ção é óbvia. Tais escolas são regidas, em sua quase totalidade, por leigos, que recebem salários reduzidos. Que na segunda sub-região os salários altos sejam menos frequentes, também se encontra facilmente a razão, pois sendo ali mais baixo o salário mínimo, igualmente mais baixos se tornam os salários dos professores das escolas particulares e municipais. Finalmente, que a taxa dos grupos escolares da capital deparada na amostra seja inferior à dos grupos escolares do interior, justifica-se pelo grande número de estabelecimentos particulares existentes em Salvador pagarem a seus professores, de modo geral, salários inferiores aos estabelecimentos de ensino primário estaduais, únicos que funcionam na maioria dos municípios interioranos.

É importante destacar que, à época da coleta de dados, muitos professores não recebiam salários correspondentes à pretensão salarial do maior número de professores primários. A modesta reivindicação de dois salários mínimos era uma conquista de apenas 10% (percentagem média) dos professores da capital e de 0,5% (percentagem média) dos regentes nos municípios do interior da 1a. sub-região*.

Na 2a. sub-região, a percentagem média que já percebia salário equivalente a cerca de dois salários mínimos ou mais ascendeu ao nível de 41%, por um motivo óbvio (dentro da mesma linha de argumentação feita em ocorrência analisada anteriormente) - nessa região, o salário dos professores primários estaduais era, relativamente ao salário mínimo, mais elevado do que na 1a. sub-região, (de salário m

* No ano de 1965, à época em que se procedeu à coleta de dados para esta monografia, o Estado da Bahia pagava aos seus professores primários de acordo com a tabela de vencimentos abaixo:

Vencimentos dos Professores Estaduais

Nível 16 - Cr\$118.680,00

Nível 17 - Cr\$134.160,00

Nível 18 - Cr\$180.600,00

Os professores primários do sistema escolar municipal de Salvador percebiam então Cr\$43.125,00.

nimo mais alto).

Buscou-se apurar a percentagem de professores que percebiam salários provenientes de outras atividades. Apurou-se (tabela XIII) que cerca de 50% (percentagem média) dos professores da capital, como também de ambas as sub-regiões do interior, não percebiam outro salário.

Outros aspectos da situação econômica do professor primário foram ainda sondados: o da renda não proveniente de salários e o da aplicação da renda total.

Quanto ao primeiro aspecto, ficou comprovado, pelos resultados da tabela XIV, que em todas as subamostras elevadas percentagens de professores declararam não ter outra fonte de renda além do salário.

Os professores primários dispendem seus rendimentos (salários e outras rendas) em despesas de diversas naturezas, conforme se vê na tabela XV. As despesas pessoais colocaram-se em primeiro plano, seguidas das de auxílio para manutenção da família, excetuando nos grupos escolares da 2a. sub-região, onde elas alcançaram percentagem menos elevadas*.

Finalizando os comentários sobre a situação econômica dos professores primários, destaca-se, como fator altamente negativo, a existência de salários absurdamente irrisórios, a níveis inferiores a Cr\$20.000,00 !!! Registraram-se salários de até Cr\$5.000,00!

4.1.1.5. Professores naturais do município onde lecionam.

A distribuição percentual dos professores primários, segundo sejam ou não naturais do município onde lecionam (tabela XVI), evidencia um fato de notável importância para o ensino primário - a taxa dos professores naturais do municí

* As percentagens referem-se ao total de informantes que declarou fazer despesas de cada categoria, não devendo ser interpretadas como percentagens do salário do professor.

T A B E L A X I I I
4.1.1.4 SALÁRIO MENSAL POR OUTROS CURSOS

SALÁRIO MENSAL POR OUTROS CURSOS	CAPITAL		INTERIOR			
	1a. Sub-região		1a. sub- -região	2a. sub- -região	1a. sub- -região	2a. sub- -região
	P E I	P G E	P E I	P E I	P G E	P G E
Menos de Cr\$20.000,00	4	3	3	8	2	7
Cr\$20.000,00 a Cr\$39.999,99	8	4	5	2	-	11
Cr\$40.000,00 a Cr\$59.999,99	4	6	1	1	2	5
Cr\$60.000,00 a Cr\$79.999,99	4	6	1	0	2	1
Cr\$80.000,00 a Cr\$99.999,99	2	3	1	0	3	1
Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99	2	3	3	0	9	2
Cr\$200.000,00 e mais	2	-	-	-	2	-
Não ensina em outro curso	47	53	73	68	42	48
Sem informação	27	22	13	21	38	25
TOTAL	100	100	100	100	100	100

T A B E L A X I V

4.1.1.4 RENDA MENSAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO (EXCLUÍDO SALÁRIO)

VALOR DA RENDA	CAPITAL		INTERIOR			
	1a. Sub-região		1a. sub-região	2a. sub-região	1a. sub-região	2a. sub-região
	P E I	P G E	P E I	P E I	P G E	P G E
Menos de Cr\$10.000,00	2	0	1	2	-	-
Cr\$10.000,00 a Cr\$49.999,99	2	2	-	1	-	3
Cr\$50.000,00 a Cr\$99.999,99	2	2	-	1	-	3
Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99	-	2	-	0	-	1
Cr\$200.000,00 a Cr\$299.999,99	-	-	-	-	-	-
Cr\$300.000,00 a Cr\$399.999,99	2	0	-	-	-	4
Renda incerta	-	-	-	0	-	-
Não tem	65	71	83	75	89	79
Sem informação	27	23	16	21	11	10
TOTAL	100	100	100	100	100	100

T A B E L A X V
4.1.1.4 APLICAÇÃO DA RENDA DO PROFESSOR (U 100%)*

APLICAÇÃO DA RENDA	CAPITAL		INTERIOR			
	1a. Sub-região		1a. sub-região	2a. sub-região	1a. sub-região	2a. sub-região
	P E I	P G E	P E I	P E I	P G E	P G E
Auxiliar manutenção da família	21	19	18	20	17	10
Manter a família	21	7	9	7	4	14
Despesas com manutenção pessoal	22	35	25	25	40	26
Livros	4	6	5	1	4	3
Vestuário	10	10	9	6	9	9
Poupança ou investimento	-	2	1	2	2	0
Outras despesas	20	17	10	9	11	18
Sem informação	29	34	23	30	13	20
TOTAL	127	130	100	100	100	100

* (U 100%) significa que o total pode ultrapassar 100%, uma vez que as diversas categorias não se excluem mutuamente.

T A B E L A X V I
4.1.1.5 PROFESSORES NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE LECIONAM

MUNICÍPIO ONDE LECIONA O PROFESSOR	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
0 de seu nascimento	61	44	51	45
Outro	27	45	41	52
Sem informação	12	11	8	3
TOTAL	100	100	100	100

pio onde lecionam é próxima à metade, ou um pouco superior a ela, em todos os grupos de professores considerados. Enquanto na capital a percentagem média da referida categoria atingiu cerca de 52%, no interior registrou-se 48%. Esses professores, tendo melhor conhecimento do modo de vida e dos problemas da comunidade local, perfeitamente integrados no grupo, terão condições de orientar melhor o ensino, principalmente porque lhes será mais fácil estabelecer um bom relacionamento da escola com a comunidade, condição 'sine qua' para o êxito do trabalho escolar.

4.1.2. Formação profissional e aspirações.

"... o problema da formação do magistério faz-se o problema máximo da educação brasileira.

Somente pela reformulação integral dos moldes e padrões da formação do magistério, será possível injetar na expansão desordenada do sistema escolar as forças de revisão, reforma e correção que se impõem para a sua gradual reconstrução". In Documenta, (nº 62, novembro - 1966, p.11) , Anísio Teixeira assim colocou o que se constitui como o aspecto crucial do problema educacional brasileiro. Não obstante essa advertência do eminente baiano, secundada por quantos brasileiros trabalham na obra educativa, não obstante as tentativas para solucionar o problema, ele perdura.

Os resultados expostos nas tabelas que se seguem, de números XVII a XXI, permitem uma apreciação sobre a formação do professor primário baiano e sobre suas aspirações, num esforço de obtenção de subsídios para o equacionamento da grave questão, que tanto preocupou e ocupou o talento de Anísio Teixeira.

4.1.2.1. Habilitação.

As percentagens de diplomados encontradas na amostra apresentam certa flutuação nos diferentes grupos de professores primários considerados. De 93% nos grupos escolares da capital, cai a 76% nas suas escolas isoladas, conforme está registrado na tabela XVII. Esses resultados correspondem à nossa expectativa. Os grupos escolares, mantidos

pelos governos estaduais e municipais, do mesmo modo que os particulares, salvo em algumas exceções entre os últimos, não admitem professores não diplomados em seu corpo docente. Já pequenas escolas isoladas particulares, localizadas em bairros populares, frequentemente funcionam sob a regência de leigos, que vêem no magistério uma saída de emergência do desemprego. Lamentável solução essa que lhes ocorre, mas que ainda assim, numa quase distorção, parece a alguns providencial remédio (ou paliativo?) para a escassez de escolas, ainda existente na capital do Estado.

Calculada a média percentual de professores primários da capital portadores de diploma, encontrou-se 84%, valor bem distante do que ocorre no país em geral (cerca da metade), o que se explica por essa taxa se referir à situação existente em zona urbana (Salvador), cujas condições sempre dão origem a um quadro diverso do característico das zonas urbanas e rurais como um todo.

Nas escolas isoladas do interior o valor percentual de professores primários diplomados (veja-se tabela XVII), da ordem de 45%, repete exatamente a intensidade assumida pelo problema no país em geral, no qual cerca de 43% do pessoal de magistério primário não é habilitado para a profissão.

Os grupos escolares do interior apresentaram 97% de professores diplomados. É necessário fazerem-se duas observações a respeito de tal resultado. A primeira é a de que tudo leva a crer na sua exatidão: no interior, os grupos escolares, em sua quase totalidade, pertencem ao Estado, que não admite leigos nos seus quadros de professores primários; raríssimos municípios, mais desenvolvidos, possuem grupo escolar particular, onde se poderiam talvez encontrar professores leigos. A segunda observação é uma decorrência da primeira. A superioridade da taxa de professores diplomados nos grupos escolares do interior em relação aos da capital é justamente uma decorrência do limitadíssimo número de tais escolas do interior pertencentes a particulares, número esse

T A B E L A X V I I
4.1.2.1 HABILITAÇÃO E TEMPO DECORRIDO APÓS DIPLOMAÇÃO

TEMPO DECORRIDO APÓS DIPLOMAÇÃO	DIPLOMADOS COMO PROFESSOR PRIMÁRIO															
	CAPITAL								INTERIOR							
	a) P E I				b) P G E				a) P E I				b) P G E			
	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T
Menos de 5 anos	-	29	-	29	-	27	-	27	-	11	-	11	-	35	-	35
5 a 9 anos	-	15	-	15	-	31	-	31	-	16	-	16	-	28	-	28
10 a 19 anos	-	12	-	12	-	16	-	16	-	11	-	11	-	22	-	22
20 anos e mais	-	14	-	14	-	12	-	12	-	4	-	4	-	8	-	8
Não se diplomaram	-	-	20	20	-	-	5	5	-	-	46	46	-	-	3	3
Sem informação	4	6	-	10	2	7	-	9	9	3	-	12	-	4	-	4
TOTAL	4	76	20	100	2	93	5	100	9	45	46	100	-	97	3	100

consideravelmente mais elevado na capital, onde a taxa consignada situou-se um pouco abaixo da que se referiu no interior.

Há na tabela XVII uma outra ordem de informações, as quais dizem respeito ao tempo decorrido da diplomação do professor, até o ano em que se procedeu à coleta de dados (1965). Compulsando a referida tabela, verifica-se que as percentagens mais elevadas situam-se nas classes de menos de dez (10) anos de diplomação, em todos os grupos de professores e que no interior as percentagens de professores diplomados a 20 anos e mais é bem menor que a taxa correspondente da capital.

Uma das prováveis razões dessa divergência é a remoção para a capital de uma parte do pessoal que iniciou o magistério no interior.

Quanto a outros cursos, diferentes do curso normal, realizados pelos professores das escolas primárias, a tabela XVIII patenteia que elevadas percentagens de professores primários jamais realizaram quaisquer cursos de especialização, tendo-se encontrado a taxa média de 64% e 79% de professores nessa situação, respectivamente para a capital e interior.

Apenas 1% dos professores da amostra, dos grupos escolares da capital, realizou curso superior de pedagogia.

É fato notório ser elevada a afluência de professores primários a tais cursos, mas a desistência do cargo é fatal na quase totalidade dos casos, assim que o curso é concluído, motivada pelo afã de obter melhores salários, em outras atividades.

Nos grupos escolares da capital é também de 1% a taxa de professores que possui diploma em outros cursos superiores. São de pouca expressão as percentagens dos que realizaram cursos relacionados com educação, tanto na capital como no interior. Muito dinheiro tem sido desperdiçado em tais cursos, treinando esporadicamente pessoal em exercício que, por um ou outro motivo, abandona a carreira pouco de-

T A B E L A XVIII

4.1.2.1 CURSOS CONCLUÍDOS PELOS PROFESSORES (EXCETO PEDAGÓGICO) (U 100%)

CURSO	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Relacionados com educação, exceto pedagógico	12	19	13	20
Não relacionados com educação	4	7	4	3
Curso superior de pedagogia	-	1	0	-
Outros cursos superiores	-	1	-	-
Outros cursos	4	13	1	1
Nenhum curso de especialização	68	61	83	76
Não diplomados, apenas com o curso primário completo	6	-	2	0
Não diplomados com curso médio 1º ciclo	-	2	1	0
Não diplomados com o curso médio 2º ciclo (exceto normal)	6	-	0	-
TOTAL	100	104	104	100

pois.

No que diz respeito à realização de concursos pelos professores primários, vê-se na tabela XIX que as percentagens dos que ingressaram na carreira mediante concurso é maior nos grupos escolares que nas escolas isoladas, o que era de esperar-se, pois as escolas isoladas são, mais frequentemente que os grupos escolares, pertencentes a particulares.

As percentagens dos professores não submetidos a concurso são bem mais elevadas que as relativas aos que o fizeram. Uma percentagem insignificante de leigos submeteu-se a concurso.

Constata-se ser irrelevante a proporção dos professores que fizeram outros concursos, que não o de magistério primário.

Lamentável - menos de 1/4 de professores primários revelou preferência pelas leituras sobre educação, informa a tabela XX.

Há certa preferência pelos assuntos "literatura, arte, religião", convindo esclarecer que a estrutura das respostas não foi predeterminada, para opção. Entretanto, o maior número de professores declarou não ter quaisquer assuntos de leitura preferidos, interessando-se por "tudo".

Não obstante não ser educação assunto de leitura preferido (tabela XX), 57% dos professores das escolas isoladas e 80% dos informantes dos grupos escolares da capital lêem revistas pedagógicas, contra menores percentagens que não o fazem, é o que consta da tabela XXI.

No interior, 69% dos professores dos grupos escolares também lêem tais revistas; porém, nas escolas isoladas essa taxa cai a 26%. Houve até quem revelasse desconhecer o que fosse revista pedagógica... Mais uma vez se confirma a distância cultural e profissional entre o professor de escola isolada do interior e os seus colegas dos grupos escolares.

T A B E L A X I X

4.1.2.1 CONCURSOS A QUE SE SUBMETERAM OS PROFESSORES PRIMÁRIOS (U. 100%)

NATUREZA DO CARGO PLEITEADO	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Professor primário	21	44	25	40
Professor de ensino médio	-	2	-	1
Outro, relacionado com magis <u>t</u> ério	-	1	0	1
Não relacionada com magistê <u>r</u> io	4	6	1	0
Professor leigo	2	0	2	-
Não fez concurso	73	50	72	58
TOTAL	100	103	100	100

T A B E L A XX

4.1.2.1 ASSUNTOS DE LEITURA PREFERIDOS PELO PROFESSOR (U 100%)

ASSUNTOS DE LEITURA	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Relacionados com educação (livros didáticos)	20	17	14	30
História	2	4	4	3
Ciência ou filosofia	8	5	2	4
Literatura, arte, religião	23	31	22	24
Tudo	14	33	32	44
Respostas absurdas	18	12	13	6
Sem informação	29	14	22	10
TOTAL	114	116	109	121

T A B E L A X X I
4.1.2.1 PROFESSORES QUE LÊEM REVISTAS PEDAGÓGICAS

LÊEM REVISTAS PEDAGÓGICAS	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Sim	57	80	26	69
Não	29	16	62	26
Sem informação	14	4	12	5
TOTAL	100	100	100	100

4.1.2.2 Experiências de trabalho

Parece interessante para o objetivo deste estudo averiguar as experiências de trabalho do professor, tanto as que se referem a atividades desempenhadas simultaneamente com o ensino, como as que dizem respeito a ocupações exercidas em época anterior ao seu ingresso no magistério.

O desempenho simultâneo de mais de uma atividade pelos que exercem o magistério parece ter relação de um lado com o baixo salário do professor, insuficiente para a sua manutenção, e de outro com a reduzida carga horária do ensino primário.

Apenas nas escolas isoladas da capital a taxa de professores que ensinam em mais de uma escola superou a dos que não o fazem. De um modo geral porém, na distribuição de resultados apresentados na tabela XXII, foram mais elevadas as percentagens de professores que ensinam apenas em uma escola.

A existência de percentagens consideráveis de professores que ensinam em mais de uma escola constitui grave problema. Como pode desempenhar a contento o seu papel de mestre quem tem a seu cargo duas turmas de alunos, além de obrigações domésticas a atender (vimos ser de mulheres a

T A B E L A XXII

4.1.2.2 PROFESSORES QUE ENSINAM EM MAIS DE UMA ESCOLA

CURSOS	ENSINAM EM OUTRA ESCOLA															
	CAPITAL								INTERIOR							
	a) P E I				b) P G E				a) P E I				b) P G E			
	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T
Primário (Esc.Municipal)	-	4	-	4	-	4	-	4	-	4	-	4	-	5	-	5
Primário (Esc.Estadual)	-	18	-	18	-	4	-	4	-	0	-	0	-	-	-	-
Primário (Esc.Particul.)	-	6	-	6	-	4	-	4	-	3	-	3	-	3	-	3
Curso de admissão	-	8	-	8	-	4	-	4	-	1	-	1	-	8	-	8
Curso médio (secundário)	-	-	-	-	-	3	-	3	-	2	-	2	-	19	-	19
Curso médio (pedagógico)	-	19	-	19	-	-	-	-	-	2	-	2	-	6	-	6
Outros	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	-	1	-	1	-	1
Não ensinam em outra escola	-	-	41	41	-	-	69	69	-	-	77	77	-	-	57	57
Sem informação	4	-	-	4	9	-	-	9	10	-	-	10	1	-	-	1
TOTAL	4	55	41	100	9	22	69	100	10	13	77	100	1	42	57	100

maioria do professorado primário)? Que horas serão reserva das para corrigir trabalhos escolares e preparar planos de aulas? Sacrificando as horas do repouso noturno o professor se esgota, perde o bom humor e as maiores prejudicadas são as crianças, mas outra solução não haverá em tais casos.

Outra informação interessante prestada pela tabela XXII é a de que certa percentagem de professores primários acumula o cargo com o de professor de ensino médio, sendo que em maior número no curso pedagógico, na capital, e no interior, no secundário.

Além dos professores que ensinam em mais de uma escola, outros há que dão cursinhos particulares, como "repetidores" ou "explicadores", quase sempre a um só aluno ou a um grupo reduzido de crianças.

Mais uma vez os professores das escolas isoladas da capital contrariam os resultados gerais; somente entre eles a percentagem dos que não dão cursos foi menor do que aquela relativa aos que o fazem (tabela XXIII). Os professores de escolas isoladas do interior foram os que maior percentagem apresentaram na coluna relativa aos que não ensinam em outra escola.

Poucos professores primários exerceram ocupação não relacionada com o magistério, antes de lecionarem nesse grau de ensino; é o que evidencia a leitura da tabela XXIV, onde na categoria "Outra não relacionada com o magistério" foi pequena a ocorrência de casos nas colunas "Sim", nos diversos grupos de escolas, registrando-se a taxa mais alta (10%) nos grupos escolares da capital.

Diretor de escola primária foi a ocupação que maior percentagem de professores exercera antes de lecionar na escola onde se encontrava à época da coleta de dados. Esses professores, regentes de escolas isoladas da capital (lecionando em maior número em zona suburbana e bairros distantes), são procedentes do interior, onde exerceram a direção de escolas. São insignificantes os valores registrados nas colunas relativas aos que desempenharam outros cargos relacionados

T A B E L A XXIII

4.1.2.2. CURSOS PARTICULARES MINISTRADOS PELOS PROFESSORES PRIMÁRIOS (U 100%)

NATUREZA DO CURSO	DÃO CURSOS															
	CAPITAL								INTERIOR							
	a) P E I				b) P G E				a) P E I				b) P G E			
	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T
Repetição do curso primário	-	27	-	27	-	15	-	15	-	9	-	9	-	13	-	13
Repetição do curso secundário	-	4	-	4	-	3	-	3	-	0	-	0	-	8	-	8
Preparo para exame de admissão	-	18	-	18	-	19	-	19	-	7	-	7	-	22	-	22
Línguas	-	2	-	2	-	-	-	-	-	1	-	1	-	5	-	5
Outros	-	6	-	6	-	2	-	2	-	4	-	4	-	1	-	1
Não dão curso particular	-	-	39	39	-	-	47	47	-	-	73	73	-	-	49	49
Sem informação	4	-	-	4	14	-	-	14	11	-	-	11	2	-	-	2
TOTAL	4	57	39	100	14	39	47	100	11	21	73	105	2	49	49	100

T A B E L A XXIV

4.1.2.2. OCUPAÇÕES DO PROFESSOR, ANTERIORMENTE AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

OCUPAÇÕES	EXERCÍCIO ANTERIOR AO MAGISTÉRIO											
	CAPITAL						INTERIOR					
	a) P E I			b) P G E			a) P E I			b) P G E		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Diretor	16	84	100	4	96	100	1	99	100	6	94	100
Vice-diretor	4	96	100	3	97	100	0	100	100	1	99	100
Secretário de escola	-	100	100	3	97	100	1	99	100	2	98	100
Orientador	-	100	100	2	98	100	0	100	100	-	100	100
Delegado escolar	-	100	100	1	99	100	2	98	100	-	100	100
Inspetor de ensino	-	100	100	1	99	100	-	100	100	5	95	100
Supervisor	2	98	100	1	99	100	-	100	100	6	94	100
Outra não relacionada com o magistério	-	100	100	10	90	100	4	96	100	7	93	100

com o magistério.

O motivo mais frequente do abandono (ou perda) de ocupação anterior foi o de remoção, conforme se observa na tabela XXV.

É confortador que as percentagens relativas à categoria "Motivos políticos" se apresentassem insignificantes (apenas 1% em cada tipo de escola do interior).

4.1.2.3. Tempo de serviço no magistério e escola.

A análise da distribuição dos professores segundo o seu tempo de exercício como professor primário e na escola onde servia à época da coleta de dados, distribuição essa exposta na tabela XXVI, leva à constatação da brevidade da permanência do professor primário nessa ocupação e na escola onde ensina. É de 1 a 4 anos o período em que o maior número deles mantêm-se no cargo e na escola, haja vista a preponderância das percentagens dessa classe sobre as demais, na tabela acima referida. O fato é de consequências perniciosas para o ensino. Em primeiro lugar, no que concerne ao tempo de exercício no cargo, porque justamente quando o professor alcança pelo tirocínio maior segurança no seu trabalho, abandona-o. Raros terão capacitação real para o magistério antes de exercê-lo algum tempo, pois ainda são por demais escassas as oportunidades para prática de ensino durante o curso normal. Assim, reduz-se por demais a percentagem de professores em condições de efetuar um bom trabalho educativo.

Em segundo lugar, quanto à curta permanência em cada escola, igualmente negativo é o reflexo desse fator para o ensino.

4.1.2.4. Aspirações. Vocação.

As pretensões salariais do professor são modestas. Na tabela XXVII, a qual apresenta a distribuição dos professores de acordo com tais pretensões, a maior ocorrência de casos incide na categoria "dois salários mínimos", o mais alto salário reivindicado pelos professores primários da

T A B E L A XXV

4.1.2.2. RAZÃO DO ABANDONO OU DA PERDA DE OCUPAÇÃO ANTERIOR

R A Z ã O	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Resposta absurda	-	-	1	1
Remoção	10	11	7	18
Motivos políticos	-	-	1	1
Casamento	2	3	-	1
Designação para outro cargo	2	-	0	4
O titular reassumiu	2	2	-	0
Outros motivos	4	10	2	9
Não exerceu ocupação antes do magistério	64	59	74	48
Sem informação	16	15	15	19
TOTAL	100	100	100	100

TABELA XXVI

4.1.2.3. TEMPO DE EXERCÍCIO COMO PROFESSOR PRIMÁRIO E NA ESCOLA ATUAL

TEMPO DE EXERCÍCIO NA ESCOLA ATUAL	TEMPO DE EXERCÍCIO COMO PROFESSOR PRIMÁRIO																											
	CAPITAL												INTERIOR															
	a) PEI						b) PGE						a) PEI						b) PGE									
	Sem informação	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 anos e mais	Total	Sem informação	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 anos e mais	Total	Sem informação	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 anos e mais	Total	Sem informação	Menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 anos e mais	Total
Menos de 1 ano	-	8	4	-	2	-	14	-	7	8	5	0	2	22	2	9	3	4	2	0	20	-	8	4	3	3	1	19
1 a 4 anos	-	-	27	8	8	-	43	-	-	27	18	9	3	57	3	-	31	6	4	-	44	-	-	27	8	2	1	38
5 a 9 anos	-	-	-	10	4	2	16	-	-	-	5	4	2	11	1	-	-	10	2	-	13	-	-	-	17	3	-	20
10 a 19 anos	-	-	-	-	2	4	6	-	-	-	-	2	2	4	1	-	-	-	9	2	12	-	-	-	-	6	0	6
20 anos e mais	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	1	1	5	0	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	3	3
Sem informação	13	2	-	-	-	4	19	2	0	1	0	1	1	5	4	0	2	2	1	0	9	-	4	6	3	1	0	14
TOTAL	13	10	31	18	16	12	100	2	7	36	28	16	11	100	11	9	36	22	18	4	100	-	12	37	31	15	5	100

amostra.

As percentagens de professores que pretendem prosseguir os estudos são superiores às aquelas referentes aos que não têm tal pretensão. Os cursos relacionados com educação obtiveram a preferência da maior percentagem de professores; entretanto o curso superior de pedagogia foi eleito por poucos (percentagem média na capital 2% e no interior 2,5%). Bem mais elevadas que essas últimas foram as taxas relativas a outros cursos superiores, colocados em segundo lugar, por ordem de preferência.

Confrontando-se a categoria "completar curso primário" com os resultados apresentados na tabela XVII, conclui-se que as percentagens da categoria acima citada estão relacionadas com o pessoal não diplomado, cuja existência no

T A B E L A XXVII

4.1.2.4. JUSTO SALÁRIO DO PROFESSOR PRIMÁRIO, NA SUA OPINIÃO

JUSTO SALÁRIO	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Meio salário mínimo	-	-	0	-
Salário mínimo	-	1	14	1
Dois salários mínimos	74	78	63	87
Resposta vaga	2	4	2	1
Sem informação	24	17	21	11
TOTAL	100	100	100	100

magistério da capital ocorreu em níveis superiores à expectativa, confirmados pelos resultados da tabela XXVIII. Foi de cerca de 20% o total de professores que não pretendem fazer qualquer curso, valor que ascende a 28% entre os profes

T A B E L A XXVIII

4.1.2.4. PROFESSORES PRIMÁRIOS QUE PRETENDEM PROSSEGUIR ESTUDOS (U 100%)

NATUREZA DO CARGO	PRETENSÃO															
	CAPITAL								INTERIOR							
	a) P E I				b) P G E				a) P E I				b) P G E			
	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T
Relacionado com educação exceto pedagógico	-	19	-	19	-	44	-	44	-	24	-	24	-	46	-	46
Não relacionado com educação	-	4	-	4	-	6	-	6	-	1	-	1	-	0	-	0
Superior de pedagogia	-	2	-	2	-	0	-	0	-	1	-	1	-	3	-	3
Outros cursos superiores	-	18	-	18	-	13	-	13	-	10	-	10	-	15	-	15
Completar curso primário	-	14	-	14	-	2	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-
Curso médio 1º ciclo	-	-	-	-	-	0	-	0	-	4	-	4	-	-	-	-
Curso médio 2º ciclo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-
Outros cursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14	-	10	-	10
Não pretendem prosseguir estudos	-	-	20	20	-	-	23	23	-	-	28	28	-	-	18	18
Sem informação	8	15	-	23	9	6	-	15	8	9	-	17	4	5	-	9
TOTAL	8	72	20	100	9	72	23	103	8	69	28	105	4	79	18	101

sores de escolas isoladas do interior, muito embora entre estes se encontre o maior número de professores leigos, de nível de instrução primária, na maior parte das vezes.

As motivações para a realização de tais cursos são várias. O desejo de aperfeiçoamento profissional foi apontado por cerca da metade de quantos desejam prosseguir os estudos, o "gosto" pelo curso ficou em segundo lugar, salvo em relação aos professores de escolas isoladas da capital, para os quais o "valor social" foi a segunda categoria de motivação, na ordem decrescente. (Veja-se tabela XXIX).

Cerca da metade dos professores da amostra pretendem continuar lecionando na escola primária (tabela XXX), mas expressiva percentagem declarou ser sua aspiração lecionar em curso secundário, em proporção aproximada à que, na tabela XXVIII, revelou pretender realizar cursos superiores. Assim, ao que parece, a quase totalidade dos professores primários que deseja realizar curso superior tem a intenção de lecionar no curso secundário. São menores as percentagens dos que pretendem ensinar no curso pedagógico, talvez por conhecimento do reduzido mercado de trabalho da área.

Procurou-se distinguir as aspirações ocupacionais do professor primário (isto é, a ocupação que ele pretende, caso deseje, por qualquer motivo, deixar de lecionar em escola primária) da ocupação ideal (ou seja, aquela para a qual se sente mais atraído, ainda que, por qualquer motivo, não pretenda desempenhá-la). (Veja-se tabela XXXI)

Em todos os tipos de escola distinguidos, mais da metade da amostra de professores confessou reputar a sua atual ocupação como a ideal. Entretanto, as percentagens dos que reconheceram em si vocação para o ensino primário não correspondem às dos que a consideraram ideal. (Veja-se tabela XXXI), o que faz supor certa dúvida entre alguns dos que responderam "a mesma" ao ítem em que se indaga da carreira que escolheriam se pudessem reiniciar a vida e tivessem inteira liberdade de decisão.

TABELA XXIX

4.1.2.4. RAZÕES PELA QUAL O PROFESSOR ASPIRA FREQUENTAR OUTRO CURSO (U 100%)

NATUREZA DO CURSO	R A Z Õ E S																																			
	CAPITAL												INTERIOR																							
	a) PEI						b) PGE						a) PEI						b) PGE																	
	Sem infor- mação	Resposta absurda	Aperfeiçoa- mento	Gosto	Obter novo cargo	Valor social	Obter van- tagem	Não se aplica	Total	Sem infor- mação	Resposta absurda	Aperfeiçoa- mento	Gosto	Obter novo cargo	Valor social	Obter van- tagem	Não se aplica	Total	Sem infor- mação	Resposta absurda	Aperfeiçoa- mento	Gosto	Obter novo cargo	Valor social	Obter van- tagem	Não se aplica	Total									
Relacionado com educação (exceto pedagógico)	-	-	15	-	-	-	2	-	17	2	0	37	5	2	1	-	-	47	1	-	20	2	0	-	0	-	23	2	-	29	6	2	2	1	-	42
Não relacionado com educação	-	-	4	2	-	-	-	-	6	0	1	4	1	-	1	-	1	8	0	-	1	1	0	0	-	-	2	2	2	4	2	-	0	-	10	
Superior de pedagogia	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	0	1	-	0	-	-	-	1	-	-	2	-	1	-	-	4	
Outros cursos superiores	-	-	12	1	2	6	4	-	25	-	-	4	4	2	2	2	-	14	0	0	6	1	-	1	1	-	9	-	3	8	3	0	2	0	-	16
Completar curso primário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Curso médio 1º ciclo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	0	-	-	0	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	
Curso médio 2º ciclo	-	2	8	-	-	2	-	-	12	-	-	1	-	0	-	-	-	1	0	0	4	0	-	1	1	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros cursos	-	-	8	6	2	2	-	-	18	2	1	6	0	1	1	-	-	11	0	0	9	3	1	0	2	-	15	1	0	2	4	-	2	-	9	
Não pretende frequentar outro curso	-	-	-	-	-	-	-	18	18	-	-	-	-	-	-	-	-	13	13	-	-	-	-	-	-	36	36	-	-	-	-	-	-	22	22	
Sem informação	8	-	8	-	-	-	-	-	16	11	-	2	-	-	-	-	-	1	14	1	-	3	1	-	-	-	5	2	-	1	-	-	1	-	4	
TOTAL	8	2	57	9	4	10	6	18	114	15	2	55	10	5	5	2	15	109	2	1	50	8	1	2	4	36	104	7	5	46	15	3	5	4	22	107

T A B E L A X X X
4.1.2.4. ASPIRAÇÕES OCUPACIONAIS (U 100%)

O C U P A Ç ã O	CAPITAL		INTERIOR	
	a) P E I	b) P G E	a) P E I	b) P G E
Lecionar curso secundário	21	22	11	27
Lecionar curso normal	4	6	3	11
Manter-se lecionando na escola primária	53	50	58	69
Diretor de escola	12	2	2	1
Inspetor de ensino	-	8	2	3
Delegado escolar	-	-	1	1
Supervisor de ensino	-	7	2	0
Orientador	8	9	1	3
Outra relacionada com educação	2	2	3	3
Outra não relacionada com educação	2	2	1	0
Resposta absurda	-	-	1	1
Sem informação	18	18	32	10
TOTAL	120	126	117	129

TABELA XXXI

4.1.2.4. OCUPAÇÃO IDEAL (U 100%)

R A Z ã O	OCUPAÇÃO IDEAL																							
	CAPITAL												INTERIOR											
	a) PEI						b) PGE						a) PEI						b) PGE					
	Sem informante	Resposta absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total	Sem informante	Resposta absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total	Sem informante	Resposta absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total
Vocação	-	-	29	-	4	6	-	39	-	-	57	-	6	6	1	70	-	-	40	1	1	6	-	48
Valor social	-	-	2	-	-	4	-	6	-	-	2	-	-	2	-	4	-	-	4	-	0	3	-	7
Valor religioso	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0	-	1	
Valor (não especificado)	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	0	-	1	-	-	1	0	1	1	3	
Vantagens econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	0	1	1	2	
Comodidade	-	-	2	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	0	-	1	-	-	2	-	0	-	2	
Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	
Autonomia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2	2	
Outras vantagens	-	-	-	2	2	2	-	6	-	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-	-	1	-	1	
Mantém ou eleva "status"	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-	
Sem informação	21	2	24	-	-	2	-	49	11	1	9	1	-	1	1	24	23	4	7	-	-	1	-	35
TOTAL	21	2	61	2	6	14	-	106	11	2	70	1	10	9	2	105	23	4	56	1	3	15	-	102

Por ordem decrescente, situaram-se em segundo lugar, entre as ocupações julgadas ideais, as não relacionadas com educação, exceto nos grupos escolares da capital, onde as ocupações relacionadas com educação atingiram percentual (10%), quase nivelado aos das não relacionadas (9%).

As razões por que a ocupação foi considerada ideal foram diversas. "Vocação" apresentou grande predomínio sobre as outras apontadas, entre as quais apenas "valor social" foi frequente em todos os tipos de escola. As dimensões deste estudo não comportam teorizações sobre a existência ou não de uma "vocação"; o conceito aqui atribuído ao termo diz respeito à "pressão de circunstâncias internas e externas, pretéritas e presentes, que levam o indivíduo a só se sentir realizado quando desempenha profissionalmente certo tipo de atividade".*

Em pequenas proporções, houve professores que identificaram a ocupação ideal com "valor religioso", ou com "valor" não especificado e, em contrapartida, outros a relacionaram com "segurança", "autonomia", "comodidade" e até "vantagens econômicas".

É oportuno salientar terem vários informantes apontado mais de uma justificativa para sua escolha da ocupação ideal, razão pela qual a tabela XXXI ultrapassa 100%.

Entre as pretensões do professor primário que se procurou abordar, foi incluída a de obter remoção. Esta sondagem se justifica pelas razões arroladas no item 4.1.2.3., quando se tratou do tempo de exercício do professor na escola, não sendo demais repetir que a harmoniosa convivência do corpo docente por um período longo de tempo, beneficia o ensino, ao passo que sucessivas modificações do corpo docente prejudicam o trabalho escolar.

*Strack, Erika E. e Aguiar Netto, Moysês C. in "Orientação Vocacional", Educação Hoje, nº 11, set. out. de 1970.

A tabela XXXII, onde é apresentada a distribuição percentual dos professores segundo desejem ou não remover-se, informa ser mais alta a taxa dos que não têm tal desejo que a daqueles que o alimentam. O fato é positivo, mas ainda há percentagens expressivas que contrariam a categoria predominante.

O motivo "mudar de escola" apresentou-se predominante na capital e escolas isoladas do interior, onde nos grupos escolares, o motivo mais frequente foi o "desejo de morar em cidade maior ou noutro Estado". Na capital foi bem menor o percentual (2% nas escolas isoladas e 1% nos grupos escolares, contra 9% e 13%, respectivamente, no interior) dos professores que confessaram nutrir tal aspiração. "Saúde" e necessidade de "acompanhar o marido" foram os outros motivos apresentados, registrados em baixas percentagens no interior.

4.2. Diretores e Supervisores

O papel do diretor é muito complexo. Cabem-lhe muitos encargos, fazendo-se necessário que ele entenda de leis, de administração escolar, de relações públicas, de orientação educacional, além do que diz respeito à formação básica de qualquer educador. O diretor deve ser um líder natural, para bem conduzir os professores, evitando conflitos sem emprego de coerção, nem quebra da disciplina. Encorajando a crítica, descentralizando encargos, incentivando o cargo docente e os alunos, deve ter o máximo de cuidado para não se deixar levar pelo capricho pessoal, mas conduzir a todos de maneira a satisfazer às justas aspirações dos alunos, dos pais e das famílias.

O supervisor tem modernamente a atribuição de dar orientação técnica e ajuda aos professores, para solução dos problemas nas diversas áreas do ensino. Mais adiante, no tópico 4.3.4., faz-se a apreciação dos serviços de supervisão escolar do ensino primário baiano.

No ano em que se realizou a coleta de dados deste

T A B E L A XXXII

4.1.2.4. PRETENSÃO DE OBTER REMOÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE ESCOLA

MOTIVOS	PRETENSÃO															
	CAPITAL								INTERIOR							
	a) PEI				b) PGE				a) PEI				b) PGE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Respostas absurdas	-	2	-	2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	3	-	3
Deseja mudar de escola	-	19	-	19	-	9	-	9	-	10	-	10	-	4	-	4
Prefeitura paga mal	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	2	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	1
Deseja morar em cidade maior ou noutro Estado	-	2	-	2	-	1	-	1	-	9	-	9	-	13	-	13
Acompanhar o marido	-	-	-	-	-	0	-	0	-	2	-	2	-	2	-	2
Não pretende obter remoção nem transferência	-	-	65	65	-	-	82	82	-	-	62	62	-	-	73	73
Sem informação	10	2	-	12	6	0	-	6	10	3	-	13	2	2	-	4
TOTAL	10	25	65	100	6	12	82	100	10	28	62	100	2	25	73	100

trabalho, ainda não se havia criado o cargo de Supervisor de Ensino, o que só foi feito pela Lei 2.521 de 23-02-1968.

Desempenhavam a função de supervisor, delegados escolares, inspetores de ensino e professores primários, designados especialmente para a função pela Secretaria de Educação e Cultura. Assim, no texto dessa monografia e nas suas tabelas de resultados, o termo supervisor designa os antigos inspetores de ensino primário, os professores do mesmo grau de ensino que exerciam a função de supervisor por determinação oficial e ainda os delegados escolares a quem também eram cometidas atribuições de supervisão.

Os diretores das escolas particulares eram, de modo geral, os seus proprietários. Nas congregações religiosas a função era desempenhada por um dos seus membros. Nas escolas públicas, estaduais e municipais a escolha do diretor era feita pelas autoridades, no âmbito da entidade mantenedora. A carreira do magistério, ainda não estruturada, não condicionava o exercício da direção de escola a requisitos de tirocínio no magistério por período de tempo determinado, ou curso de especialização.

4.2.1. Caracteres gerais.

4.2.1.1. Idade, segundo o sexo.

A idade dos diretores (Tabela XXXIII) variou de 20 anos a mais de 40, encontrando-se a maior percentagem, na capital, na faixa etária de "40 anos ou mais". No interior a predominância ocorreu na faixa de "30 a 39 anos".

Entre os supervisores, tanto na capital como no interior, a percentagem mais elevada de idade incidiu sobre "40 anos ou mais".

Não foram encontrados na amostra diretores nem supervisores menores de 20 anos.

Quanto ao sexo, informa a tabela analisada serem inferiores a 10% as percentagens de diretores e supervisores do sexo masculino e na capital, serem todos os supervisores do sexo feminino.

T A B E L A XXXIII

4.2.1.1. IDADE DOS DIRETORES E SUPERVISORES, SEGUNDO O SEXO

I D A D E	S E X O															
	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T
Menos de 20 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20 a 29 anos	-	-	5	5	-	-	14	14	-	4	18	22	-	3	18	21
30 a 39 anos	-	5	27	32	-	-	9	9	-	-	43	43	-	-	29	29
40 anos ou mais	1	1	47	49	-	-	68	68	-	5	30	35	-	3	39	42
Sem informação	5	-	9	14	-	-	9	9	-	-	-	-	-	-	8	8
TOTAL	6	6	88	100	-	-	100	100	-	9	91	100	-	6	94	100

Cabe salientar serem os diretores e supervisores, de modo geral, os membros do corpo docente já amadurecidos, conquanto a faixa etária predominante no professorado tivesse se apresentado como a de 20 a 29 anos, como se viu em 4.1.1.1.

Merece destaque também, ser a proporção de diretores do sexo masculino maior que a dos regentes de classe.

4.2.1.2. Estado civil dos diretores e supervisores, segundo o sexo.

O estado civil predominante entre diretores e supervisores de ambos os sexos foi o de casado, tanto na capital como no interior, constatando-se na tabela XXXIV as percentagens de 50% e 59% para os diretores e supervisores da capital, respectivamente. Essas taxas elevaram-se no interior a 74% e 76%, para as funções apontadas.

Esses resultados da tabela revelam tendência diversa da observada entre os professores do sexo feminino em regência de classe, onde o estado civil predominante foi o de solteiro.

4.2.1.3. Filhos

Nesse aspecto, os resultados sobre diretores e supervisores se assemelharam aos relativos aos professores regentes de classe. As percentagens correspondentes aos que têm filhos na tabela XXXV, são sempre bem mais elevadas do que as relativas aos que não os têm. O número mais frequente de filhos (2) também correspondeu ao verificado entre os professores.

4.2.1.4. "Status" do diretor e supervisor.

Na distribuição de frequência da ocupação do pai (ou responsável) dos diretores e supervisores (tabela XXXVI) à época do seu ingresso no magistério, as percentagens mais altas recaíram sempre sobre a categoria "inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais, de alto padrão".

Parece então que a classe social do professor não interfere na sua escolha para a direção e supervisão das es

T A B E L A XXXIV

4.2.1.2. ESTADO CIVIL DOS DIRETORES E SUPERVISORES, SEGUNDO O SEXO

ESTADO CIVIL	S E X O															
	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T	Sem Inf	M	F	T
Solteiro	-	2	37	39	-	-	41	41	-	4	22	26	-	-	18	18
Casado	-	5	45	50	-	-	59	59	-	4	70	74	-	5	71	76
Viúvo	-	-	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Desquitado	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	2	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
TOTAL	2	7	91	100	-	-	100	100	-	8	92	100	-	5	95	100

T A B E L A XXXV

4.2.1.3. NÚMERO DE FILHOS DOS DIRETORES E SUPERVISORES

NÚMERO E FILHOS	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T
1 filho	-	10	-	10	-	4	-	4	-	9	-	9	-	5	-	5
2 filhos	-	20	-	20	-	32	-	32	-	13	-	13	-	21	-	21
3 filhos	-	8	-	8	-	14	-	14	-	9	-	9	-	11	-	11
4 filhos	-	10	-	10	-	5	-	5	-	4	-	4	-	16	-	16
5 filhos	-	7	-	7	-	5	-	5	-	4	-	4	-	10	-	10
6 filhos	-	2	-	2	-	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-
7 filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	10
8 filhos	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Não têm filhos	-	-	38	38	-	-	40	40	-	-	39	39	-	-	21	21
Sem informação	4	-	-	4	-	-	-	-	18	-	-	18	3	-	-	3
TOTAL	4	58	38	100	-	60	40	100	18	43	39	100	3	76	21	100

4.2.1.4. OCUPAÇÃO DO PAI À ÉPOCA DO INGRESSO DO DIRETOR OU SUPERVISOR NO MAGISTÉRIO

O C U P A Ç Ã O	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Semi-habilidades manuais e sem habilidades manuais	2	4	9	19
Habilidade manual	4	-	-	5
Inspeção, supervisão e outras ocupações não manuais padrão inferior	6	5	4	-
Inspetores, supervisores e outras ocupações não manuais de alto padrão	36	32	39	61
Dirigentes e executivos	3	9	-	5
Profissionais e administradores	12	-	9	-
Vive de renda	-	-	-	-
Sem emprego	7	-	26	5
Sem informação	30	50	13	5
TOTAL	100	100	100	100

colas, pois não houve discrepância entre os resultados relativos a uns e outros, sob o aspecto ora considerado (Veja-se a tabela IX).

As mães de diretores e supervisores da amostra que não trabalham são muito mais numerosas do que as que trabalham, conforme os valores da tabela XXXVII. Eis mais uma característica comum aos regentes de classe, diretores e supervisores.

Os diretores e supervisores, como também ocorre com os professores, casam mais frequentemente na própria classe social de origem, pois na tabela XXXVIII a ocupação do cônjuge de maior percentagem de ocorrência (ocupações não manuais de alto padrão) é a mesma da tabela XXXVI, relativa aos pais.

Entretanto, há um aspecto sob o qual divergem os resultados relativos à classe social em que se casam os professores, os diretores e os supervisores. Em relação aos professores verificou-se que as percentagens médias de alto "status" herdado (ocupação do pai) eram mais elevadas do que as de alto "status" adquirido (ocupação do cônjuge). Mas, nos resultados relativos aos últimos (diretores e supervisores), ocorreu o oposto. As percentagens médias correspondentes aos dois níveis de ocupações mais elevadas foram: a) para "status" herdado, de 7,5% (diretores) e de 4,5% (supervisores) na capital e de 4,5% (diretores) e 2,5% (supervisores) no interior; b) para "status" adquirido, de 7,5% (diretores) e de 11% (supervisores) na capital e de 6,5% (diretores) e 9,5% (supervisores) no interior.

Resta apurar se a ascensão do "status" profissional de professor a diretor ou supervisor constituiu chance para casar em classe social mais alta que a de origem, ou se, inversamente, o fato de haver atingido "status" social mais elevado, por meio do casamento, constituiu chance para ser nomeado diretor ou supervisor. Ou por outras palavras - foi a ascensão de "status" profissional que ensejou a ascensão de "status" social (pelo casamento) ou, muito ao con

T A B E L A XXXVII

4.2.1.4. MÃES DE DIRETORES E SUPERVISORES QUE TRABALHAM

TRABALHO DAS MÃES	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T	Sem Inf	Sim	Não	T
	17	14	69	100	9	-	91	100	13	4	83	100	-	8	92	100

TABELA XXXVIII

4.2.1.4. OCUPAÇÃO DO CÔNJUGE DO DIRETOR E SUPERVISOR

NATUREZA DA OCUPAÇÃO	POSIÇÃO HIERÁRQUICA																				
	CAPITAL										INTERIOR										
	D					S					D					S					
	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta pr. sem emp.	Trab. conta pr. com emp.	Não se aplica	Total	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta pr. sem emp.	Trab. conta pr. com emp.	Não se aplica	Total	Sem informação	Empregado	Funcionário público	Trab. conta pr. sem emp.	Trab. conta pr. com emp.	Não se aplica	Total
Semi-habilidades manuais e sem habili-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
dades manuais																					
Habilidade manual	3	2	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	-	-	5
Inspeção, supervisão e outras ocupações																					
não manuais. Padrão inferior.	1	5	2	-	3	-	11	-	5	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	3
Inspetores, supervisores e outras ocupa																					
ções manuais de alto padrão.	3	1	8	4	2	-	18	-	5	18	4	-	-	27	-	-	4	9	5	-	39
Dirigentes e executivos	1	-	4	-	-	-	5	-	-	9	-	-	-	9	-	-	-	4	3	-	3
Profissionais e administradores	1	-	6	2	1	-	10	-	-	9	4	-	-	13	-	-	5	4	-	-	16
Vive de renda	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem emprego	2	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não se aplica *	-	-	-	-	-	36	36	-	-	-	-	-	41	41	-	-	-	-	-	5	5
Sem informação	2	2	6	-	1	-	11	-	-	5	-	-	-	5	-	-	-	30	30	21	21
TOTAL	13	10	26	6	8	37	100	-	10	41	8	-	41	109	-	9	30	18	13	26	100

* "Não se aplica" não coincide com "solteiro" da tabela XXXIV, pois os informantes que responderam "casado" ou "viúvo" nem sempre casaram civilmente.

trário, foi a ascensão de "status" social que ensejou a de "status" profissional?

Não foi possível apurar-se a questão, por falta de dados.

No ano de 1965 os diretores das escolas primárias estaduais percebiam a irrisória gratificação de Cr\$18.060,00 e os delegados escolares de Cr\$9.030,00, além dos seus vencimentos como professores primários. Tratava-se de funções gratificadas e a designação para elas não obedecia a qualquer critério objetivo pré-fixado, atendendo-se, na maioria das vezes, a indicação de terceiros, que desfrutavam de prestígio político ou pessoal junto à Secretaria de Educação e Cultura. Ainda que mal gratificadas, as funções de delegado escolar e diretor de escola eram ambicionadas pelos professores, pois os dispensavam de lecionar, além de conferir-lhes prestígio no grupo profissional.

O inspetor de ensino percebia os vencimentos de Cr\$18.060,00. Tratando-se de cargo efetivo do quadro de funcionalismo público estadual, não fazia jus a gratificação.

Os vencimentos mensais dos diretores e supervisores que regiam classe variaram de menos de Cr\$80.000,00 a Cr\$200.000,00. As percentagens mais altas de vencimentos recaíram na classe de Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,00, para os diretores e supervisores, na capital e interior.

Percentagens expressivas de diretores e supervisores declararam não receber remuneração por regência de classe, que não praticavam (tabelas XXXIX e XL).

Cerca da metade da amostra dos diretores da capital não tinham outras fontes de rendas além dos seus vencimentos (tabela XLI), verificando-se um aumento dessa proporção para 61% entre os diretores do interior. Quanto ao montante dessas rendas extra-salariais os diretores do interior concentraram-se em nível mais alto, havendo 13% deles na classe "Cr\$500.000,00 ou mais", enquanto na capital caiu ao nível de 6% os que se situaram em igual classe.

Comparando-se essas percentagens com as correspon-

T A B E L A XXXIX

4.2.1.4. SALÁRIO MENSAL DO DIRETOR POR ATIVIDADE EM REGÊNCIA DE CLASSE.

SALÁRIO MENSAL	CAPITAL	INTERIOR
	D	D*
Menos de Cr\$80.000,00	13	11
De Cr\$80.000,00 a Cr\$99.999,99	9	8
De Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99	13	12
Cr\$200.000,00 e mais	1	-
Não rege classe	60	57
Sem informação	4	12
TOTAL	100	100

* Percentagens calculadas sobre dados estimados.

T A B E L A XL

4.2.1.4. SALÁRIO MENSAL DO SUPERVISOR POR ATIVIDADE EM REGÊNCIA DE CLASSE.

SALÁRIO MENSAL	CAPITAL	INTERIOR
	S	S
Menos de Cr\$80.000,00	9	10
De Cr\$80.000,00 a Cr\$99.999,99	14	10
De Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99	18	21
De Cr\$200.000,00 e mais	-	3
Não rege classe	27	24
Sem informação	32	32
TOTAL	100	100

T A B E L A X L I

4.2.1.4. FONTES DE RECURSOS MENSALIS DO DIRETOR E SUPERVISOR
(ALÉM DOS VENCIMENTOS)

V A L O R	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Menos de Cr\$10.000,00	-	-	-	-
De Cr\$10.000,00 a Cr\$49.999,99	4	-	-	3
De Cr\$50.000,00 a Cr\$99.999,99	3	-	-	2
De Cr\$100.000,00 a Cr\$199.999,99	1	-	4	-
De Cr\$200.000,00 a Cr\$299.999,99	-	-	-	-
De Cr\$300.000,00 a Cr\$399.999,99	-	-	-	-
De Cr\$400.000,00 a Cr\$499.999,99	-	4	-	-
De Cr\$500.000,00 e mais	6	9	13	-
Renda incerta	-	-	-	-
Não têm	44	64	61	82
Sem informação	42	23	22	13
TOTAL	100	100	100	100

dentes às dos supervisores, constata-se serem as taxas de supervisores que não dispõem de fontes de renda extra-salarial superiores às dos diretores em igual situação, na capital e no interior. Quanto aos que dispunham, na classe de "Cr\$500.000,00 ou mais", a percentagem de diretores foi menor que a de supervisores na capital, ao passo que no interior nenhum supervisor foi registrado nessa classe.

Confrontando-se a renda mensal extra-salarial dos diretores e supervisores com a dos professores (tabelas XLI e XIV), verifica-se situarem-se as taxas de professores que dispõem desse tipo de renda em faixas inferiores.

Na tabela XLII verifica-se ter sido na manutenção da família e com despesas pessoais que maiores percentagens

T A B E L A XLII

4.2.1.4. APLICAÇÃO DA RENDA DO DIRETOR E SUPERVISOR (U 100%)

APLICAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Auxiliar manutenção da família	13	18	26	55
Manter a família	17	23	35	18
Despesas pessoais	15	36	30	26
Livros	4	5	4	13
Vestuário	6	-	-	8
Poupança ou investimento	2	-	4	3
Outras despesas	15	9	22	11
Sem informação	44	27	13	3
TOTAL	116	118	134	137

de diretores e supervisores dispenderam seus recursos.

Entre os diretores preponderaram as despesas da família (encargo total), ao passo que entre os supervisores da capital as maiores percentagens referiram-se a despesas pessoais. No interior as despesas dos supervisores com a família voltou a preponderar, mas a título de ajuda (sem responsabilidade total).

Parece bem comprobatório do baixo nível econômico do magistério primário as percentagens extremamente baixas dos que conseguiram fazer alguma economia, conforme se verifica na categoria "poupança ou investimento" da tabela XLII (igualmente na tabela XV).

4.2.2. Formação Profissional e Aspirações

4.2.2.1. Habilitação

Por ocasião da coleta de dados (1965), as percentagens de diretores e supervisores da amostra diplomados a 20 anos ou mais foram as mais elevadas. Excetuaram-se os su

T A B E L A X L I I I

4.2.2.1. HABILITAÇÃO E TEMPO DECORRIDO DA DIPLOMAÇÃO DOS DIRETORES E SUPERVISORES.

HÁ QUANTOS ANOS SE DIPLOMARAM	PROFESSORES DIPLOMADOS			
	Capital		Interior	
	D	S	D	S
Menos de 5 anos	5	-	4	3
5 a 9 anos	5	14	-	10
10 a 19 anos	15	4	31	45
20 e mais	49	77	39	42
Não são diplomados	12	-	22	-
Sem informação	14	5	4	-
TOTAL	100	100	100	100

pervisores do interior, dos quais 45% tinham então de 10 a 19 anos de diplomados (Veja-se tabela XLIII).

Registraram-se na tabela XLIII 12% de diretores não diplomados na capital e 22% no interior. Trata-se de diretores de escolas particulares, sendo surpreendente a extensão do fato na capital. Os prejuízos que essa anomalia acarreta para o ensino dispensam quaisquer comentários.

As percentagens de diretores e supervisores da capital diplomados a mais de 20 anos foram mais altas que as do interior.

A tabela XLIV apresenta as percentagens de diretores e supervisores que realizaram cursos de especialização ou de outra natureza.

Os cursos relacionados com educação, de especialização ou de aperfeiçoamento, foram os realizados por maiores percentagens de professores. Na capital, apenas 1% dos diretores possuía curso superior de pedagogia e 4% de dire-

T A B E L A XLIV

4.2.2.1. CURSOS CONCLUÍDOS PELOS DIRETORES E SUPERVISORES
(ALÉM DO CURSO NORMAL) (U 100%)

C U R S O S	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Relacionados com educação, exceto pedagógico	24	50	22	26
Não relacionados com educação	17	4	13	-
Curso superior de pedagogia	1	-	-	-
Outros cursos superiores	4	4	-	-
Outros cursos	10	9	-	-
Nenhum curso	40	30	64	60
Não diplomados, apenas com curso primário	4	-	-	-
Não diplomados com o curso médio 1º ciclo	1	5	-	3
Não diplomados com o curso médio 2º ciclo (exceto normal)	1	-	-	3
Sem informação	7	2	5	8
TOTAL	109	104	104	100

tores e de supervisores eram portadores de diploma. noutro curso superior. No interior nenhum diretor nem supervisor possuía os referidos diplomas.

Foram muito altas as percentagens de diretores e supervisores que declararam jamais ter realizado qualquer curso (além do normal).

9% dos supervisores da amostra da capital e 3% da do interior havia se submetido a concurso para inspetor de ensino (tabela XLV). Nenhum diretor fez concurso específico para o cargo. Cerca de metade dos diretores e dos supervisores da capital fez concurso para professor primário, ao qual

T A B E L A XLV

4.2.2.1. CONCURSOS A QUE SE SUBMETERAM OS DIRETORES E SUPERVISORES (U 100%)

NATUREZA DO CARGO PLEITEADO	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Professor primário	49	45	74	89
Professor de ensino médio	-	5	4	-
Inspetor de ensino	-	9	-	3
Outros relacionados com o magistério	1	-	9	5
Sem relação com o magistério	8	5	-	-
Não fez concurso	3	-	-	3
Professor leigo	-	-	-	-
Sem informação	44	45	26	8
TOTAL	105	109	113	108

também se submeteram 74% dos diretores e 89% dos supervisores do interior. Pequenas percentagens de supervisores da capital e de diretores do interior fizeram concurso para professor de ensino médio.

O desinteresse pela leitura de assuntos relacionados com educação foi revelado por grande parte dos diretores e supervisores, haja vista as percentagens da tabela XLVI, referentes aos que incluem tais assuntos de leitura entre os seus preferidos (20% de diretores e 36% de supervisores). As maiores percentagens foram encontradas em "Literatura, arte, religião", cumprindo repetir o que foi dito antes a respeito dessa mesma preferência por parte dos professores - a estrutura das respostas sobre áreas de preferência de leitura não foi predeterminada.

T A B E L A XLVI

4.2.2.1. TIPO DE LEITURA PREFERIDA PELOS DIRETORES E SUPERVISORES (U 100%)

TIPO DE LEITURA	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Assuntos relacionados com educação, livros didáticos	20	36	22	31
Literatura, arte, religião	26	36	35	39
História	7	-	-	3
Ciência e Filosofia	6	14	4	-
Respostas absurdas	13	-	4	11
Tudo	16	46	30	29
Sem informação	25	-	22	5
TOTAL	113	132	117	118

Percentagens expressivas de professores e diretores manifestaram gosto pela leitura em geral ("tudo").

As percentagens de diretores e supervisores que declararam ler revistas pedagógicas (tabela XLVII) foram bem elevadas na capital (diretores 84% e supervisores 100%). No interior os números foram menores (69% dos diretores e 68% dos supervisores). Houve certa contradição entre os resultados das tabelas XLVI e XLVII, portanto.

4.2.2.2. Experiências de trabalho

A percentagem de diretores de escolas primárias que lecionam é menor que a de supervisores, na capital e no interior.

A metade da amostra dos supervisores (capital e interior) e cerca de um quarto dos diretores da capital declararam lecionar no curso primário; entretanto nenhum diretor

T A B E L A XLVII

4.2.2.1. PROFESSORAS QUE LÊEM REVISTAS PEDAGÓGICAS

LÊEM REVISTAS PEDAGÓGICAS	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Sim	84	100	69	68
Não	5	-	22	21
Sem informação	11	-	9	11
TOTAL	100	100	100	100

do interior declarou fazê-lo (tabela XLVIII). 26% dos diretores e supervisores da amostra do interior lecionavam no curso secundário, enquanto na capital a taxa que se manteve constante no interior caiu para 7% em relação aos diretores e 5%, aos supervisores. As percentagens dos que lecionaram no curso pedagógico foram um pouco mais altas no interior (9% de diretores e 5% de supervisores) do que na capital (apenas 2% dos diretores).

As taxas mais elevadas dos que lecionam nos cursos pedagógico e secundário no interior devem relacionar-se com a escassez de licenciados ali existente. Essa falta é suprida pelos professores primários, muito embora careçam, em sua quase totalidade, de habilitação para o ensino médio.

Frequentemente diretores ministraram cursos particulares (um aluno ou pequenos grupos de crianças).

Nesses cursos, conforme a tabela XLIX, na capital 32% da amostra dos diretores ensinavam línguas estrangeiras e 24% preparavam crianças para o exame de admissão, enquanto percentagens menores davam "banca" para alunos do curso primário e secundário e outros cursos não especificados.

35% da amostra dos diretores do interior preparavam crianças para o exame de admissão, 13% davam "banca" para alunos do curso primário, 4% para alunos do curso secundário.

TABELA XLVIII

4.2.2.2. DIRETORES E SUPERVISORES QUE LECIONAM (U 100%)

CURSOS	L E C I O N A M															
	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T
Primário	-	23	-	23	-	50	-	50	-	-	-	-	-	50	-	50
Curso de admissão	-	2	-	2	-	5	-	5	-	4	-	4	-	3	-	3
Curso médio secundário	-	7	-	7	-	5	-	5	-	26	-	26	-	26	-	26
Curso médio pedagógico	-	2	-	2	-	-	-	-	-	9	-	9	-	5	-	5
Outros	-	1	-	1	-	4	-	4	-	5	-	5	-	-	-	-
Não lecionam	-	-	60	60	-	-	27	27	-	-	57	57	-	-	24	24
Sem informação	5	-	-	5	9	-	-	9	4	-	-	4	-	-	-	-
TOTAL	5	35	60	100	9	64	27	100	4	44	57	105	-	84	24	108

T A B E L A X L I X

4.2.2.2. CURSOS PARTICULARES MINISTRADOS PELOS DIRETORES E SUPERVISORES (U 100%)

NATUREZA	D ã O C U R S O															
	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T	Sem Inf	S	N	T
Repetição do curso primário	-	9	-	9	-	5	-	5	-	13	-	13	-	8	-	8
Repetição do curso secundário	-	7	-	7	-	27	-	27	-	4	-	4	-	2	-	2
Preparo para o exame de admissão	-	24	-	24	-	18	-	18	-	35	-	35	-	8	-	8
Línguas estrangeiras	-	32	-	32	-	5	-	5	-	9	-	9	-	3	-	3
Outros	-	4	-	4	-	5	-	5	-	4	-	4	-	-	-	-
Não ministram cursos	-	-	13	13	-	-	36	36	-	-	65	65	-	-	79	79
Sem informação	11	-	-	11	4	-	-	4	8	-	-	8	-	-	-	-
TOTAL	11	76	13	100	4	60	36	100	8	65	65	138	-	21	79	100

dário, 9% ensinavam línguas.

As percentagens de supervisores que davam cursos particulares foram mais baixas que a de diretores que o faziam, conforme a tabela XLIX.

Parte da metade da amostra de diretores da capital (45%) havia anteriormente regido classe em grupo escolar, elevando-se essa percentagem ao nível de 65% na amostra dos diretores do interior (Veja-se a tabela L). Além disso, 36% na capital e 39% no interior haviam regido classe em escola rural. Essa experiência anterior dos diretores no magistério é de alto significado, pois lhes dá vivência dos problemas do ensino que nenhum mestre ou autor pode suprir.

As percentagens relativas ao tirocínio dos supervisores da capital em regência de classe rural ou de grupo escolar foram menores que as correspondentes aos diretores do interior, onde a percentagem de supervisores que haviam lecionado em escola rural foi mais baixa que a de diretores (29% e 39% respectivamente); com relação à regência de classe em grupo escolar os resultados foram do mesmo nível.

Além das funções já apontadas, as experiências anteriores de trabalho mais frequentes foram: para os diretores do interior a função de delegado escolar (17%); para os supervisores do interior, inspetor de ensino (45%), cargo em que a percentagem apontada se manteve ao passar a exercer outras funções de supervisão que não exclusivamente as de fiscalização; para os diretores da capital, vice diretor (7%) e para os supervisores da capital, secretário de escola (18%) e orientador (45%, a mais frequente para o referido tipo de informante). Cabe elucidar ser o cargo de orientador de ensino cargo extinto, tendo sido exercido por muitos dos inspetores de ensino, que posteriormente foram reclassificados nesse último cargo, por força de lei. Cerca da metade da amostra dos supervisores da capital (45%) se situaram neste caso.

As razões de ocupações exercidas anteriormente ao

T A B E L A L

4.2.2.2. FUNÇÕES RELACIONADAS COM EDUCAÇÃO EXERCIDAS ANTERIORMENTE PELOS DIRETORES E SUPERVISORES.

FUNÇÕES EXERCIDAS ANTERIORMENTE	CAPITAL						INTERIOR					
	D			S			D			S		
	S	N	T	S	N	T	S	N	T	S	N	T
Diretor	-	-	-	55	45	100	-	-	-	39	61	100
Vice-Diretor	7	93	100	-	100	100	9	91	100	5	95	100
Secretário da escola	6	94	100	18	82	100	-	100	100	3	97	100
Orientador	5	95	100	45	55	100	-	100	100	-	100	100
Delegado escolar	2	98	100	27	73	100	17	83	100	5	95	100
Inspetor de ensino	2	98	100	5	95	100	-	100	100	45	55	100
Regente de classe em escola rural	36	64	100	23	77	100	39	61	100	29	71	100
Regente de classe em grupo escolar	45	55	100	27	73	100	65	35	100	66	34	100
Outra	21	79	100	27	73	100	17	83	100	26	74	100

magistério e à direção terem sido abandonadas estão relacionadas na tabela LI. As percentagens mais elevadas foram as da categoria "designação para outro cargo". Em seguida, "transferência para outro estabelecimento de ensino ou outra localidade", excetuando-se entre os diretores da capital, "outro motivo", que apresentou taxa superior à primeira razão. Os "motivos políticos" interferiram um pouco, salvo entre supervisores da capital. Alguns diretores revelaram ter mudado de ocupação por se haverem casado (12% na capital e 10% no interior).

4.2.2.3. Tempo de serviço

Antes de assumir a função atual, regeram classe, durante 20 anos ou mais, 44% dos diretores e 68% dos supervisores da capital, conforme se lê na tabela LII.

Esses resultados decrescem paralelamente ao tempo de serviço em relação aos diretores, não ocorrendo o mesmo com os supervisores, entre os quais as percentagens caíram na faixa de 10 a 19 anos de serviço (9%), porém subiram novamente na faixa de 5 a 9 anos (14%), para descer mais uma vez na classe de 1 a 4 anos.

No interior as maiores concentrações recaíram em "10 a 19 anos" (35% de diretores e 47% de supervisores). Manteve-se a taxa quanto aos diretores em "5 a 9 anos", ao passo que as percentagens relativas aos supervisores baixaram com a redução do tempo de serviço. Em "20 anos ou mais", tanto para os supervisores como para os diretores do interior, as percentagens desceram em relação à faixa predominante. Foram poucos os diretores e supervisores que lecionaram durante um período inferior a 5 anos.

17% da amostra de diretores da capital e 8% do interior haviam dirigido outra escola anteriormente àquela em que se encontravam à época da coleta de dados desta monografia (tabela LIII).

O tirocínio dos componentes da amostra na direção de outras escolas que não a atual (em 1965) era de duração

T A B E L A L I

4.2.2.2. RAZÃO PELA QUAL DEIXOU DE EXERCER OCUPAÇÃO ANTERIOR

RAZÕES	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Resposta absurda	5	-	-	8
Transferência para outro estabelecimento de ensino ou outra localidade	15	14	32	8
Motivos políticos	2	-	5	2
Casamento	12	-	10	-
Designação para outro cargo	45	36	37	46
O titular da cadeira reassumiu	-	-	-	-
Outros motivos	17	5	8	5
Não exerceu outra ocupação anteriormente ao magistério	-	40	-	31
Sem informação	4	5	8	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A L I I

4.2.2.3. TEMPO DE EXERCÍCIO DO DIRETOR E SUPERVISOR EM REGÊNCIA DE CLASSE.

TEMPO DE EXERCÍCIO	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Menos de 1 ano	-	-	-	-
1 a 4 anos	6	4	4	8
5 a 9 anos	8	14	35	11
10 a 19 anos	28	9	35	47
20 anos ou mais	44	68	17	34
Sem informação	14	5	9	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A L I I I

4.2.2.3. TIROCÍNIO ANTERIOR EM DIREÇÃO DE OUTRA ESCOLA PRIMÁRIA.

TIROCÍNIO ANTERIOR EM DIREÇÃO DE ESCOLA	CAPITAL	INTERIOR
	D	D
Sim	17	8
Não	68	83
Sem informação	15	9
TOTAL	100	100

de 1 a 4 anos para 9% da capital e 4% do interior, de 5 a 9 anos para 5% da capital e 3% do interior e de 10 anos e mais para 3% da capital e 1% do interior (tabela LIV).

9% dos diretores da capital trabalhavam na escola onde se encontravam no ano de 1965 a menos de 1 ano, 23%, de 1 a 4 anos, 25%, de 5 a 9 anos, 19% de 10 a 19 anos e a 20 anos ou mais, 8%. Esses resultados, extraídos da tabela LV, revelam ter o diretor certa estabilidade na sua escola, o que é bom para o ensino. A queda de percentagens nas duas últimas classes há de ter relação com a aposentadoria, ao término do período do tempo da classe predominante.

No interior, a maior percentagem dos diretores (48%) estava de 1 a 4 anos na mesma escola. Foram menores as percentagens encontradas nas classes acima e abaixo daquela predominante (1 a 4 anos).

A tabela LVI apresenta a distribuição dos supervisores segundo o seu tempo de exercício na função, verificando-se ter grande parte deles, no ano de 1965, de 1 a 4 anos de exercício como supervisor (55% do interior e 31% da capital), havendo 11% do interior com menos de 1 ano na função. As percentagens baixaram mais bruscamente na capital, com o maior tempo de exercício, talvez porque aqui o maior merca-

T A B E L A L I V

4.2.2.3. TEMPO DE EXERCÍCIO EM DIREÇÃO DE OUTRAS ESCOLAS

TEMPO DE EXERCÍCIO	CAPITAL	INTERIOR
	D	D
Menos de 1 ano	-	-
De 1 a 4 anos	9	4
De 5 a 9 anos	5	3
De 10 anos ou mais	3	1
Não dirigiu outra escola	68	78
Sem informação	15	14
TOTAL	100	100

T A B E L A L V

4.2.2.3. TEMPO DE EXERCÍCIO COMO DIRETOR DO ESTABELECIMENTO ATUAL

TEMPO DE EXERCÍCIO	CAPITAL	INTERIOR
	D	D
Menos de 1 ano	9	13
1 a 4 anos	23	48
5 a 9 anos	25	17
10 a 19 anos	19	-
20 anos ou mais	8	-
Sem informação	16	22
TOTAL	100	100

T A B E L A LVI

4.2.2.3. TEMPO DE EXERCÍCIO DO SUPERVISOR NA FUNÇÃO

TEMPO DE EXERCÍCIO	CAPITAL	INTERIOR
	S	S
Menos de 1 ano	-	11
De 1 a 4 anos	55	31
De 5 a 9 anos	18	24
De 10 a 19 anos	9	24
20 anos ou mais	9	2
Sem informação	9	8
TOTAL	100	100

do de trabalho acene vantagens em outras ocupações, pelas quais seria abandonada a de supervisor.

4.2.2.4. Aspirações. Vocação

O valor da gratificação pretendida por maiores percentagens de diretores foi de Cr\$40.000,00 a Cr\$59.999,99 (16% da capital e 35% do interior), o que representa cerca do triplo do que os diretores das escolas públicas estaduais percebiam pela função. (Tabela LVII).

Em termos do salário mínimo mais alto do Estado no ano considerado, 27% da amostra dos supervisores da capital e 66% do interior consideravam que a justa remuneração pela função seria de dois salários mínimos, ou pouco mais. Essa ambição é por demais modesta, coincidindo com a predominante entre os professores primários (regentes de classe). (Veja-se tabela LVIII).

Cerca de 15% de diretores e supervisores declararam não pretender realizar novos cursos (tabela LIX). Dos que pretendiam, 38% da amostra de diretores e 64% de supervisores da capital, e menores percentagens no interior (35%

T A B E L A LVII

4.2.2.4. GRATIFICAÇÃO CONSIDERADA JUSTA PELA DIREÇÃO

V A L O R	CAPITAL	INTERIOR
	D	D
Menos de Cr\$20.000,00	1	13
De Cr\$20.000,00 a Cr\$39.999,99	8	26
De Cr\$40.000,00 a Cr\$59.999,99	16	35
Cr\$60.000,00 ou mais	14	13
Sem informação	61	13
TOTAL	100	100

T A B E L A LVIII

4.2.2.4. REMUNERAÇÃO CONSIDERADA JUSTA PELA FUNÇÃO DE SUPERVISOR

REMUNERAÇÃO PRETENDIDA	CAPITAL	INTERIOR
	QID	QID
Salário mínimo	-	3
2 Salários mínimos ou pouco mais	27	66
Resposta vaga	9	13
Sem informação	64	18
TOTAL	100	100

T A B E L A L I X

4.2.2.4. CURSOS QUE DIRETORES E SUPERVISORES PRETENDEM REALIZAR (U 100%)

NATUREZA DO CURSO	CAPITAL								INTERIOR							
	D				S				D				S			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Relacionado com educação exceto pedagogia	-	38	-	38	-	64	-	64	-	35	-	35	-	53	-	53
Não relacionado com educação	-	3	-	3	-	9	-	9	-	13	-	13	-	3	-	3
Superior de pedagogia	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Outros cursos superiores	-	9	-	9	-	-	-	-	-	9	-	9	-	16	-	16
Outros cursos	-	5	-	5	-	4	-	4	-	17	-	17	-	13	-	13
Nenhum	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-
Curso médio 2º ciclo	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não se aplica	-	-	14	14	-	-	14	14	-	-	17	17	-	-	16	16
Sem informação	19	8	-	27	9	4	-	13	4	5	-	9	-	-	-	-
TOTAL	19	68	14	101	9	81	14	104	4	83	17	104	-	93	16	109

dos diretores e 53% dos supervisores) indicaram pretender realizar cursos relacionados com educação.

Foram muito pequenas as percentagens encontradas aqui para o curso superior de Pedagogia, existindo maior interesse por outros cursos superiores.

A motivação para realizar novos cursos foi analisada na tabela LX.

A amostra de diretores justificou a pretensão de prosseguir os estudos pelo desejo de aperfeiçoamento profissional (44% na capital e 48% no interior). Entre os supervisores esse motivo não sobressaiu, predominando as respostas evasivas. Sem grande destaque embora, os motivos mais frequentemente apontados por eles na capital ainda foram o valor moral e o desejo de aperfeiçoamento (9% cada), porém no interior foi o de obter novos cargos (13%).

A metade da amostra dos diretores da capital tenciona manter-se na função (tabela LXI); no interior, percentagem bem aproximada (43%) tem a mesma intenção. Aspirações ocupacionais de outros diretores: "manter-se lecionando na escola primária" (12% na capital e 22% no interior); "lecionar em curso secundário" (13% e 17%) "ser inspetor de ensino" (14% e 9%), "ser supervisor" (5% na capital), "ser orientador educacional" (7% na capital e 4% no interior), "lecionar em curso normal" (5% na capital).

No interior não houve interesse dos diretores pela supervisão do ensino nem em lecionar no curso normal.

Quanto às aspirações dos supervisores, as maiores percentagens foram "ser inspetor de ensino" (24% na capital e 16% no interior) "ser delegado escolar" (26% no interior), "manter-se lecionando na escola primária" (23% na capital e 11% no interior) "ser supervisor de ensino" (14% na capital e 8% no interior), "lecionar em curso secundário" (9% na capital e 8% no interior), "lecionar no curso normal" (5% na capital e 8% no interior).

À época da coleta de dados, os inspetores de ensino percebiam salário equivalente ao do mais alto nível da

TABELA LX

4.2.2.4. RAZÃO PELA QUAL O DIRETOR E O SUPERVISOR ASPIRAM FREQUENTAR OUTRO CURSO (U 100%)

NATUREZA DO CURSO	CAPITAL														INTERIOR														
	D							S							D							S							
	Sem informação	Resposta vaga	Aperfeiçoamento profissional	Gosto	Obter novo cargo	Seu grande valor moral	Obter vantagem	Não se aplica	Total	Sem informação	Resposta vaga	Aperfeiçoamento profissional	Gosto	Obter novo cargo	Seu grande valor moral	Obter vantagem	Não se aplica	Total	Sem informação	Resposta vaga	Aperfeiçoamento profissional	Gosto	Obter novo cargo	Seu grande valor moral	Obter vantagem	Não se aplica	Total		
Relacionado com educação (exceto pedagógico)	1	-	32	2	1	2	1	-	39	-	5	-	-	-	4	-	-	9	-	-	35	-	4	-	9	-	48	-	
Não relacionado c/ educação	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	27	9	-	-	-	-	-	36	-	-	-	4	-	-	-	4	-	50	
Superior de pedagogia	-	-	1	1	-	-	-	-	2	-	9	-	-	-	5	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3	
Outros cursos de pedagogia	-	-	7	2	1	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	-	-	-	9	-	
Completar curso primário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	14	-	-	13	-	-	-	4	-	17	-	
Curso médio 1º ciclo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Curso médio 2º ciclo	-	-	1	-	2	-	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	
Outros cursos	-	1	1	3	-	1	1	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Não se aplica	2	-	-	-	-	-	-	14	16	-	-	-	-	-	-	-	14	14	-	-	-	-	-	-	17	17	-	-	
Sem informação	23	-	1	1	-	1	-	-	26	27	-	-	-	-	-	-	-	27	9	-	-	-	-	-	9	-	-	-	
TOTAL	26	1	44	9	5	4	4	14	107	27	64	9	-	-	9	-	14	123	9	-	48	8	9	-	13	17	104	-	55

T A B E L A L X I

4.2.2.4. ASPIRAÇÕES OCUPACIONAIS DOS DIRETORES E SUPERVISORES

NATUREZA DA ASPIRAÇÃO	CAPITAL						INTERIOR					
	D			S			D			S		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Lecionar curso secundário	13	87	100	9	91	100	17	83	100	8	92	100
Lecionar curso normal	5	95	100	5	95	100	-	100	100	8	92	100
Manter-se lecionando em escola primária	12	88	100	23	77	100	22	78	100	11	89	100
Ser diretor de escola	50	50	100	-	100	100	43	57	100	-	100	100
Ser inspetor de ensino	14	86	100	24	76	100	9	91	100	16	84	100
Ser delegado escolar	-	100	100	-	100	100	13	87	100	26	74	100
Ser supervisor de ensino	5	95	100	14	86	100	-	100	100	8	92	100
Ser orientador educacional	7	93	100	14	86	100	4	96	100	-	100	100
Outras relacionadas com educação	1	99	100	-	100	100	-	100	100	-	100	100
Respostas absurdas	3	97	100	-	-	-	4	96	100	-	-	-
Sem informação	20	80	100	-	-	-	13	87	100	-	-	-

carreira de professor primário (Cr\$180.600,00). Muito natural portanto ambicionarem aquele cargo, então o melhor remunerado no magistério primário, os que desempenhavam função de supervisão ou de direção.

A tabela LXII apresenta os resultados percentuais da ocupação "ideal" para diretores e supervisores da amostra e as justificativas de seu ponto de vista.

É animador verificar-se terem as maiores concentrações recaído justamente sobre a ocupação exercida, designada na referida tabela como "a mesma". Na amostra dos supervisores houve expressiva percentagem da categoria "outra relacionada com magistério", não encontrada no grupo dos diretores. A categoria "outra relacionada com educação" (excluído lecionar, incluída na categoria "outra relacionada com magistério") não obteve grande preferência: apenas 10% dos supervisores do interior a apontaram. Para ocupações "não relacionadas com educação" convergiram as predileções de 16% dos supervisores do interior e de 14% da capital, de 22% dos diretores do interior e somente de 2% da capital.

A "vocação" foi a razão mais insistente na indicação da ocupação ideal, pelos informantes. Houve ainda alguma convergência na citação do "valor social", cujas percentagens expressivas foram entretanto fracas no grupo dos diretores da capital (tabela LXII).

Convém repetir aqui o que foi dito a propósito da tabela LXII: vários informantes alegaram mais de uma justificativa para sua escolha da ocupação ideal, motivo da tabela LXII ultrapassar 100%.

Os supervisores da capital não estavam satisfeitos com as escolas sob sua responsabilidade, desejando trocá-las por outras. 100% deles assim se manifestaram, mas só a metade aspira remoção. No interior somente 13% não pretendem remover-se.

Perto de 60% da amostra de diretores, tanto na capital como no interior, informaram não desejar transferir-se. No interior apresentaram como motivo: "saúde", 17% ;

TABELA LXII

4.2.2.4. OCUPAÇÃO IDEAL (U 100%)

RAZÕES	OCUPAÇÃO IDEAL																							
	CAPITAL												INTERIOR											
	D						S						D						S					
	Sem informação	Resp. absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total	Sem informação	Resp. absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total	Sem informação	Resp. absurda	A mesma	Outra relac. c/ magistério	Outra relac. c/ educação	Não relac. c/ educação	Dona de casa	Total
Resposta absurda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Vocação	-	-	60	2	-	-	-	63	-	-	54	14	-	-	-	68	-	-	-	34	10	5	8	-
Valor social	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	9	4	-	5	-	18	-	-	3	16	5	5	-	29
Valor religioso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor(não determinado)	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem informação	21	1	11	2	-	1	-	36	9	-	-	-	-	9	-	18	9	-	8	-	-	3	3	19
TOTAL	21	1	73	4	1	2	-	102	9	-	63	18	-	14	-	104	9	-	82	4	-	22	-	105

"deseja morar em cidade grande", 9% e "deseja mudar de escola", 9%. Os supervisores do interior que queriam transferir-se mencionaram as seguintes razões: "PAMP* paga mal", 5%; "saúde", 3%; "deseja morar em cidade grande", 8%. Raros diretores da capital (2%) declararam pretender mudar de escola (tabela LXIII).

T A B E L A LXIII

4.2.2.4. PRETENSÃO DE OBTER REMOÇÃO (U 100%)

M O T I V O	CAPITAL		INTERIOR	
	D	S	D	S
Deseja mudar de escola	2	100	9	-
PAMP paga mal	-	-	-	5
Saúde	-	-	17	3
Deseja morar em cidade grande	-	-	9	8
Não pretende remover-se	59	-	56	13
Sem informação	39	-	9	69
Respostas evasivas	-	-	-	5
TOTAL	100	100	100	103

4.3. Aspectos do currículo

O processo educativo é, a um tempo, instrumento de conservação e de reconstrução ou renovação social. Onde a sociedade não definir com precisão certos ideais integrados no ritmo de vida de uma "civilização em mudança", não haverá condições para promover-se o controle do progresso social, através de um sistema dinâmico de educação escolar. A escola que se mantém em alheamento aos problemas do ambiente,

*"Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário", cuja finalidade é o treinamento do professor leigo.

se restringe a fornecer educação para a mera conservação de um "status quo", estagnação de um modo de vida incompatível com o ritmo vertiginoso e a trajetória da evolução do homem, ora empenhado em tarefas supostas impossíveis há algum tempo, como a conquista do espaço.

Entretanto, quando se atribui à escola a finalidade de promover o controle do progresso social, continua-se a esperar dela a preservação de quantos aspectos culturais, sociais e morais sejam reputados valiosos para a dignificação do homem.

A expansão do horizonte cultural do homem será, em última análise, a meta a atingir-se através do processo educativo. Mas não se poderá ignorar as condições concretas do ambiente, ou o fracasso será inevitável. Isso significa, em outras palavras, que a consecução das finalidades do processo está na dependência da adequação dos recursos (em sentido amplo, geral) utilizados.

Considerando o processo educacional no duplo papel apontado (conservador e reconstrutor), cumpre lembrar que a criança e o jovem recebem simultaneamente influências da escola, família, igreja, instituições recreativas e o exemplo dos adultos. Este conjunto de influências diversas constitui o conceito amplo de currículo.

Num outro conceito, mais restrito e mais tradicional, currículo significa o conjunto de matérias ensinadas na escola ou ainda, a seriação dos estudos. Finalmente, num conceito menos restrito e mais atual, exprime todas as experiências da responsabilidade da escola, por meio das quais as crianças são educadas. William Ragan* salienta que nesse conceito o currículo "não existe em livros de textos, nem nas seriações de estudos ou planos e intenções dos professores", mas sim "nas experiências das crianças" e que "o programa não se constitui currículo enquanto não se transforma

*Ragan, William B.
Currículo Primário Moderno.

em parte da experiência da criança". "As relações humanas na sala de aula, os métodos de ensino e os processos de avaliação são tão importantes partes do currículo quanto o conteúdo a ser aprendido".

O termo currículo será empregado nesta monografia, daqui por diante, na última das acepções expostas, acepção moderna e de dimensão escolar.

4.3.1. Organização da escola

De um ponto de vista prático, a educação consiste numa atividade e, como tal, realiza-se mediante um processo. Qualquer processo se desenvolve por etapas, ou graus sucessivos, contínuos. A passagem de um grau para outro representa sempre um progresso, um avanço no processo.

Os fatos apontados constituem princípios basilares da organização dos graus de ensino (designados comumente por diferentes nomes: classes, turmas, grupos ou séries).

Do ensino individualizado às "classes sob medida" e às classes homogeneizadas por critérios considerados válidos, há toda uma variedade de estruturas da unidade escolar, nos diversos níveis de ensino.

Nas tabelas que se seguem, será analisada a estrutura interna, ou seja, a organização da unidade escolar baixa de nível primário.

Nos prédios onde estão instalados os grupos escolares, muitas vezes funcionam, além do primário, outros cursos, em turnos distintos ou não. A tabela LXIV apresenta o percentual de grupos escolares em que funcionam outros cursos. Primeiramente convém salientar que as taxas percentuais de grupos escolares em que funcionam diversos cursos são sempre menores que as relativas àqueles grupos onde tais cursos inexistem. O curso pré-primário na capital e o de jardim de infância no interior funcionam em maiores percentagens que os demais ao lado do primário, em prédio comum.

Comezinha norma em administração escolar, recomenda o aproveitamento integral dos prédios escolares. O número de turnos em que a escola funciona é um dos aspectos des

se aproveitamento.

Vê-se, pela tabela LXV, que a capacidade dos prédios escolares só em raros casos é aproveitada totalmente. As percentagens de escolas da amostra, na capital como no interior, que funcionam em três turnos, são muito baixas. Predominaram as escolas que funcionam em dois turnos, à exceção das escolas isoladas do interior onde foi mais elevada a taxa relativa às escolas cujo funcionamento se restringe a um turno único.

T A B E L A LXIV

4.3.1. CURSOS QUE FUNCIONAM NO PRÉDIO ESCOLAR (ALÉM DO PRIMÁRIO).

C U R S O S	CAPITAL			INTERIOR		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Jardim de Infância	26	74	100	22	78	100
Pré-Primário	39	61	100	-	100	100
Ginásial	14	86	100	17	83	100
Normal	2	98	100	9	91	100
Colegial	-	100	100	4	96	100
Técnico comercial	1	99	100	4	96	100
Supletivo (primário para adulto)	19	81	100	9	91	100
Outros	6	94	100	13	87	100

Quanto ao tempo de duração dos diferentes turnos, houve variação de menos de 3 a 4 horas e mais, conforme resultados constantes da tabela LXVI. As percentagens mais altas situaram-se na categoria "todos funcionam 4 horas ou mais", percentagens sobremodo elevadas, de 70% para cima, em todos os tipos de escolas da amostra.

Para maior clareza do assunto, e tendo em vista a

T A B E L A LXV

4.3.1. NÚMERO DE TURNOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

NÚMERO DE TURNOS	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
1 turno	28	22	67	17
2 turnos	68	73	27	83
3 turnos	4	5	3	-
Sem informação	-	-	3	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A LXVI

4.3.1. TEMPO DE DURAÇÃO DOS TURNOS

DURAÇÃO DOS TURNOS	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Todos funcionam 4 horas ou mais	76	70	86	83
Mais de 3 e menos de 4 horas	16	18	5	4
Todos funcionam 3 horas	6	4	4	9
Menos de 3 horas em algum turno	2	5	1	4
Sem informação	-	3	4	-
TOTAL	100	100	100	100

sobreposição frequente dos conceitos de classe, série, turma, grau etc., fica estabelecido que nesta monografia entende-se por turma o conjunto de alunos de uma escola que durante um período letivo são mantidos agrupados para a reali

zação das atividades de ensino, por meio do trabalho cooperativo de um mestre e dos seus alunos. Eles podem ser ou não da mesma série (ou ano) escolar, compreendendo-se série como a classificação por nível de escolaridade.

As turmas são organizadas com mais frequência com alunos de uma única série, conforme foi constatado na tabela LXVII. As turmas de alunos de várias séries se encontram principalmente nas escolas isoladas. Nos grupos escolares são pequenas as taxas percentuais relativas a turmas assim constituídas.

T A B E L A LXVII
4.3.1. ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

NÚMERO DE SÉRIES	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
1	49	85	41	92
2	23	6	19	4
3	14	2	20	0
4	6	0	10	-
5	-	0	3	-
6	2	-	-	-
Sem informação	6	7	7	4
TOTAL	100	100	100	100

Os professores que lecionam em turmas formadas de várias séries têm opiniões divergentes quanto à conveniência para o ensino desse tipo de organização. Na tabela ... LXVIII pode ser apreciada a opinião dos professores sobre o assunto; alguns consideram o critério referido altamente prejudicial, outros, levemente prejudicial e finalmente um terceiro grupo, como sem inconveniente para o ensino.

T A B E L A L X V I I I

4.3.1. CONVENIÊNCIA DE TURMAS HETEROGÊNEAS QUANTO À SÉRIE ESCOLAR.

OPINIÕES	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
Não prejudica	17	1	4	-
Prejudica pouco	16	3	21	-
Prejudica muito	12	5	29	8
Não se aplica	49	85	41	92
Sem informação	6	6	5	-
TOTAL	100	100	100	100

Das três opiniões, predominou entre os professores a de que o dito critério prejudica muito o ensino, salvo entre os professores de escolas isoladas da capital, onde os resultados flutuaram sem predominância marcante em qualquer categoria, mas apenas com pequena superioridade no grupo de opinião que tal medida não acarreta inconvenientes para o ensino.

A matéria é efetivamente de natureza controversa. A teoria da aprendizagem apresenta argumentos pró e contra os dois critérios (série única ou não) mas as dimensões e natureza desta monografia não comportam a discussão das soluções que vêm sendo empregadas, com maior ou menor êxito, por vários sistemas de ensino*.

Nas escolas maiores, onde muitas crianças se apresentavam com o mesmo grau de escolaridade, a organização de turmas de cada série escolar atendeu aos critérios indicados na tabela LXIX.

*Hoje é geralmente aceito um critério flexível, admitindo ampla margem de diferenciação individual dentro das turmas, levando-se em conta os elementos psicológicos da personalidade, mas evitando-se distâncias acentuadas de inteligência e de instrução. (Veja-se Santiago Hernandez Ruyz - Organización Escolar. Introduction).

T A B E L A L X I X

4.3.1. CRITÉRIO DE ORGANIZAÇÃO DE TURMAS DE UMA MESMA SÉRIE ESCOLAR (U 100%).

C R I T É R I O	CAPITAL	INTERIOR
	GE	GE
Média final do curso	50	48
Média em alguma(s) matéria(s)	1	-
Idade	35	26
Sexo	5	-
Outro	9	18
Não se aplica	11	4
Sem informação	15	13
TOTAL	126	109

A média final do curso foi preferida por maior percentagem de escolas (50% na capital e 48% no interior), seguindo-se o critério de idade (35% na capital e 26% no interior).

Os critérios pelos quais se procedeu a distribuição das turmas aos professores variaram: habilidade especial ou curso de especialização no manejo de turmas de certo grau de escolaridade foi o critério que se apresentou em mais alta percentagem na capital (44%), contra o da mera de terminação do diretor da escola, no interior (48%). Percentagens também elevadas de escolas adotaram o critério de "preferência do professor". (42% e 39% na capital e interior, respectivamente). Na capital foi ainda usado o critério insólito de sorteio, forma omissa de organização (4%) (tabela LXX).

T A B E L A LXX

4.3.1. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS AOS PROFESSORES
(U. 100%).

C R I T É R I O	CAPITAL	INTERIOR
	GE	GE
Preferência do professor	42	39
Sorteio	4	-
Habilidade especial ou curso de especialização	44	22
Determinação do diretor	21	48
Outro	8	8
Sem informação	1	-
TOTAL	120	117

4.3.2. Planejamento do curso

A concepção dinâmica de currículo compreendido como "as experiências de responsabilidade da escola, por meio das quais as crianças são educadas", coloca o currículo em competição com o tempo, como salienta Dalilla C. Sperb. Os currículos não devem permanecer estagnados, gerando a defasagem entre a Escola e a Vida, mas sim acompanhar as modificações do sistema de vida, dos pontos de vista relativos à educação, aos conhecimentos da criança, aos processos da aprendizagem e ainda do ponto de vista político e das condições sócio-econômicas locais.

Essa necessidade de relacionar o currículo à vida, cria a da cooperação do professor e dos pais em qualquer projeto de revisão do currículo. Também a opinião pública deveria ser ouvida. Infelizmente, entre nós o relacionamento Escola-Comunidade e Escola-Família ainda não atingiu o estreitamento desejável, a ponto de lançar mão das suges-

tões que a comunidade e a família possam oferecer para o aperfeiçoamento do currículo. Restringe-se a tarefa do planejamento das atividades do período letivo ao âmbito da escola. E nem todas o elaboram. 13% dos grupos escolares da capital e 44% dos localizados no interior não fizeram tal planejamento (tabela LXXI). Em 65% das referidas escolas da capital e em 44% do interior, os responsáveis pelo planejamento foram diretores e professores, que trabalharam em colaboração. Houve escolas onde o planejamento foi confiado aos professores de cada série escolar (14% na capital e 4% no interior), e outras que cometeram o encargo ao professor da turma, exclusivamente.

T A B E L A LXXI

4.3.2. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DO CURSO (U 100%)

RESPONSÁVEIS	CAPITAL	INTERIOR
Diretor e professores	65	44
Diretor	4	-
Professores da série escolar	14	4
Professor da turma	1	13
Outro	4	4
Não houve planejamento	13	44
Sem informação	6	-
TOTAL	107	109

A consciência da necessidade de modificar a estrutura do ensino primário não foi uma constante entre professores, diretores e supervisores da capital, nem entre aqueles que desempenham idênticas funções no interior, é o que se conclui da tabela LXXII. No interior, cerca de metade

TABELA LXXII

4.3.2. NECESSIDADE DE REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO (U 100%)

SUGESTÕES	NECESSIDADE DE REFORMA																															
	CAPITAL												INTERIOR																			
	PEI				PGE				D				S				PEI				PGE				D				S			
	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total	Sem inform.	Sim	Não	Total				
Respostas absurdas	-	8	-	8	-	8	-	8	-	5	-	5	-	14	-	14	-	8	1	9	-	5	-	5	-	4	-	4	-	8	-	8
Modificar o programa. Regionalizar o ensino. Ensinar o que é de interesse para a vida prática.	-	8	-	8	-	26	-	26	-	22	-	22	-	27	-	27	-	6	-	6	-	14	-	14	-	13	-	13	-	16	-	16
Modificar os métodos ou aperfeiçoar os professores.	-	12	-	12	-	19	-	19	-	8	-	8	-	41	-	41	-	9	-	9	-	12	-	12	-	9	-	9	-	18	-	18
Modificar os processos de verificação de aprendizagem.	-	-	-	-	-	3	-	3	-	2	-	2	-	4	-	4	-	1	-	1	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Ampliar a duração do curso para 6 anos.	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	1	-	5	-	5	-	0	-	0	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestar assistência moral ao aluno	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	5	-	5	-	1	-	1	-	2	-	2	-	-	-	-	-	3	-	3
Abolir os programas. Ensino atendendo aos interesses da criança.	-	-	-	-	-	3	-	3	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não há necessidade	-	-	53	53	-	1	31	32	-	-	38	37	-	-	23	23	-	0	57	57	-	-	56	56	-	-	61	61	-	-	42	42
Sem informação	13	8	-	21	14	5	1	20	17	7	-	24	4	-	-	4	11	7	0	18	4	6	-	10	9	4	-	13	11	5	-	16
TOTAL	13	36	53	102	14	67	32	113	17	47	38	102	4	96	23	123	11	32	58	101	4	45	56	105	9	30	61	100	11	50	42	103

2

dos informantes julgavam desnecessária qualquer reforma. Na capital, a proporção que sustentou este ponto de vista foi menor, salvo na amostra de informantes de escolas isoladas, onde a percentagem dos que assim opinaram foi próxima às relativas ao interior. Os supervisores da capital constituíram o grupo de profissionais que melhor perceberam a premência da medida em discussão. Apenas 23% deles acharam a reforma desnecessária.

As sugestões para fazer a reforma estão contidas na mesma tabela LXXII. As mais frequentes foram "modificar os métodos ou aperfeiçoar os professores" e "modificar o programa, regionalizar o ensino, ensinar o que é de interesse para a vida prática". Na capital, cerca de um quarto de diretores, de supervisores e de professores de grupos escolares acharam necessário o que corresponde à segunda categoria acima referida, caindo a 8% os professores de escolas isoladas da capital que pensavam do mesmo modo. Elevou-se a 12% a taxa de regentes dessas escolas que sugeriram a "reforma de métodos e aperfeiçoamento dos professores". Entre os professores de escolas isoladas do interior a taxa que sugeriu essa modificação foi de 9%, sendo 6% os que opinaram pelas mudanças nos programas. Cerca de 15% de regentes dos grupos escolares de diretores e supervisores do interior também manifestaram preocupação com os programas, sendo inferior a taxa dos que apontaram a necessidade de modificar métodos, exceto entre os supervisores. Essa sugestão, que se equipara à de aperfeiçoar os professores, parece de maior alcance. Se o professor não for devidamente preparado para o seu mister de nada valerão reformas, leis ou assistência ao aluno. Todas as influências são importantes, mas inegavelmente o fator que reverte em maiores benefícios para o ensino é o da boa qualificação do professor. O bom professor tem capacidade para compensar um sem número de deficiências do ambiente escolar, ao passo que o incompetente desperdiça condições as mais favoráveis porventura existentes para o ensino, que não sabe conduzir. Foram insignifi -

cantes as percentagens de sugestões para modificar-se o processo de avaliação da aprendizagem. Parece terem muitos deixado de sugerir tal medida por esquecimento ou má compreensão do assunto, uma vez que ao se pedir que opinassem sobre os critérios em uso de promoção de alunos (tabela LXXIII), embora fossem mais altas as percentagens de informantes que reputaram tais critérios como "muito bons", aqueles que lhes fizeram restrições constituíram percentagens bastante expressivas. As restrições aos processos, subentende a opinião da necessidade de modificá-los. As taxas correspondentes aos informantes que julgaram precários os critérios de promoção foram bem menores que as referentes a "muito bons", mas ainda assim foram superiores às correspondentes aos que na tabela LXXII sugeriram modificar o critério de promoção. Houve ainda algumas sugestões no sentido de ampliar a duração do curso para 6 anos, de prestar-se assistência social ao aluno e de abolirem-se os programas.

T A B E L A LXXIII

4.3.2. OPINIÃO SOBRE CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO DE ALUNOS

O P I N I Ã O	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Muito bons	59	48	45	18	68	55	52	53
Bons com restrições	29	35	30	30	14	27	35	29
Precários	-	5	4	44	1	5	13	-
Sem informação	12	13	21	18	17	13	-	18
TOTAL	100	101	100	100	100	100	100	100

Voltando aos critérios de promoção de alunos, a tabela LXXIV apresenta sugestões dos informantes para modificá-los.

T A B E L A LXXIV

4.3.2. SUGESTÕES PARA MODIFICAR CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO DE ALUNOS (U 100%)

S U G E S T Õ E S	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Resposta absurda	8	7	5	27	1	5	4	18
Média do curso exclusivamente	4	15	11	14	1	19	18	2
Média do curso com maior peso que exame	2	-	5	-	0	1	-	-
Teste no 1º ano	-	-	1	-	0	-	-	-
Conceito do professor e provas objetivas	2	1	1	14	0	2	9	-
Exame oral	-	1	1	5	0	0	9	3
Promoção automática	4	1	3	-	0	-	4	3
Outros	4	2	1	4	1	1	-	3
Não é necessário modificar	59	48	45	18	69	55	52	53
Sem informação	19	25	45	18	29	17	4	18
TOTAL	102	100	118	100	101	100	100	100

Foram pequenas as percentagens de sugestões oferecidas. A sugestão mais frequente foi a de se considerar apenas a média do curso. Houve informantes que recomendaram o emprego simultâneo do conceito do professor e provas objetivas, alguns a favor dos exames orais e um pequeno grupo partidário da promoção automática.

A escolha do critério de promoção é importante, pois critérios falhos avalliam apenas aspectos de menor significado, em detrimento do que mais importa verificar. É o que acontece com exames constituídos de questões que apelam demasiadamente para a memória do aluno, desprezando a sua capacidade de raciocinar. Desavisadamente, entre nós os critérios de promoção apreciam a quantidade de conhecimentos adquiridos, mas não consideram toda uma gama de novos comportamentos e atitudes que por sua natureza não são passíveis de avaliação em situações de exame. A avaliação completa da aprendizagem deve abranger, em resumo, as novas formas de pensar, as novas maneiras de agir e as novas atitudes estruturadas pelo educando. Por essa razão, pensou acertadamente quem sugeriu aliarem-se provas objetivas e conceito do professor, conceito que deve ser a conclusão das observações e registros do mestre sobre o professor e as dificuldades de seus alunos, grau de participação nas atividades escolares e forma de relacionamento com o grupo.

Se o critério de promoção der ênfase apenas aos conhecimentos adquiridos, será de influência negativa no ensino, condicionando o professor a ocupar seus alunos principalmente em memorizar noções, de exatidão e valor muitas vezes duvidosos, e a deixar à margem da escola experiências de vida, únicas que realmente educam.

A promoção automática, anatematizada por muitos, considerada como solução por outros, derruba a barreira que os exames representam para o progressivo avanço nos níveis de escolaridade. Que significa "repetir" o ano escolar? Tem cabimento supor que em alguma criança parou o processo de desenvolvimento durante todo esse tempo? Se seu ritmo de ar

prendizagem foi mais lento, algum avanço ele fez. O remédio não será "repetir o ano", mas receber orientação adequada em classes de adaptação (ou recuperação) que funcionem ao lado das classes regulares e sejam frequentadas por um certo período, até que o aluno alcance sua turma.

Argumentos das mais diversas naturezas recomendam ou condenam a promoção automática. As concepções de Rousseau e de O'Neil sobre o processo educativo exercem muita influência nos partidários da promoção automática, em que pesem as cautelas que o educador deve tomar contra os exageros de ambos.

Houve professores, como também diretores e supervisores que declararam não haver necessidade de a escola primária ampliar seus programas de atividades. (tabela LXXV). Alguns informantes (pequenas taxas) responderam vagamente que era preciso ensinar "muitas coisas mais", enquanto outros, mais precisos, sugeriram intensificar as práticas de educação física, recreação, canto orfeônico e música, perfazendo os partidários dessas práticas percentagens bastante expressivas entre quase todos os tipos de informantes.

A amostra revelou preocupação com áreas do currículo menos convencionais, isto é, áreas geralmente menos exploradas em nosso ambiente, denotando convicção de que a finalidade do trabalho escolar não se limita à mera transmissão de técnicas e conhecimentos básicos para a vida futura do adulto. Tais informantes quiseram, por certo, expressar como concepção do objetivo do trabalho escolar a educação em sua acepção mais ampla, quando sugeriram a intensificação dos programas de atividades para o ensino da religião, da educação moral e cívica e da educação sexual, esta última dosada de acordo com o grau de desenvolvimento físico e maturidade psíquica do aluno.

4.3.3. Apreciação do processo educativo escolar e as perspectivas do professor, do administrador e do supervisor.

T A B E L A LXXV

4.3.2. SUGESTÕES DOS PROFESSORES PARA MODIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS (U 100%)

S U G E S T Õ E S	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Resposta absurda	6	3	5	5	7	4	4	5
Não é preciso	8	12	4	5	18	11	-	16
Atividades práticas (Regras de trânsito, economia doméstica, culinária, atividades agrícolas, noções de contabilidade.	16	42	27	45	21	28	48	42
História da Bahia	-	-	1	-	0	-	-	-
Muitas coisas mais	4	2	31	-	4	2	-	11
Recreação, Canto Orfeônico, Música	10	16	24	14	9	19	13	16
Educação Sexual, Religião, Instrução Moral e Cívica	19	11	15	27	7	13	35	16
Educação Física	4	10	4	27	4	16	31	18
Sem informação	45	26	19	18	38	29	17	5
TOTAL	112	122	130	141	108	122	148	129

Neste tópicos são apreciados aspectos gerais do ensino nas escolas primárias baianas, não incluindo a análise de métodos e processos "estritu sensu". As dimensões e a natureza da presente monografia não permitiram tratar-se especificamente desse importante aspecto do currículo escolar, que pela sua complexidade constitui, sozinho, matéria suficiente para uma monografia e requer metodologia de trabalho de campo bem diversa da que se utilizou aqui*.

4.3.3.1. Objetivos

O imperativo de qualidade na educação é irretorquível. Desatendê-lo é um crime contra a economia, uma barreira para o desenvolvimento de um povo, um perigo para a sua sobrevivência. Sem sermos entusiastas por qualquer estereótipo de sistema de educação, construído segundo algum "padrão" importado, acreditamos que educação de boa qualidade é a que permite, em última análise, "a afirmação política e cultural de um povo" como salienta Rômulo Almeida**. Se o processo educativo é fundamentalmente um processo social, ele só pode ser realizado em função da comunidade. Seria impossível a aquisição de uma visão ordenada do mundo à base exclusiva das percepções individuais, sem contacto do homem com seus semelhantes.

Urge que a escola se organize tendo em vista sua função social, a que deve atender de forma precisa e definida. Se os educadores não tiverem compreensão nítida e inteira convicção dos fins e objetivos da educação, a realização da tarefa educativa ficará gravemente comprometida.

*Concordamos com os que afirmam estarem superados, de um modo geral, os métodos de ensino utilizados em nossas escolas. A defasagem entre eles e o avanço da pedagogia é notória.

**"Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento", in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. XLVII, nº 105, jan. março 1967.

A época da realização dos trabalhos de campo deste estudo, na legislação da matéria vigorava a Lei nº 4.024 de 20-12-1961.

Os fins da Educação estão fixados no art. 1º da referida Lei, cujo art. 25* definia em particular os fins do ensino primário: "o desenvolvimento do raciocínio e das atividades da criança e a sua integração no meio físico e social".

Para melhor aquilatar de como os profissionais do magistério primário concebem os objetivos da escola primária, a sondagem de sua opinião no particular foi feita através de questão aberta, classificando-se as respostas obtidas na tabela LXXVI.

Houve predominância de respostas expressando aceitação do ponto de vista de não dever a escola primária pretender apenas informar, instruir, mas sim assegurar ao lado da formação básica intelectual, possibilidades para o "desenvolvimento da personalidade", "do processo de socialização" e "servir a Deus e à Pátria".

Entendemos que tais expressões, embora carentes da devida precisão de linguagem, permitem concluir-se que certa parte do pessoal de magistério possui uma compreensão mais ou menos aproximada de quais sejam os objetivos da escola primária, pelo menos no campo ideal.

Algumas das sugestões oferecidas na tabela LXXII, no item 4.3.2., revelam constituir percentagem de alguma expressão a porção do pessoal do magistério que alcança também a compreensão dos objetivos da escola primária num plano mais concreto, considerando devidamente as condições da

*Ao ser redigido este relatório o art. 25 encontra-se revogado, "ex-vi" do art. 87 da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, cujo art. 1º estabelece "O Ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". N.B. Adiante o parágrafo 1º desse mesmo artigo esclarece que o ensino de 1º grau corresponde ao ensino primário.

4.3.3.1. OBJETIVOS DA ESCOLA PRIMÁRIA NA OPINIÃO DOS PROFESSORES, ADMINISTRADORES E SUPERVISORES (U 100%).

O B J E T I V O S	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Respostas absurdas	10	4	4	-	7	2	-	2
Preparar a criança para a vida	25	38	29	46	20	31	35	21
Ler, escrever, contar. Preparar para o ginásio	17	20	9	9	19	14	31	16
Preparar para servir a Deus e à Pátria	4	1	2	4	4	5	4	8
Formação integral da criança. Formar personalidade. Educar, instruir e socializar	33	38	38	50	22	46	39	71
Instruir e educar	12	9	5	9	18	14	13	8
Formação moral, espiritual e cultural do aluno	2	2	4	-	3	1	4	8
Tornar a criança um ser útil a si e a sociedade	2	12	5	9	4	9	-	5
Despertar o interesse pelo estudo	2	2	-	5	2	-	-	-
Sem informação	16	6	21	-	17	10	9	-
TOTAL	123	132	117	132	116	132	135	139

vida prática e da realidade nacional, como importantes para a reforma do ensino.

Nem todos os educadores porém, revelaram compreensão satisfatória do papel da escola e lhe apontaram metas convencionais e superadas (tabela LXXVI) como "ler, escrever e contar" ou "preparar para o ginásio", verificando-se que tal opinião foi emitida por percentagens mais ou menos elevadas (de 9% a 31%) dos diferentes tipos de informantes. Esses não serão por certo proficientes no seu trabalho, pois quem ignora seu destino costuma perder-se pelo caminho.

A amostra do interior demonstrou-se quase sempre mais pessimista que a da capital (talvez demasiado otimista), quanto ao aspecto da consecução dos objetivos da escola primária (Veja-se tabela LXXVII).

A predominância de opiniões quanto ao aspecto citado incidiu sobre a categoria "em parte", salvo entre os professores de escolas isoladas da capital, que se demonstraram como a porção dos informantes mais benevolentes no particular, respondendo "sim" à questão, cerca de metade da sua amostra. O grupo que respondeu "não" foi o de mais baixo percentual, correspondendo essa resposta à opinião de que a escola primária baiana é uma instituição inoperante. Dos resultados obtidos, pode-se inferir que a maior parte do pessoal de magistério primário tem um ponto de vista intermediário, que nem supervaloriza nem deprecia a escola primária baiana.

A tabela LXXVII expõe também as suposições dos informantes quanto aos prováveis fatores de insucesso da escola, isto é, obstáculos à consecução dos seus objetivos.

A falta de colaboração da família, decorrente do baixo nível de instrução e da incompreensão do trabalho escolar, a má qualificação do professor, acarretando o emprego de métodos ineficientes e a indisciplina, a falta de apoio das autoridades, gerando precariedade de meios, foram considerados os fatores de insucesso da escola primária pelas maiores percentagens de informantes. Além desses, foram

4.3.3.1. CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS PELA ESCOLA PRIMÁRIA (NA OPINIÃO DOS PROFESSORES) (U 100%)

FATORES A QUE ATRIBUEM O INSUCESSO	OPINIÃO QUANTO À CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS																																							
	CAPITAL																INTERIOR																							
	PEI					PGE				D				S				PEI					PGE				D				S									
	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total	Sem inform.	Sim	Não	Em parte	Total					
Família (instrução, income, etc.)	-	-	-	25	25	-	-	1	20	21	-	-	-	10	10	-	-	-	13	13	-	-	1	11	12	-	-	1	26	27	-	-	4	35	39	-	-	-	21	21
Professor. Métodos. Indisciplina.	-	-	-	-	-	-	-	1	3	4	-	-	-	11	11	-	-	-	50	50	-	-	0	2	2	-	-	-	3	3	-	-	4	26	30	-	-	-	24	24
Programas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	0	0	0	-	-	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	3	3	
Falta de apoio dos superiores(ou Poder Público);	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Precariedade de meios: Instalações, aparelhamento.	-	-	-	4	4	-	-	1	7	8	-	-	-	10	10	-	-	-	32	32	-	-	3	12	15	-	-	-	9	9	-	-	-	18	18	-	-	2	40	42
Classes numerosas ou heterogêneas quanto a idade e nível de escolaridade.	-	-	-	2	2	-	-	-	4	4	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	1	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo nível mental. Desinteresse. Sub-nutrição. Baixo nível sócio-econômico.	-	-	-	-	-	-	-	1	9	10	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	0	4	4	-	-	-	10	10	-	-	-	4	4	-	-	-	3	3
Complexidade de vida atual	-	-	-	4	4	-	-	-	3	3	-	-	-	1	1	-	-	-	9	9	-	-	0	5	5	-	-	-	3	3	-	-	-	4	4	-	-	-	5	5
Desentendimento entre a direção da escola.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Respostas incompreensíveis	-	-	-	4	4	-	-	1	2	3	-	-	1	-	1	-	-	-	4	4	-	-	0	1	1	-	-	-	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não se aplica (isto é os objetivos foram alcançados.	-	53	-	-	53	-	40	-	-	40	-	35	-	-	35	-	14	-	-	14	-	41	-	-	41	-	29	-	-	29	-	18	-	-	18	-	13	-	-	13
Sem informação	12	-	-	6	18	8	-	1	8	17	12	-	-	9	21	-	-	-	14	14	15	2	3	12	32	21	-	1	15	37	4	-	-	9	13	-	3	3	2	8
TOTAL	12	53	-	45	100	8	40	6	57	111	12	35	1	50	98	-	14	-	122	136	15	43	7	49	114	21	29	3	70	123	4	18	8	96	126	-	16	5	103	124

ainda referidos os programas, a organização interna da escola com classes mal constituídas e excessivamente numerosas, a falta de entendimento entre corpo docente e direção da escola. Alguns informantes responsabilizaram a forma de vida atual, a sua complexidade, pelo insucesso da escola - resposta evasiva, pois ninguém, autoridade escolar ou profissional militante na educação teria responsabilidade direta no caso.

Houve ainda alguns informantes que deram como explicação da falta de êxito da escola o baixo nível sócio-econômico ou mental dos alunos, o seu desinteresse e a sua subnutrição.

Pergunta-se se não estará ocorrendo um círculo vicioso: a existência desses fatores dificultando o êxito do processo educativo institucional e o malogro do processo mantendo o "stato quo".

Houve respostas impossíveis de serem interpretadas; estão na categoria "respostas incompreensíveis".

4.3.3.2. Atividades

No critério de currículo adotado nesta monografia, ele abrange o conjunto de experiências da responsabilidade da escola, por meio das quais as crianças são educadas.

As tabelas LXXVIII a XCV informam o âmbito e a natureza das experiências que a escola primária vem desenvolvendo e apresentam a apreciação dos informantes sobre o valor educativo delas.

Pediu-se aos informantes indicar por ordem o que lhes parecia mais importante no ensino (tabela LXXVIII). As respostas se concentraram em "tudo é importante", nos quatro lugares da classificação proposta ("1º lugar", "2º lugar", "3º lugar" e "também são importantes"). A formação religiosa e a educação moral e cívica, bem como a socialização da criança, a formação de hábitos e o desenvolvimento do raciocínio foram apontados por pequenas percentagens de informantes. Mereceram também referência especial, porém me

TABELA LXXVIII

4.3.3.2. ATIVIDADES DO ENSINO CONSIDERADAS MAIS IMPORTANTES (U 100%)

ATIVIDADES	ORDEM DE IMPORTÂNCIA																															
	CAPITAL																INTERIOR															
	PEI				PGE				D				S				PEI				PGE				D				S			
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar
Respostas absurdas	4	6	4	14	4	4	5	5	10	3	7	1	9	9	9	-	7	5	6	3	5	7	7	2	-	-	-	-	3	-	-	-
Todas as atividades	59	53	49	31	63	62	52	29	37	44	37	22	68	68	64	55	62	60	46	22	54	57	47	31	87	91	78	52	76	79	71	55
Educação física	-	-	-	-	0	-	0	4	-	-	1	4	-	-	-	18	1	0	1	5	-	-	1	6	-	-	-	22	-	-	-	5
Música, Artes em geral	-	-	4	-	-	0	0	8	1	1	-	11	-	-	-	9	-	1	0	3	0	-	0	7	-	-	-	18	-	-	-	13
Recreação, Excursões	-	2	-	6	1	-	2	12	-	1	-	6	-	-	-	4	0	1	3	6	0	0	0	15	-	-	-	17	-	-	3	8
Desenvolver raciocínio.																																
Resolver problemas	2	4	4	-	2	1	2	-	1	-	3	-	-	-	4	-	-	1	1	1	0	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Formação de hábitos	6	-	-	6	3	4	4	5	5	5	3	5	5	4	-	-	1	2	2	3	4	2	4	5	-	-	4	4	-	3	-	3
Socialização da criança.																																
Boas maneiras	-	-	2	2	1	2	2	2	6	3	2	2	4	-	-	-	1	1	2	3	1	1	2	5	-	-	-	4	3	-	-	3
Formação religiosa, Educa-																																
ção Moral e Cívica	4	4	2	12	4	2	3	15	7	8	8	14	14	9	5	32	4	2	8	13	6	3	6	13	4	-	5	31	3	-	8	37
Outros	-	2	-	-	-	-	0	3	-	-	-	5	-	-	5	5	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Sem informação	25	29	37	45	22	25	32	43	33	35	39	49	18	23	27	27	24	27	31	50	29	29	33	47	9	9	13	17	18	18	21	24
TOTAL	100	100	102	116	100	100	102	126	100	100	100	119	118	113	114	150	100	100	100	110	100	100	101	133	100	100	100	165	103	100	103	154

nos numerosa percentualmente e com grande oscilação de resultados, música (e artes em geral), educação física, recreação, excursões e as atividades que desenvolvem o raciocínio.

É interessante observar-se que "formação religiosa e educação moral e cívica" foi a única categoria de resposta a apresentar resultado classificatório, definido. Entre todos os tipos de informantes da amostra, ela se situou em maior concentração no quarto lugar. As instituições para-escolares oferecem oportunidade para o desenvolvimento de atividades de alto teor qualitativo para o ensino, pelo caráter de vida que são revestidas. Elas motivam o aprendizado de várias áreas do ensino, conduzem à integração de atitudes desejáveis em grupo, à formação de bons hábitos de trabalho e ao aproveitamento sadio das horas de lazer, enfim, enriquecem o currículo escolar, tornando mais atrativas as escolas e facilitando a consecução dos seus objetivos.

As escolas primárias onde funcionaram tais atividades no ano de 1965 (tabela LXXIX) ainda foram raras, notadamente no interior. Nas escolas isoladas as percentagens correspondentes aos estabelecimentos do interior foram insignificantes, elevando-se um pouco na capital apenas de referência a jornal (ou revista) e museu que funcionaram em 8% de tais escolas e clube de leitura, em 12%. Nos grupos escolares da capital a mais frequente foi jornal (ou revista) .. (31%), havendo cerca de um quarto dos estabelecimentos em que funcionaram cooperativas, clubes esportivos, escotismo, clubes de leitura, clubes de ciências, museus e atividades agrícolas.

A Associação de Pais e Mestres é uma instituição da máxima importância. Ainda que não seja de atuação direta no ensino, tem capacidade para nele interferir de maneira decisiva. Funcionou em maiores percentagens do que as instituições de alunos em todos os tipos de escolas da amostra, sendo mais numerosas nos grupos escolares da capital (70%).

Em Salvador, em 14% das escolas isoladas e em 2%

T A B E L A LXXIX

4.3.3.3. INSTITUIÇÕES PARA-ESCOLARES E CONGÊNERES

ATIVIDADES	CAPITAL						INTERIOR					
	EI			GE			EI			GE		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Cooperativa	-	100	100	27	73	100	2	98	100	9	91	100
Jornal ou revista	8	92	100	31	69	100	0	100	100	13	87	100
Clube esportivo	-	100	100	23	77	100	1	99	100	4	96	100
Escotismo	-	100	100	23	77	100	0	100	100	4	96	100
Clube de leitura	12	88	100	26	74	100	2	98	100	4	96	100
Clube de ciências	2	98	100	24	76	100	1	99	100	4	96	100
Atividades agrícolas	2	98	100	25	75	100	2	98	100	4	96	100
Museu	8	92	100	25	75	100	1	99	100	4	96	100
Associação de pais e mestres	37	63	100	70	30	100	28	72	100	30	70	100

dos grupos escolares não foram realizadas festas escolares (em 1965), enquanto no interior essas taxas se elevaram em relação às escolas isoladas a 26%. Os grupos escolares do interior, sem exceção, promoveram tais festas no decorrer do ano citado. (Veja tabela LXXX).

Os motivos quase exclusivos para a realização de festas escolares foram as comemorações pelo transcurso de datas cívicas e homenagens a autoridades. As festas de caráter estritamente recreativo foram raras e as beneficentes ainda mais. Houve escolas em que se realizaram festas de outra natureza, englobadas na categoria "outra".

Cerca de 60% dos grupos escolares da amostra promoveram, no ano considerado, reuniões do corpo docente com a direção, para a discussão de assuntos pedagógicos. Em 20% dos grupos escolares da capital e em 18% do interior essas reuniões se realizaram menos de 5 vezes. Em 19% na capital e 17% no interior elas se repetiram de 5 a 9 vezes e em 13% da capital e 17% do interior, houve 10 ou mais reuniões (tabela LXXXI).

Tais reuniões não ocorreram em 30% da amostra de grupos escolares da capital e em 26% no interior.

Nessas reuniões, os assuntos discutidos (tabela LXXXII) variaram desde planejamento de atividades do currículo a problemas de ajustamento dos alunos, questões de disciplina e avaliação da aprendizagem, entre outros, discriminados todos na tabela LXXXII.

A tabela LXXXIII apresenta a distribuição percentual dos usuários beneficiados pelas atividades das bibliotecas escolares. Cerca da metade dos estabelecimentos da capital e do interior não dispõem de biblioteca. Mais de 40% dos que a possuem restringem o seu uso aos professores e/ou alunos, e apenas 5% na capital e 9% no interior franqueiam-na a outros.

Num Estado em que as bibliotecas são raras, as escolas deviam facilitar mais a sua utilização pelos interessados.

T A B E L A LXXX

4.3.3.2. FESTAS ESCOLARES

MOTIVO DE FESTA	REALIZAÇÃO															
	CAPITAL								INTERIOR							
	EI				GE				EI				GE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Cívica ou homenagem em geral	-	61	-	61	-	67	-	67	-	57	-	57	-	78	-	78
Beneficente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	-	-	-
Recreativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Outra	-	2	-	2	-	23	-	23	-	5	-	5	-	13	-	13
Não houve festas	-	-	14	14	-	-	2	2	-	-	26	26	-	-	-	-
Sem informação	4	19	-	23	1	14	-	15	5	10	-	15	-	9	-	9
TOTAL	4	82	14	100	1	104	2	107	5	73	26	104	-	100	-	100

T A B E L A LXXXI

4.3.3.2. REUNIÕES PARA DISCUSSÃO DE ASSUNTOS PEDAGÓGICOS

NÚMERO DE REUNIÕES	REALIZAÇÃO							
	CAPITAL				INTERIOR			
	GE				GE			
	Sem inf.	Sim	Não	T	Sem inf.	Sim	Não	T
Menos de 5 vezes	-	20	-	20	-	18	-	18
5 a 9 vezes	-	19	-	19	-	17	-	17
10 ou mais	-	13	-	13	-	17	-	17
Não houve reunião	-	-	30	30	-	-	26	26
Sem informação	9	9	-	18	13	9	-	22
TOTAL	9	61	30	100	13	61	26	100

T A B E L A LXXXII
4.3.3.2. ASSUNTOS DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS

A S S U N T O S	REALIZAÇÃO									
	CAPITAL					INTERIOR				
	GE					GE				
	Sem inf	Sim	Não	não se apl.	T	Sem inf	Sim	Não	não se apl.	T
Planejamento de atividades curriculares	-	44	28	28	100	-	22	52	26	100
Relato e discussão de atividades realizadas	1	34	37	28	100	-	17	57	26	100
Comemorações cívicas	1	48	23	28	100	-	57	17	26	100
Problemas da caixa escolar	1	21	50	28	100	-	13	61	26	100
Problemas de biblioteca	1	15	56	28	100	-	9	65	26	100
Outras atividades extra-classe (excursões, festas)	2	39	31	28	100	-	35	39	26	100
Boletim escolar, relatórios, registro de frequência	1	39	32	28	100	-	43	31	26	100
Alunos problemas	1	39	32	28	100	-	22	52	26	100
Questões disciplinares	1	36	35	28	100	-	48	26	26	100
Critérios de avaliação da aprendizagem	1	40	31	28	100	-	22	52	26	100
Problemas de aprendizagem	2	26	44	28	100	-	30	44	26	100
Problemas de material escolar	1	27	44	28	100	-	48	26	26	100
Dificuldades do professor no ensino	1	23	48	28	100	-	9	65	26	100
Outros	1	11	60	28	100	-	9	65	26	100

T A B E L A LXXXIII

4.3.3.2. A QUEM É FRANQUEADA A BIBLIOTECA (U 100%)

LEITORES	CAPITAL	INTERIOR
	tal	rin
Alunos	5	9
Professores	3	-
Professores e alunos	36	35
Outros	5	9
Não têm biblioteca	51	43
Sem informação	6	13
TOTAL	106	109

4.3.3.3. Relacionamento da Escola com a Família e a Comunidade.

Escola e família se ocupam do mesmo objeto e agem sobre ele ao mesmo tempo, assumindo responsabilidades imediatas e mediatas da maior significação para o indivíduo, a sua família e a comunidade a que pertence. Daí a importância de uma atuação harmoniosa desses diferentes agentes de educação.

A escola e a família devem conhecer-se, identificar-se e trabalhar juntas, a fim de evitar choques, cuja vítima será a criança.

Mais do que no passado, a escola de hoje são cometidas responsabilidades pela educação do jovem, pois em muitos lares modernos a função educadora é bastante limitada. Para enfrentar esse problema da omissão da família não deve a escola agir isoladamente, cumprindo-lhe entrosar-se com a comunidade, a fim de conduzir a educação das crianças conforme as aspirações da sociedade.

Mas a harmonia de pontos de vista na educação do

aluno não é o único aspecto a levar em conta no relacionamento escola, família, comunidade. É também considerada parte da missão da escola estender a sua atuação à família e, ultrapassando-a, atingir a própria sociedade.

No campo prático as relações entre os agentes de educação apontados são estreitadas por meio de Associações de Pais e Mestres, de visitas, reuniões, festas e de apelos à família e à comunidade para que levem à escola a sua colaboração, a propósito de opinar quanto à programação do currículo e de ajudar na solução de vários problemas de administração e de assistência ao aluno, que a escola sozinha não poderá resolver satisfatoriamente. Grande parte das escolas primárias na Bahia ainda não possuem "Associações de Pais e Mestres", conforme se vê na tabela LXXIX. Essa falta é bem mais extensa no interior, onde ocorreu em concentração de aproximadamente 70% das escolas, na amostra. Andou perto desse nível a taxa correspondente às escolas isoladas da capital. Apenas nos grupos escolares da capital foi registrada com mais frequência a existência da "Associação de Pais e Mestres", perfazendo a taxa de 70%.

Na maioria dos estabelecimentos onde funcionou, a Associação se reuniu menos de 5 vezes no decorrer do ano de 1965, seguindo-se por ordem decrescente quanto ao número de reuniões, 5 a 9 vezes. Foram pequenas as percentagens de estabelecimentos da capital e do interior que se reuniram maior número de vezes, conforme se verifica na tabela LXXXIV.

Nessas reuniões foram tratados diversos assuntos (tabela LXXXV), tais como problemas de ajustamento no lar e na escola, problema de administração da escola, realização de festas escolares, assiduidade e disciplina dos alunos, regulamento da escola.

"Regulamento da escola" foi o de maior frequência nos grupos escolares (33% na capital e 22% no interior) e "assiduidade e disciplina dos alunos" predominou nas escolas isoladas (13% na capital e 11% no interior).

T A B E L A LXXXIV

4.3.3.3. REUNIÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES

NÚMERO DE REUNIÕES	REALIZAÇÃO											
	CAPITAL						INTERIOR					
	EI			GE			EI			GE		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Menos de 5 vezes	29	-	29	17	-	17	17	-	17	13	9	22
5 a 9 vezes	8	-	8	13	-	13	6	-	6	17	-	17
10 a 14 vezes	-	-	-	6	-	6	2	-	2	-	-	-
15 a 19 vezes	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-
20 a 24 vezes	-	-	-	6	-	6	-	-	-	-	-	-
25 a 29 vezes	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
30 ou mais	-	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-	-
Não houve reuniões	-	63	63	-	30	30	-	72	72	-	44	44
Sem informação	-	-	-	18	-	18	3	-	3	-	17	17
TOTAL	37	63	100	70	30	100	28	72	100	30	70	100

4.3.3.3. ASSUNTOS DISCUTIDOS NAS REUNIÕES DE PAIS E MESTRES (U 100%)

A S S U N T O S	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Resposta absurda	-	6	1	-
Problemas de ajustamento da criança no lar	-	2	1	-
Problemas de ajustamento da criança na escola	6	1	1	4
Problemas de administração da escola	8	-	2	4
Festas escolares	2	13	5	4
Assiduidade e disciplina dos alunos. Assuntos relacionados	13	12	11	9
Comunicações referentes ao regulamento da escola: horário, fardamento, fornecimento de merenda, novas exigências para matrícula do aluno	-	33	-	22
Outros	8	10	10	4
Não houve reuniões	63	30	72	44
Sem informação	8	21	7	18
TOTAL	108	128	110	109

Indagou-se dos informantes se lhes parecia pertinente a escola solicitar a opinião da família sobre currículo, regulamento etc. (tabela LXXXVI). Uma parte da amostra omitiu-se de dar seu parecer. Na capital houve maiores percentagens dos que compreenderam a necessidade de as sugestões das famílias serem consideradas. Entretanto, metade dos supervisores da capital achou sem cabimento que a família opinasse no trabalho escolar, por ser incompetente, ou por ter pontos de vista sempre opostos à escola. É lamentável que justamente os supervisores, cuja compreensão do problema educacional deveria ser a mais ampla, tenham uma visão distorcida no caso. No interior as percentagens de opiniões predominantes recaíram nos grupos contrários à participação da família nas discussões dos assuntos escolares. Essa predominância foi menos acentuada entre os supervisores, cujas opiniões se dividiram (praticamente meio a meio), o mesmo acontecendo entre os professores de escolas isoladas do interior, havendo entre esses pequena diferença favorável à aceitação das sugestões das famílias.

A proporção de professores da amostra que tiveram contato direto com as famílias de todos os seus alunos foi muito pequena, conforme se verifica pelas percentagens lançadas na tabela LXXXVII. Em todos os grupos de professores da amostra, tanto na capital como no interior, foi de 35% ou mais a taxa dos professores, que tiveram a oportunidade de tal contato com mais de 6 famílias de alunos.

Houve pequenas percentagens de professores que jamais tiveram contato direto com as famílias dos seus alunos, de acordo com o que informaram. Parece ter havido da parte desses professores certa incompreensão da questão, interpretada como se se indagasse do contato do professor com a família reunida, e não com qualquer dos responsáveis pela criança, como se pretendia apurar.

As percentagens de professores e diretores da amostra que visitaram mais de 7 famílias foram bem menores na capital (professores de escolas isoladas 8%, de grupos esco

T A B E L A LXXXVI

4.3.3.3. PERTINENCIA DA OPINIÃO DA FAMÍLIA NO TRABALHO DA ESCOLA

[illegible]

T A B E L A LXXXVII

4.3.3.3. NÚMERO DE FAMÍLIAS COM AS QUAIS O PROFESSOR TEVE CONTATO NO DECORRER DO ANO.

NÚMERO DE FAMÍLIAS	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
1 família	-	-	0	-
2 famílias	2	3	2	1
3 famílias	2	2	2	0
4 famílias	2	1	4	2
5 famílias	2	4	3	5
6 famílias	2	3	5	4
Mais de 6 famílias	35	49	43	59
Nenhuma	-	2	4	5
Todas	8	9	6	1
Sem informação	47	27	31	23
TOTAL	100	100	100	100

lares 9% e de diretores 25%) do que no interior (31%, 33% e 61%, respectivamente). A tabela LXXXVIII apresenta ainda elevadas percentagens de professores da amostra do interior e da capital que jamais visitaram alguma das famílias dos seus alunos, mas somente 17% dos diretores do interior estavam nesse caso.

Os motivos das visitas dos diretores às famílias constam da tabela LXXXIX. Na capital, o motivo de maior percentagem foi o de natureza social (23%). No interior, foi a necessidade de discutir problemas da criança com a família (39%).

Quanto aos motivos das visitas das famílias à escola, veja-se a tabela XC. Foram declarados com mais frequência "informar-se sobre o aproveitamento do aluno" e "justificar faltas às aulas". Pequenas percentagens dessas visitas foram feitas a fim de "solicitar maior carga de trabalhos escolares" para serem feitos em casa, "protestar contra tratamento dispensado ao aluno na escola", "pedir orientação sobre relacionamento da própria família com a criança". As percentagens de famílias que não visitaram a escola espontaneamente foram mais altas no interior (escolas isoladas 61% e grupos escolares 66%) do que na capital (45% e 18%, respectivamente).

As escolas da capital que não solicitaram entendimentos com as famílias foram menos frequentes do que as do interior, haja vista as percentagens registradas na coluna competente da tabela XCI. A razão mais apontada para essa solicitação foi a de informar à família e com ela discutir sobre a "falta de assiduidade, pontualidade e disciplina dos alunos", seguindo-se o motivo de querer discutir com a família sobre "aproveitamento insuficiente ou desinteresse do aluno". Houve também pequenas percentagens de solicitações ligadas a "problemas de saúde" ou de "ajustamento da criança ao grupo" e finalmente a intenção de incentivar o "entrosamento da família com a escola".

As festas escolares são excelente pretexto para a

T A B E L A LXXXVIII

4.3.3.3. VISITAS DOS PROFESSORES ÀS FAMÍLIAS DOS ALUNOS

NÚMERO DE FAMÍLIAS VISITADAS	FIZERAM VISITAS					
	CAPITAL			INTERIOR		
	PEI	PGE	D	PEI	PGE	D
1 família	4	3	3	1	2	-
2 famílias	17	3	2	3	2	-
3 famílias	2	2	6	2	1	-
4 famílias	-	1	1	-	2	-
5 famílias	2	3	1	4	4	4
6 famílias	-	-	-	4	3	-
Mais de 6 famílias	8	9	25	31	33	61
Todas	-	-	-	4	-	-
Não fizeram visitas	61	67	54	50	41	17
Sem informação	6	12	8	1	12	18
TOTAL	100	100	100	100	100	100

T A B E L A LXXXIX

4.3.3.3. MOTIVOS DAS VISITAS ÀS FAMÍLIAS DOS ALUNOS (U 100%)

M O T I V O S	CAPITAL	INTERIOR
	D	D
Social	23	26
Melhorar relacionamento com a família	3	9
Discutir problemas relacionados com a criança	6	39
Solicitar colaboração	-	-
Outros	14	13
Não foram feitas visitas	54	7
Sem informação	5	9
TOTAL	105	113

T A B E L A X C

4.3.3.3. VISITAS ESPONTÂNEAS DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS À ESCOLA (U 100%)

MOTIVOS DAS VISITAS	FIZERAM VISITAS															
	CAPITAL								INTERIOR							
	EI				GE				EI				GE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Informar-se sobre o aproveitamento do aluno	-	31	-	31	-	50	-	50	-	20	-	20	-	17	-	17
Solicitar maior carga de trabalhos para casa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	-	4	-	4
Justificar faltas do aluno	-	16	-	16	-	31	-	31	-	16	-	16	-	17	-	17
Protestar contra tratamento dispensado ao aluno	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	4	-	4
Solicitar ajuda financeira	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedir orientação sobre relacionamento da própria família com a criança	-	-	-	-	-	4	-	4	-	1	-	1	-	-	-	-
Outro motivo não declarado	-	10	-	10	-	22	-	22	-	4	-	4	-	9	-	9
Resposta absurda	-	4	-	4	-	2	-	2	-	1	-	1	-	-	-	-
Não foram feitas visitas	-	-	45	45	-	-	18	18	-	-	61	61	-	-	66	66
Sem informação	4	6	-	10	1	4	-	5	4	3	-	7	-	-	-	-
TOTAL	4	67	45	116	1	116	18	135	4	45	61	110	-	51	66	117

T A B E L A X C I

4.3.3.3. SOLICITAÇÃO DA VINDA DA FAMÍLIA À ESCOLA (U 100%)

MOTIVO DA SOLICITAÇÃO	FREQUÊNCIA DOS CONTATOS																			
	CAPITAL										INTERIOR									
	EI					GE					EI					GE				
	Sem inf.	Frequent.	Raramente	Nunca	Total	Sem inf.	Frequent.	Raramente	Nunca	Total	Sem inf.	Frequent.	Raramente	Nunca	Total	Sem inf.	Frequent.	Raramente	Nunca	Total
Aproveitamento insuficiente ou desinteresse do aluno	-	31	12	-	43	-	32	1	-	33	-	17	8	-	25	-	48	13	-	61
Falta de assiduidade, de pontualidade, de disciplina	-	35	18	-	53	-	38	6	-	44	-	19	17	-	36	-	48	17	-	65
Problemas de saúde ou de ajust.	-	-	2	-	2	-	11	-	-	11	-	1	1	-	2	-	4	-	-	4
Entrosamento da família com a escola	-	-	4	-	4	-	10	1	-	11	-	4	3	-	7	-	13	5	-	18
Outro	-	9	-	-	9	-	17	4	-	21	-	6	4	-	10	-	-	-	-	-
Resp. absurda	-	4	-	-	4	-	1	1	1	3	-	1	1	-	2	-	-	-	-	-
Não houve solicitação	-	-	-	6	6	-	-	-	-	-	-	-	1	9	10	-	-	-	4	4
Sem informação	4	8	6	-	18	5	10	2	-	17	12	2	9	1	24	-	-	4	-	4
TOTAL	4	87	42	6	139	5	119	15	1	140	12	50	44	10	116	-	113	39	4	156

escola fomentar sua aproximação com a comunidade e as famílias.

Nem todas as escolas promoveram essas festas. As percentagens registradas na tabela LXXX, assim informam. Na queles estabelecimentos onde houve festas, as famílias, atendendo a convite, compareceram em número expressivo em 35% ou mais das escolas, conforme a tabela XCII. As percentagens de escolas nas quais o comparecimento das famílias foi fraco foram bem menores que as percentagens relativas às escolas onde as famílias compareceram mais frequentemente.

A mesma coisa ocorreu em relação às autoridades (tabela XCIII).

A comunidade prestou algum auxílio às escolas, por solicitação direta ou não, conforme se vê nas tabelas XCIV e XCV.

Contudo, verificou-se que nenhuma sô escola recebe sugestões da comunidade para a programação do trabalho escolar ou para o seu desenvolvimento. Esse é um dos aspectos mais negativos da escola primária brasileira, o qual vem dificultando sua integração à realidade nacional. O empenho das autoridades e técnicos educacionais no sentido de alcançar essa integração é inegável, porém tem sido improfícuo, justamente em decorrência do alijamento da comunidade na organização do currículo escolar.

4.3.3.4. Problemas defrontados pelo professor

É meio surpreendente que percentagens expressivas de professores informassem não se ter deparado com problemas muito graves no ensino, conforme consta da tabela XCVI. O fato ocorreu tanto na capital como no interior, encontrando-se percentagens mais elevadas na primeira.

Entre os problemas mais sérios apontados pelos professores, figura como o mais frequente o da disciplina, referido por cerca de 20% ou um pouco mais de todos os tipos de professores da amostra. A disciplina dos alunos é um reflexo mais ou menos direto da eficiência profissional: O pro

T A B E L A X C I I

4.3.3.3. CONVITE ÀS FAMÍLIAS PARA COMPARECEREM ÀS FESTAS E REUNIÕES ESCOLARES

COMPARECIMENTO	HOUE CONVITE															
	CAPITAL								INTERIOR							
	EI				GE				EI				GE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Número expressivo	-	49	-	49	-	58	-	58	-	35	-	35	-	65	-	65
Número inexpressivo	-	10	-	10	-	15	-	15	-	13	-	13	-	22	-	22
Não houve convite	-	-	17	17	-	-	10	10	-	-	35	35	-	-	-	-
Sem informação	1	23	-	24	1	16	-	17	1	16	-	17	-	13	-	13
TOTAL	1	82	17	100	1	89	10	100	1	64	35	100	-	100	-	100

T A B E L A X C I I I

4.3.3.3. CONVITE ÀS AUTORIDADES LOCAIS PARA COMPARECEREM ÀS REUNIÕES DA ESCOLA

COMPARECIMENTO	HOUE CONVITE																			
	CAPITAL										INTERIOR									
	EI					GE					EI					GE				
	Sem inf	Sim	Não	Não se apl	T	Sem inf	Sim	Não	Não se apl	T	Sem inf	Sim	Não	Não se apl	T	Sem inf	Sim	Não	Não se apl	T
Nº expressivo	-	14	-	-	14	-	24	-	-	24	-	18	-	-	18	-	65	-	-	65
Nº inexpressivo	-	4	-	-	4	-	9	9	-	18	-	9	-	-	9	-	18	-	-	18
Não houve convi- te	-	-	24	37	61	-	-	49	2	51	-	-	22	26	48	-	-	4	-	4
Sem informação	17	4	-	-	21	2	5	-	-	7	11	14	-	-	25	-	13	-	-	13
TOTAL	17	22	24	37	100	2	38	58	2	100	11	41	22	26	100	-	96	4	-	100

T A B E L A XCIV

4.3.3.3. COLABORAÇÃO DA COMUNIDADE À ESCOLA, INDEPENDENTE DE SOLI
CITAÇÃO DIRETA (U 100%)

NATUREZA DO AUXÍLIO	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Financeiro (aos alunos de poucos recursos)	4	13	1	18
Para restaurar ou ampliar instalações do prédio escolar	10	8	2	4
Para realizar festas escolares	6	17	10	44
Para outros fins	2	12	3	17
Jamais recebeu auxílio da comunidade	27	38	15	17
Sem informação	55	29	71	22
TOTAL	104	117	102	122

T A B E L A XCV

4.3.3.3. COLABORAÇÃO SOLICITADA À COMUNIDADE PELO PROFESSOR (U 100%)

NATUREZA DA COLABORAÇÃO	HOVE SOLICITAÇÃO															
	CAPITAL								INTERIOR							
	PEI				PGE				PEI				PGE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Nenhuma	-	6	-	6	-	3	-	3	-	4	-	4	-	4	-	4
Financeira	-	2	-	2	-	2	-	2	-	0	-	0	-	5	-	5
Material didático	-	2	-	2	-	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-
Fardamento, brinquedo	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	-	1	-	3	-	3
Diversos	-	-	-	-	-	2	-	2	-	2	-	2	-	4	-	4
Não se aplica	-	-	78	78	-	-	77	77	-	-	68	68	-	-	69	69
Sem informação	12	-	-	12	10	3	-	13	8	16	-	24	9	8	-	17
TOTAL	12	10	78	100	10	14	77	101	8	24	68	100	9	24	69	102

T A B E L A XCVI

4.3.3.4. PROBLEMAS GERAIS MAIS GRAVES NO ENSINO, SEGUNDO O PROFESSOR (U 100%)

NATUREZA DO PROBLEMA	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
Resposta absurda	4	4	4	4
Falta de assiduidade do aluno	2	2	3	1
Classe muito numerosa	-	2	1	4
Disciplina	18	21	28	22
Classe heterogênea	4	11	6	11
Incompreensão dos pais	10	15	10	16
Falta de mobiliário para o aluno	4	1	3	0
Falta de mobiliário para o prof.	2	-	1	0
Prédio escolar inadequado	6	4	6	9
Aluno desajustado	4	6	6	8
Falta de verbas	2	-	5	5
Falta de capacidade profissional do informante	-	-	1	2
Falta de material didático	2	10	15	15
Nenhum	33	32	16	24
Sem informação	21	18	23	14
TOTAL	112	126	128	135

fessor eficiente e emocionalmente equilibrado não tem problemas de disciplina na sua classe, salvo em casos excepcionais, relacionados com um ou outro aluno mais difícil.

A incompreensão dos pais; a falta de recursos didáticos e as classes heterogêneas também foram denunciadas.

Percentagens menores, na capital como no interior, queixaram-se da falta de assiduidade do aluno, da falta de mobiliário, da inadequação dos prédios escolares, das classes numerosas e da falta de verbas. Finalmente, 1% dos professores das escolas isoladas e 2% dos grupos escolares do interior confessaram que o maior problema que encontraram foi o seu despreparo profissional para a função (tabela XCVI).

As maiores dificuldades dos professores no ensino foram relacionadas na tabela XCVII. Foi no ensino da Geografia e da História Pátria que maiores percentagens médias da amostra de professores da capital (9% e 8% respectivamente) experimentaram dificuldades. No interior, elas ocorreram principalmente em Geografia e Matemática (14,5% em cada). No ensino da Língua Pátria o professor sentiu maiores dificuldades no campo da Gramática (5% de percentagem média, tanto no interior como na capital) e no da Matemática, na resolução de problemas e nas reduções métricas (4% na capital e 4.5% no interior).

As dificuldades dos alunos na aprendizagem, segundo informação dos professores (tabela XCVIII), foram maiores em Ortografia e Matemática (em geral) na capital, (percentagem média 19% e 18% respectivamente) e em Gramática e Geografia no interior (percentagem média de 17,5% e 18%, respectivamente). Não houve assim uma coincidência perfeita entre as dificuldades acusadas pelo professor como suas e as que ele apontou em seus alunos, o que é estranho e faz supor falhas nos processos de avaliação da aprendizagem.

Pequenas percentagens de professores não perceberam dificuldades na aprendizagem por parte dos seus alunos, informação essa que também surpreende.

T A B E L A XCVII

4.3.3.4. MAIORES DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO ENSINO
(U 100%).

DIFICULDADES DOS PROFESSORES	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
Resposta vaga	-	0	5	2
Ortografia	-	4	3	2
Gramática	8	2	7	3
Redação	-	4	3	4
Alfabetização	-	2	1	1
Leitura	2	2	1	0
Língua pátria (em geral)	4	5	2	6
Operações fundamentais	-	4	3	4
Contagem	2	-	1	1
Resolução de problemas	4	4	4	5
Reduções métricas	4	4	2	3
Frações	-	0	3	3
Tabuada	-	1	-	-
Matemática (em geral)	4	6	15	14
História Pátria	10	6	6	9
Geografia	8	10	11	18
Ciências Naturais. Higiene	-	3	2	10
Religião	2	3	3	6
Nenhum	23	20	16	23
Sem informação	43	36	34	26
TOTAL	114	116	122	139

T A B E L A XCVIII

4.3.3.4. MAIORES DIFICULDADES DOS ALUNOS NA APRENDIZAGEM
(U 100%)

DIFICULDADES DOS ALUNOS	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
Resposta vaga ou inadequada	-	3	3	1
Ortografia	14	24	13	13
Gramática	17	18	13	22
Interpretação de textos	-	-	1	-
Redação	10	12	9	12
Vício de linguagem	-	2	1	0
Alfabetização	6	2	1	5
Leitura	6	7	6	2
Língua pátria em geral	12	8	8	11
Operações fundamentais	15	21	16	18
Contagem	8	-	2	1
Resoluções de problemas	14	21	14	14
Reduções métricas	4	6	3	7
Frações	2	5	4	9
Tabuada	8	3	3	2
Matemática (em geral)	17	19	22	26
História Pátria	4	15	9	19
Geografia	14	18	11	25
Ciências Naturais. Higiene	-	8	3	8
Religião e outros	-	1	4	1
Nenhum	6	4	5	4
Francês e outras línguas	-	-	-	0
Sem informação	12	16	16	11
TOTAL	169	213	167	211

4.3.3.5. Problemas na direção

Entre os diretores das escolas primárias da capital o problema mais frequente (tabela IC) foi o das instalações (18%), enquanto que entre os do interior, foi o "descaso do professor pelo ensino" (21%).

O problema financeiro, a falta de apoio e cooperação da família, da comunidade e do poder público, a falta de material, a incompetência dos professores e supervisores, o funcionamento de outros cursos no prédio da escola e a mobilidade excessiva do professorado, também constituíram problemas para muitos diretores.

20% dos diretores na capital e 4% no interior declararam não ter encontrado problemas na direção.

4.3.3.6. Problemas encontrados na supervisão

Conforme ficou estabelecido, estão reunidos sob a denominação de supervisores os delegados escolares, os inspetores de ensino e alguns professores primários, aos quais eram atribuídas no ano de 1965 as funções de supervisão, por inexistir então o cargo de supervisor. (Veja-se tópico 4.2)

Os problemas que perturbaram o trabalho de maiores percentagens de supervisores da capital (18%) foram os que dizem respeito ao professor e à falta de recursos didáticos (18%). (tabela C).

A maior percentagem de dificuldades dos supervisores do interior recaiu igualmente sobre o professor (34%) e sobre o prédio escolar e suas instalações (34%).

A falta de recursos financeiros, as classes numerosas, a incompetência dos professores leigos e a má disciplina também constituíram problemas para menores percentagens da amostra de supervisores.

4.3.3.7. Fatores de êxito no ensino

Segundo os informantes, o êxito no ensino depende principalmente da "capacidade profissional do professor", sendo nessa categoria que se situaram as maiores percentagens da tabela CI, relativa aos fatores de êxito no ensino.

T A B E L A I C

4.3.3.5. PROBLEMAS NA DIREÇÃO (U 100%)

PROBLEMAS	CAPITAL	INTERIOR
Resposta absurda	3	4
Instalações	18	17
Financeiro	12	4
Incompetência dos professores e supervi- sores	4	4
Descaso do professor pelo ensino	14	21
Falta de apoio ou cooperação da família	10	13
Falta de apoio ou cooperação da comuni- dade	1	-
Falta de apoio do poder público	7	4
Falta de material didático	6	4
Funcionamento de outros cursos no prédio escolar	1	-
Não encontram problemas	20	4
Mobilidade do professorado	2	-
Disciplina dos alunos	6	4
Outros	2	9
Sem informação	18	26
TOTAL	124	114

T A B E L A C

4.3.3.6. PROBLEMAS ENCONTRADOS NA FUNÇÃO DE SUPERVISOR
(U 100%)

NATUREZA DO PROBLEMA	CAPITAL	INTERIOR
	S	S
Resposta absurda	9	10
O professor - falta de relações humanas, desinteresse, falta de receptividade para novos métodos	18	34
Falta de recursos financeiros	9	16
Disciplina dos alunos	4	3
Falta de material didático	18	13
Mau relacionamento da família com a escola	5	16
Prédio escolar e instalações inadequadas	14	34
Incompetência dos professores leigos	-	3
Classes excessivamente numerosas	-	5
Nenhum	23	5
Sem informação	14	-
TOTAL	114	139

T A B E L A C I

4.3.3.7. FATORES DE ÊXITO NO ENSINO, SEGUNDO OS INFORMANTES (U 100%)

FATORES DE ÊXITO	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Resposta absurda	4	3	4	-	2	3	4	-
Cultura geral do mestre	4	9	8	18	4	9	-	-
Capacidade profissional do professor	35	42	39	36	22	29	44	61
Vocação do professor	17	27	37	54	18	29	35	45
Classes homogêneas e sem excesso de alunos	6	7	4	5	2	6	-	3
Segurança do professor	2	4	4	9	2	5	4	5
Integridade moral do professor. Responsabilidade do professor	22	9	20	27	16	14	31	26
Simpatia do mestre	4	3	6	4	4	4	-	10
Saúde do professor	2	3	6	9	1	1	-	3
Saúde da criança	-	1	1	5	2	4	4	-
Interesse do aluno	16	16	5	5	11	8	4	3
"Meio" em que vive a criança. Cooperação da família	6	11	11	5	12	17	22	8
Instalações da escola e material didático	21	20	14	18	20	21	35	21
Cumprimento do programa oficial	10	6	3	-	10	5	-	5
Estímulo ao professor. Remuneração do professor	-	2	1	14	5	1	9	10
Professor, aluno e família	2	1	-	-	2	-	4	-
Sem informação	14	7	8	-	16	8	4	-
TOTAL	165	171	171	209	149	164	200	200

Houve exceção nessa predominância na percentagem correspondente aos supervisores da capital. 54% deles acharam que a "vocação do professor" é o fator mais importante. Os professores de grupos escolares do interior também valorizaram muito esse aspecto, sendo que a percentagem dessa opinião igualou-se à que foi encontrada na categoria predominante (capacidade profissional). Outros atributos do professor mereceram destaque especial pelos informantes - segurança, integridade moral e responsabilidade, simpatia, cultura geral e saúde. De um modo geral, as percentagens relativas a tais atributos oscilaram muito.

Fatores relativos aos alunos também foram mencionados, tais como "interesse pelos estudos" e "saúde", com percentagens mais elevadas no primeiro.

Do ponto de vista da organização escolar, pequenas percentagens de informantes salientaram o critério de organização de classe. Foram lembradas ainda, por percentagens que variaram entre 5% e 22%, as condições do "meio e cooperação da família". O cumprimento dos programas oficiais também foi citado.

As condições materiais foram realçadas. Verificou-se que, em todos os grupos de informantes, houve percentagens de 14% a 35% de opiniões convictas da sua importância.

A autocrítica dos informantes, relativamente à eficiência de seu trabalho, é o conteúdo da tabela CII.

Em todas as categorias de informantes, na capital e no interior, predominou a opinião de que seu trabalho era "bom em parte". Foram também bastante expressivas as percentagens dos que consideraram o seu trabalho "ótimo".

Apresentaram-se extremamente baixas as percentagens dos que declararam não estar satisfeitos com a eficiência de seu trabalho.

Entre os diversos tipos de informantes da amostra, os supervisores da capital se manifestaram os mais satisfeitos com seu próprio trabalho. 82% responderam que o conside

T A B E L A CII

4.3.3.7. GRAU DE SATISFAÇÃO DO INFORMANTE COM A EFICIÊNCIA DE SEU TRABALHO.

GRAU DE SATISFAÇÃO	CAPITAL				INTERIOR			
	PEI	PGE	D	S	PEI	PGE	D	S
Ótimo	27	18	18	14	22	27	22	16
Bom em parte	53	65	54	82	37	57	78	66
Não está satisfeito	-	2	3	-	8	-	-	2
Sem informação	20	15	25	4	33	16	-	16
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

ravam "bom em parte" e 14%, "ótimo". Nenhum declarou "não estar satisfeito..."

No interior 78% dos diretores de escolas classificaram seu trabalho como "bom em parte" e 22%, como "ótimo".

As percentagens mais elevadas dos que responderam "ótimo" foram as dos professores de escolas isoladas da capital e a dos professores dos grupos escolares do interior (27% cada).

Solicitou-se aos professores que fizeram restrições à eficiência do seu trabalho apresentar sugestões de medidas capazes de melhorá-lo. Essas sugestões foram relacionadas na tabela CIII.

A sugestão predominante entre os professores de escolas isoladas da capital foi a de "melhores instalações" (12%) e entre os dos grupos escolares a de "maior relacionamento com a comunidade e a família". "Maior riqueza de material didático" predominou entre os professores de escolas isoladas do interior (9%) e a mesma sugestão, juntamente com a de "maior relacionamento com a comunidade e a família", alcançou as maiores percentagens entre os professores de grupos escolares do interior (12% cada).

T A B E L A C I I I

4.3.3.7. SUGESTÕES DO PROFESSOR PARA MELHORAR SUA PRÓPRIA EFICIÊNCIA (U 100%)

SUGESTÕES	CAPITAL		INTERIOR	
	PEI	PGE	PEI	PGE
Resposta evasiva	-	2	2	2
Melhorar a orientação pedagógica	2	3	2	6
Liberdade absoluta de ação do prof.	-	-	-	1
Maior assistência dos poderes públicos	8	8	7	6
Maior relacionamento com a comunidade e a família	2	10	4	12
Aproximação e intercâmbio entre os professores	-	1	-	0
Completar o quadro administrativo da escola	2	-	-	-
Maior eficiência do professorado	2	8	5	4
Melhores instalações	12	8	7	9
Classes homogêneas	10	6	3	10
Maior riqueza de material didático	4	7	9	12
Criação de escolas para os pais	-	0	0	-
Melhor remuneração	4	3	6	1
Julgam-se eficientes	27	18	37	57
Sem informação	39	29	43	29
TOTAL	112	105	126	152

Além dessas, foram oferecidas as sugestões de "melhorar a orientação pedagógica (supervisão)" "maior assistência dos poderes públicos, "aproximação e intercâmbio entre professores", "completar o quadro administrativo da escola", "maior eficiência do professorado", "criar escolas para os pais", "organizar classes homogêneas", "dotar os prédios escolares de melhores instalações", "liberdade absoluta de ação do professor" e "melhor remuneração".

4.3.4. Supervisão

A complexidade do processo educativo escolar, tanto do ponto de vista intrínseco como no que tange às influências externas que o atingem, exige a supervisão das atividades escolares por uma equipe de técnicos capazes.

Supervisão é fator educacional importante, nada tem de supérfluo como ainda julgam alguns. A falta de supervisão é desastrosa economicamente e acarreta a baixa produtividade do ensino.

Modernamente, a concepção de supervisão como ação autoritária (inspeccional) está superada. Hoje atribuem-lhe as funções de orientação e ajuda. Ao supervisor cabe uma parcela de responsabilidade muito grande na eficiência do ensino, cumprindo-lhe dar ajuda e orientação técnica aos professores para solução dos problemas das diversas áreas do ensino.

Conforme já foi dito páginas atrás, a supervisão no Estado da Bahia à época da realização da pesquisa, competia aos delegados escolares, inspetores de ensino e professores primários designados especialmente para a função. Predominavam ainda no trabalho desses supervisores as funções inspeccionais, mas já se fazia também sentir a sua função orientadora, principalmente da parte de alguns inspetores de ensino (designados para a função de supervisor) e de alguns professores primários, que possuíam cursos de especialização em supervisão.

As tabelas CIV e CV confirmam o que se expôs. Na

T A B E L A C I V

4.3.4. VISITAS DE AUTORIDADES EDUCACIONAIS E TÉCNICAS

	AUTORIDADE VISITANTE													
	CAPITAL					INTERIOR								
	PEI		PGE		D	PEI			PGE			D		
	Super- visor *	Inspetor Ensino	Super- visor	Inspetor Ensino	Super- visor	Super- visor	Delegado Escolar	Inspetor Ensino	Super- visor	Delegado Escolar	Inspetor Ensino	Super- visor	Delegado Escolar	Inspetor Ensino
Nenhuma vez	10	10	18	19	13	19	18	18	36	12	28	-	26	24
Menos de 5 vezes	10	19	10	17	5	10	17	17	11	20	27	13	13	15
5 a 9 vezes	14	8	6	5	2	2	6	3	1	20	4	22	9	31
10 vezes ou mais	17	16	15	14	6	14	4	2	13	30	7	43	13	10
Sem informação	49	47	51	45	74	55	55	60	39	18	34	22	39	20
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

* Aqui supervisor indica professores primários e inspetores de ensino, especialmente designados por portaria para supervisor (orientador de ensino).

T A B E L A C V

4.3.4. PROFESSORES CUJO TRABALHO FOI SUPERVISIONADO

PROFESSORES CUJO TRABA LHO FOI SUPERVISIÃO NADO	CAPITAL								INTERIOR							
	PEI				PGE				PEI				PGE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
	20	59	21	100	11	59	30	100	8	45	47	100	4	51	49	100

Na primeira se informa o número de visitas feitas pelos supervisores. Muitos professores e diretores informaram que suas classes e escolas jamais foram visitadas pelos supervisores durante o ano de 1965, conforme se conclui da leitura da categoria "nenhuma vez", nas secções da tabela CIV correspondentes aos diversos tipos de informantes.

As classes e escolas do interior foram visitadas mais frequentemente pelos supervisores* a julgar pelas percentagens registradas na categoria "10 e mais vezes", excluindo-se as classes dos grupos escolares do interior, mais frequentemente visitadas pelos delegados escolares.

Houve, na capital, 10% de classes das escolas isoladas que não foram visitadas nem sequer uma vez pelo supervisor, ou pelo inspetor de ensino. Dos professores dos grupos escolares da amostra da capital, 18% não receberam a visita dos supervisores e 19% a dos inspetores de ensino. Segundo informaram os diretores das escolas da amostra da capital, 13% dessas escolas não receberam uma só visita do supervisor.

No interior, as percentagens de classes de escolas isoladas que não receberam a visita dos supervisores* e delegados escolares foram de 55% cada e a dos inspetores de ensino, 60%.

Foram bem menores as percentagens de classes dos grupos escolares do interior não visitadas pelos supervisores, delegados escolares** e inspetores de ensino.

*Desta vez o termo é aplicado apenas a professores primários designados oficialmente para a função de supervisor, excluídos os delegados escolares e os inspetores de ensino.

**Faz-se necessário advertir que um grande número de municípios não possuía delegado escolar no ano de 1965, em muitos casos porque o número de escolas primárias do Estado era insignificante. Havia até municípios onde não existia escola primária estadual.

Conforme os diretores do interior informaram, foi de 26% a percentagem de escolas não visitadas pelos delegados escolares.

O corpo de pessoal encarregado da supervisão escolar constituía-se em parte de pessoal especializado mas também incluía muitos elementos improvisados. Além disso, era de número bastante reduzido, não havendo possibilidade de todas as escolas e classes serem atendidas.

A tabela CV apresenta a distribuição percentual dos professores cujo trabalho foi supervisionado no ano de 1965.

A supervisão foi feita em maior extensão na capital, onde alcançou 59% das classes das escolas isoladas da amostra e outro tanto dos componentes de grupos escolares. No interior essas taxas desceram a 45% nas escolas isoladas, sendo de 51% nos grupos escolares (tabela CV).

57% dos professores da amostra das escolas isoladas e 51% dos grupos escolares qualificaram a assistência dos supervisores como eficiente; os diretores, na capital, julgaram mais severamente o serviço de supervisão, descendo a 10% a taxa da amostra que o classificou como eficiente.

As percentagens na categoria focalizada (eficiente) foram mais baixas no interior que na capital na amostra dos professores, ocorrendo o oposto em relação à dos diretores. (Veja-se tabela CVI).

4.3.5. Assistência ao Escolar

As condições sócio-econômicas do nosso país mantêm o povo num padrão de vida muito baixo, prejudicando o pleno desenvolvimento das capacidades do indivíduo.

A fim de que a escola possa cumprir sua função satisfatoriamente, faz-se necessário prestar ampla assistência ao escolar, num esforço para compensar a limitação de oportunidades e de recursos que as famílias lhe podem oferecer.

Onde faltar essa assistência o rendimento do ensino ficará prejudicado. Crianças desnutridas, doentes, desa-

T A B E L A C V I

4.3.4. CRÍTICA DA ORIENTAÇÃO RECEBIDA

C R Í T I C A	CAPITAL			INTERIOR		
	PEI	PGE	D	PEI	PGE	D
Eficiente	57	51	10	40	31	35
Não eficiente	2	4	25	1	2	-
Não receberam orientação	20	31	-	47	52	61
Sem informação	21	14	65	12	15	4
TOTAL	100	100	100	100	100	100

brigadas, desprovidas de material escolar são crianças desinteressadas pela escola.

No interior do Estado a falta de assistência é mais grave que na capital, a julgar pelas percentagens de escolas isoladas e grupos escolares da amostra registradas na tabela CVII. Vale ainda ressaltar que essa carência de cuidados fez-se sentir mais agudamente na amostra dos grupos escolares do interior que nas suas escolas isoladas, o que é surpreendente.

Onde se dispensa assistência ao escolar a tendência é estendê-la a todos os alunos. Só foi constatado percentagens mais altas de escolas que ofereciam assistência apenas aos alunos de poucos recursos que as percentagens das que a ofereciam a todos os alunos com relação à assistência dentária e ao fornecimento de fardamento, nos grupos escolares do interior.

4.4. O prédio escolar e equipamentos

Sobre as condições dos prédios e equipamentos escolares, cumpre salientar o quanto é significativa sua interferência na dimensão dos problemas educacionais, dentro dos quais avultam o "deficit" e a precariedade de tais aspectos.

T A B E L A CVII

4.3.5. ASSISTÊNCIA PRESTADA AO ESCOLAR

TIPO DE ASSISTÊNCIA	ALUNOS ASSISTIDOS																			
	CAPITAL										INTERIOR									
	EI					GE					EI					GE				
	Sem in- formação	Todos alunos	Alunos sem recurso	Não dá	Total	Sem in- formação	Todos alunos	Alunos sem recurso	Não dá	Total	Sem in- formação	Todos alunos	Alunos sem recurso	Não dá	Total	Sem in- formação	Todos alunos	Alunos sem recurso	Não dá	Total
Médica	63	12	2	23	100	54	14	8	24	100	61	5	2	32	100	52	-	4	44	100
Dentária	67	10	-	23	100	62	8	4	26	100	66	3	1	30	100	43	9	-	48	100
Merenda	59	16	2	23	100	42	34	7	17	100	54	16	1	29	100	56	9	-	35	100
Material dida- tico	61	10	14	15	100	42	21	20	17	100	60	6	7	27	100	44	13	26	17	100
Fardamento	71	6	2	21	100	56	8	14	22	100	66	1	3	30	100	39	-	13	48	100

Evidentemente melhores condições materiais significam não só maiores investimentos de recursos no sistema educacional do Estado, como também o oferecimento à clientela escolar de melhores e mais favoráveis situações de aprendizagem.

4.4.1. O prédio escolar

4.4.1.1. Adequação e estado de conservação

Foram encontradas na amostra construções das mais diversas condições de funcionalidade ou adequação (tabela CVIII). Na capital foram mais numerosas as escolas isoladas cujos prédios eram "adaptados" (37%). 26% deles foram considerados "adequados", isto é, construídos de acordo com os requisitos de higiene escolar e funcionalidade e 29%, como "inadequados". Os grupos escolares apresentaram 27% de unidades apropriadas, 49% de adaptadas e 20% de inadequadas. No interior as percentagens de prédios apropriados ultrapassaram as da capital. 78% dos grupos escolares e 31% das escolas isoladas do interior funcionavam em prédios apropriados e apenas 9% dos grupos escolares estavam instalados em prédios inadequados, entre os quais também foram incluídos 28% dos prédios das escolas isoladas.

Quanto ao estado de conservação dos prédios escolares, o interior perdeu a posição favorável que apresentou sobre a capital no que diz respeito ao tipo de construção.

A tabela CIX mostra uma supremacia das percentagens (no interior e na capital) na categoria "regular", terceiro degrau de uma escala de quatro níveis que vai de "ótimo" a "péssimo".

Enquanto na capital as percentagens da categoria "bom" são muito superiores às da categoria "péssimo", no interior ocorre certa superioridade de "péssimo" sobre "bom".

4.4.1.2. Proprietário do prédio

A tabela CX apresenta a distribuição percentual dos vários tipos de proprietários dos prédios escolares.

Na amostra estudada prevaleceram os prédios aluga-

T A B E L A C V I I I

4.4.1.1. ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR

TIPO DE ADEQUAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Apropriado	26	27	31	78
Adaptado	37	49	29	13
Inadequado	29	20	28	9
Sem informação	8	4	12	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A C I X

4.4.1.1. CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Ótimo	18	25	8	26
Bom	29	31	16	17
Regular	47	33	54	31
Péssimo	6	10	19	26
Sem informação	-	1	3	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A C X

4.4.1.2. PROPRIETÁRIO DO PRÉDIO

PROPRIETÁRIO	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Governo municipal	6	2	17	4
Governo estadual	8	17	10	70
Governo federal	-	1	1	4
Diretor da escola	20	17	6	-
Outro que o cede	21	26	26	9
Alugado	37	32	30	4
Sem informação	8	5	10	9
TOTAL	100	100	100	100

dos, exceto nos grupos escolares do interior, dos quais 70% pertenciam ao Governo do Estado, seguindo-se os prédios cedidos (9%) e por último, com 4% cada, os de propriedade do Governo Municipal, do Governo Federal e os alugados. Nas escolas da capital e nas isoladas do interior situaram-se em segundo lugar, por ordem do valor percentual, os prédios alugados. Foi mínima a percentagem de prédios pertencentes ao Governo Federal.

4.4.1.3. Valor do aluguel

O valor mensal do aluguel de prédios para a instalação de escolas (tabela CXI) variou de menos de Cr\$ 20.000,00 a mais de Cr\$ 100.000,00.

No interior os prédios foram alugados, de modo geral, por menos de Cr\$ 20.000,00. Na capital predominaram nos grupos escolares, prédios alugados dentro da faixa de Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 39.999,99, porém entre as escolas isoladas foi mantida a predominância no mesmo nível do interior.

T A B E L A C X I

4.4.1.3. VALOR DO ALUGUEL

V A L O R	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Menos de Cr\$ 20.000,00	19	7	26	4
Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 39.999,99	4	12	-	-
Cr\$ 40.000,00 a Cr\$ 59.999,99	6	3	-	-
Cr\$ 60.000,00 a Cr\$ 79.999,99	-	5	-	-
Cr\$ 80.000,00 a Cr\$ 99.999,99	-	1	-	-
Cr\$ 100.000,00 e mais	-	4	-	-
Não alugados	55	62	60	87
Sem informação	16	6	14	9
TOTAL	100	100	100	100

(menos de Cr\$ 20.000,00).

4.4.1.4. Instalações

O número de salas de aula dos prédios da capital variou de duas a mais de dezessete salas para os grupos escolares, sendo o prédio de duas salas o mais encontrado (veja tabela CXII). Foram baixas as percentagens de prédios com mais de seis salas. As escolas isoladas dispunham, em maior número (47% da amostra), de apenas uma sala, havendo 31% delas com duas salas e pequenas percentagens com três, quatro ou cinco salas.

Nos prédios do interior encontraram-se até quatro salas nas escolas isoladas, nas quais a predominância foi de uma só sala (77%). Nos grupos escolares a maior percentagem incidiu sobre prédios de cinco salas (30%), seguindo-se os de quatro salas (22%) e de duas salas (13%).

Há um detalhe a comentar. Na capital, as escolas particulares de pequena capacidade constituem expressiva por-

T A B E L A C X I I

4.4.1.4. NÚMERO DE SALAS DE AULA DO PRÉDIO ESCOLAR

SALAS DE AULA	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
1 sala	47	-	77	-
2 salas	31	24	9	13
3 salas	6	14	1	9
4 salas	2	18	1	22
5 salas	6	7	-	30
6 salas	-	20	-	4
7 salas	-	4	-	4
8 salas	-	1	-	-
9 salas	-	4	-	9
10 salas	-	4	-	-
11 salas	-	1	-	-
17 salas e mais	-	2	-	2
Sem informação	8	1	12	9
TOTAL	100	100	100	100

ção da rede de ensino, e por isso os prédios de duas salas predominaram, como vimos. No interior, onde os grupos escolares pertencem, geralmente, ao Estado, houve maior percentual de prédios maiores, com cinco salas.

A iluminação foi considerada "satisfatória em todas as salas de aula" em 61% das escolas isoladas e 81% dos grupos escolares da capital, onde 23% de escolas isoladas e 10% dos grupos escolares só apresentavam essa condição em algumas ou apenas em uma sala. Houve também escolas da capital que apresentavam iluminação "insatisfatória em todas as salas de aula" (8% de escolas isoladas e 7% de grupos escolares).

No interior a iluminação foi considerada "satisfatória em todas as salas" em percentagens inferiores ao que se encontrou na capital, o que causa espêcie, pois os percentuais de prédios "apropriados" foram maiores no interior. Contudo, é digno de referência que as percentagens de "iluminação satisfatória em todas as salas de aula" foram bem próximas às de "prédio apropriado", no interior.

As percentagens de iluminação "insatisfatória em todas as salas de aula" cresceram no interior (29% nas escolas isoladas e 17% na capital) (tabela CXIII).

Onde as escolas apresentarem um currículo rico e variado, a existência de uma área de recreação descoberta será sentida como tão necessária quanto a própria sala de aula.

T A B E L A CXIII

4.4.1.4. ILUMINAÇÃO DAS SALAS DE AULA

SUFICIÊNCIA	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Satisfatória em todas	61	81	33	74
Satisfatória em uma ou algumas	23	10	20	9
Insatisfatória em todas	8	7	29	17
Sem informação	8	2	18	-
TOTAL	100	100	100	100

A tabela CXIV apresenta a distribuição percentual dos prédios escolares, conforme dispusessem ou não dessa área.

Na capital, 49% das escolas isoladas a possuíam e 49%, não. Entre os grupos escolares prevaleceu a percenta -

T A B E L A CXIV

4.4.1.4. ÁREA DE RECREAÇÃO DESCOBERTA

ÁREA DESCOBERTA	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Tem	49	76	2	25
Não tem	49	23	68	74
Sem informação	2	1	-	1
TOTAL	100	100	100	100

gem dos que a possuíam (76%).

No interior se apresentaram dois quadros distintos - predominância de prédios com carência de área de recreação descoberta entre as escolas isoladas (68%) e de prédios com disponibilidade da referida área entre os grupos escolares (74%).

Confrontando-se os resultados da tabela CXIV com os da imediata, observa-se notável semelhança de resultados, concluindo-se que os prédios com área descoberta para recreação das crianças também contavam, em geral, com área coberta para a mesma finalidade.

Perto da metade dos grupos escolares dispunham de instalações especiais para biblioteca (tabela CXVI) na capital e no interior. Trata-se de bibliotecas pequenas, a julgar pelo seu acervo.

A percentagem dos grupos escolares da capital (18%), que possuíam área reservada para a prática de esporte (diversa da área de recreação) foi bem menor que a do interior (30%), segundo os lançamentos da tabela CXVII.

4.4.2.1. Equipamentos

Houve escolas da amostra que não possuíam qualquer mobiliário adequado para os alunos, encontrando-se nesta si

T A B E L A CXV

4.4.1.4. ÁREA DE RECREAÇÃO COBERTA

ÁREA COBERTA	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Tem	45	75	30	26
Não tem	53	24	68	70
Sem informação	2	1	2	4
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A CXVI

4.4.1.4. BIBLIOTECAS ESCOLARES E ACERVO

NÚMERO DE VOLUMES	TEM BIBLIOTECA							
	CAPITAL				INTERIOR			
	GE				GE			
	Sem inf	Sim	Não	T	Sem inf	Sim	Não	T
Menos de 100	-	6	-	6	-	17	-	17
De 101 a 200	-	5	-	5	-	4	-	4
De 201 a 300	-	1	-	1	-	4	-	4
De 301 a 400	-	1	-	1	-	-	-	-
De 901 a 1.000	-	1	-	1	-	-	-	-
De 1.001 a 2.000	-	1	-	1	-	-	-	-
De 2.001 e mais	-	1	-	1	-	-	-	-
Não tem biblioteca	-	5	49	54	-	-	57	57
Sem informação	1	23	6	30	-	18	-	18
TOTAL	1	44	55	100	-	43	57	100

T A B E L A CXVII

4.4.1.4. ÁREA PARA PRÁTICA DE ESPORTE

EXISTÊNCIA	CAPITAL	INTERIOR
Sim	18	30
Não	77	57
Sem informação	5	13
TOTAL	100	100

tuação, na capital, 2% das escolas isoladas e 1% dos grupos escolares e no interior, 33% das escolas isoladas, conforme consta da tabela CXVIII. Dispunham de carteiras para todos os alunos na capital, 76% das escolas isoladas e 82% dos grupos escolares e no interior, 39% das escolas isoladas e 70% dos grupos escolares.

A quase totalidade das escolas da amostra possuía quadro de giz em condições de utilização. Apenas 2% das escolas isoladas da capital e 3% das situadas no interior declararam não utilizá-lo (tabela CIX).

Quanto ao tipo de material didático existente, foram encontrados em maior quantidade os mapas geográficos e as gravuras. Os globos (geográficos), jogos didáticos e sólidos geométricos também foram dos mais frequentes.

Examinando-se a tabela CXX, infere-se que as escolas baianas se ressentem de grande pobreza de material didático.

Estendendo esse exame à tabela imediata, verifica-se ser essa carência agravada pela falta de material pertencente ao aluno. Com efeito, a leitura das diversas colunas nas diversas categorias de escolas da amostra, revelam que o problema de carência de material é de grande extensão, particularmente nas escolas isoladas e no interior em geral, onde houve escolas que declararam nenhum aluno dispor de li-

T A B E L A C X V I I I

4.4.2.1. CLASSES QUE DISPÕEM DE CARTEIRAS PARA ALUNOS

CARTEIRA PARA ALUNOS	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Para todos os alunos	76	82	39	70
Para alguns alunos	22	17	25	30
Não há	2	1	33	-
Sem informação	-	-	3	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A C X I X

4.4.2.1. ESCOLAS QUE UTILIZAM QUADRO DE GIZ

UTILIZAÇÃO DO QUADRO DE GIZ	CAPITAL		INTERIOR	
	EI	GE	EI	GE
Sim	98	99	76	100
Não	2	-	3	-
Sem informação	-	1	21	-
TOTAL	100	100	100	100

T A B E L A CXX

4.4.2.1. MATERIAL DIDÁTICO EXISTENTE

TIPO DE MATERIAL	EXISTÊNCIA DE MATERIAL											
	CAPITAL						INTERIOR					
	EI			GE			EI			GE		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Mapas geográficos	78	22	100	89	11	100	34	66	100	78	22	100
Globos	27	73	100	32	68	100	3	97	100	22	78	100
Âbacos	4	96	100	8	92	100	3	97	100	9	91	100
Sólidos geométricos	10	90	100	31	69	100	2	98	100	43	57	100
Gravuras	65	35	100	80	20	100	30	70	100	74	26	100
Jogos	20	80	100	40	60	100	8	92	100	22	78	100
Outros	24	76	100	25	75	100	14	86	100	13	87	100

vros, cadernos ou lápis (tabela CXXI).

Evidentemente que na maioria dos casos o aluno não permaneceu nessa situação durante todo o período letivo, mesmo porque, como já se destacou, a generosidade dos professores provê a classe de material didático, mas o conhecimento "in loco" permite afirmar-se haver até na capital, crianças que permanecem semanas sem cadernos ou lápis privativos, utilizando o material que os colegas ou os professores eventualmente disponham para emprestar e ficam até um ano escolar inteiro sem livro de leitura. Note-se que só se cogitou do material imprescindível ao aluno.

De acordo com as declarações dos informantes, os principais fornecedores de material às escolas (tabela CXXII) foram: na capital, a própria escola (55% dos grupos escolares e 41% das escolas isoladas) e os professores (43% das escolas isoladas e 35% dos grupos escolares); no interior, os professores (27% das escolas isoladas e 52% dos grupos escolares), o Governo (65% dos grupos escolares e 15% das escolas isoladas) e "outros" (19% das escolas isoladas e 9% dos grupos escolares).

Também ofereceram alguma material, se bem que em pequena quantidade, os pais, a comunidade e sociedades beneficentes, sendo que as últimas somente nas escolas de convênio firmado entre elas e o Governo.

É de alto mérito a contribuição dos professores, que por idealismo destinaram uma parte dos seus minguados vencimentos para a compra do material imprescindível aos trabalhos escolares. É lamentável que tal sacrifício fosse necessário.

5. Conclusões

Entre os aspectos analisados nas páginas precedentes, avultam, pela sua importância ou intensidade, os enumerados em seguida.

T A B E L A CXXI

4.4.2.1. MATERIAL ESCOLAR DO ALUNO

TIPO DO MATERIAL	ALUNOS QUE POSSUEM MATERIAL																			
	CAPITAL										INTERIOR									
	EI						GE						EI						GE	
	Sem inf.	Todos os alunos	Muitos alunos	Poucos alunos	Nenhum aluno	Total	Sem inf.	Todos os alunos	Muitos alunos	Poucos alunos	Nenhum aluno	Total	Sem inf.	Todos os alunos	Muitos alunos	Poucos alunos	Nenhum aluno	Total	Sem inf.	Todos os alunos
Cadernos	14	66	10	10	-	100	8	80	9	3	-	100	11	66	12	10	1	100	5	69
Lápis	14	68	10	8	-	100	9	76	11	4	-	100	9	68	12	10	1	100	4	69
Livro de leitura	16	66	12	6	-	100	10	72	14	4	-	100	9	65	13	11	2	100	6	65
Outros livros	23	49	6	18	4	100	24	50	13	8	5	100	32	29	10	18	11	100	19	37

T A B E L A CXXII

4.4.3.1. FORNECEDOR DE MATERIAL

FORNECEDOR	CAPITAL						INTERIOR					
	EI			GE			EI			GE		
	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T	Sim	Não	T
Governo	20	80	100	35	65	100	15	85	100	65	35	100
Sociedade beneficente	2	98	100	6	94	100	1	99	100	-	100	100
Comunidade	2	98	100	-	100	100	2	98	100	4	96	100
Professores da escola	43	57	100	35	65	100	27	73	100	52	48	100
Pais	4	96	100	-	100	100	4	96	100	4	96	100
Adquirido pela escola	41	59	100	55	45	100	10	90	100	22	78	100
Outros	20	80	100	24	76	100	19	81	100	9	91	100

5.1. Quanto aos professores:

- de um modo geral não têm preparo conveniente;
- é muito grande o número de leigos, notadamente no interior;
- porção considerável de professores diplomados desatualizou-se, pela falta de oportunidade de realizar cursos de reciclagem e pelo seu desinteresse pela leitura de assuntos educacionais;
- metade dos professores primários manifestou a intenção de abandonar a carreira;
- metade declarou não sentir "vocação" pela carreira, não a considerando como a sua ocupação ideal;
- os salários de modo geral são muito baixos, caindo no irrisório e quase simbolismo de referência ao professorado leigo de alguns municípios;
- certa percentagem de professores desempenha outras ocupações fora do magistério, com dispersão de energias, a fim de atender a despesas que o salário não pode cobrir.

Há exceções, brilhantes por vezes. Seria uma verdadeira calamidade se não existisse um certo contingente de bons professores, integrados na carreira, atualizados. E seria uma injustiça não destacar aqui a dedicação, o zelo, o entusiasmo pelo trabalho, indiretamente manifestados, quando, por exemplo, alguns diretores e professores declararam que todo o material didático utilizado pela escola no ano da coleta de dados fora adquirido por eles, ou ainda quando responderam no questionário achar satisfatória uma remuneração para a classe equivalente a dois salários mínimos. E seria omissão imperdoável não enfatizar nestas conclusões ter-se encontrado, é bem verdade que em pequena percentagem, professores com a compreensão exata dos objetivos do ensino primário, clamando pelo treinamento da classe em cursos de reciclagem, sugerindo as medidas mais recomendáveis para a renovação do currículo e o maior entrosamento da escola com a

comunidade em geral e, mais particularmente, com a família.

Contudo esse grupo de professores primários habilitados para o seu mister é minoria na classe.

Caracterizando o professor primário baiano, numa síntese de quanto foi analisado no inciso 4.1., cabe fazê-lo nestes termos:

O professor primário baiano é geralmente do sexo feminino, de idade compreendida na faixa de 20 a 29 anos, raramente tem mais de dois filhos, provém da classe média e nela se casa, predominando o número daqueles que não têm o conveniente preparo para o cargo, nem "vocação" para exercê-lo.

5.2. Quanto aos diretores e supervisores:

5.2.1. Diretores

- não fazem curso de especialização para o cargo;
- alguns são leigos;
- percentagem expressiva não se interessa por cursos de reciclagem;
- percebem gratificação muito baixa pela função;*
- dispersam energias, lecionando noutras escolas para suprir o baixo salário;
- metade pretende deixar o cargo;
- há grande número desinteressado pela leitura dos assuntos pedagógicos.

Constataram-se os seguintes aspectos positivos:

- não houve privilégio de classe social na escolha para o cargo;
- gozam de certa estabilidade na escola.

5.2.2. Supervisores

- certa percentagem não tem curso de especialização;

*A partir da vigência da Lei 2521 de 23 de fevereiro de 1968, a gratificação dos diretores de escola primária e os vencimentos dos supervisores da educação primária foram majorados a níveis condignos a essas funções.

- grande parte desinteressada pela leitura de assuntos educacionais;
- dispersam energias, lecionando para aumentar a renda pessoal;
- grande parte não pretende realizar cursos de reciclagem;
- grande parte pretende mudar de ocupação;
- grande parte pretende transferência;
- grande parte não tem tirocínio em regência de classe;
- os da capital geralmente não consideram sua ocupação como a ideal.

Do mesmo modo que em relação aos professores primários, também entre os diretores e supervisores foram encontrados, excepcionalmente, elementos com alta qualificação para o cargo.

Resumindo:

O diretor da escola primária baiana é geralmente do sexo feminino, casado, com 2 filhos e está na faixa etária de 40 anos ou mais, quando da capital e de 30 a 39 anos se tem exercício no interior. Provém da classe média e nela se casa. Não tem formação especializada para o cargo e, diplomado há 20 anos ou mais, não se atualizou, nem se interessou muito por isso; raramente pretende transferência. Mal pago, dispersa suas energias, lecionando noutras escolas.

O supervisor tem muitas das características do diretor, divergindo porém em alguns pontos, quais sejam: muitos pretendem transferir-se e mudar de ocupação e todos são diplomados.

5.3. Quanto ao currículo:

- falta de planejamento anual das atividades, em grande número de escolas;
- os pais e a comunidade são aliçados da escola, na maioria delas;

- há uma defasagem acentuada entre o currículo e o avanço da pedagogia e da ciência em geral;
- o currículo é pobre em oportunidades de experiências de vida;
- de modo geral o horário escolar tem duração insuficiente, raramente ultrapassando 4 horas e em alguns casos reduzindo-se até menos de 3 horas diárias*;
- o critério de distribuição das turmas é muitas vezes inadequado, em algumas escolas por sorteio, noutras imperando o arbítrio do diretor;
- os critérios de promoção de alunos são inadequados e rigorosos;
- porção considerável do pessoal do magistério revelou incompreensão dos objetivos gerais da educação e do ensino primário;
- o serviço de supervisão é insatisfatório;
- a assistência ao escolar é profundamente insatisfatória;
- em grande número de escolas não há biblioteca em funcionamento.

Essas cores sombrias com que se pintou a escola primária baiana algumas vezes são substituídas, com muita felicidade, por competentes e dedicados professores e diretores, que sabem criar em suas escolas o ambiente ideal para o educando, dentro dos princípios pedagógicos atuais e mais fundamentados. Porém essas exceções ainda são bem raras.

*Essa limitação da carga horária, encontrada aliás em todo o país, faz com que o curso primário de nossas escolas corresponda a 2,4 anos de estudo na Suíça e a 3,1 anos nos EEUU, nas escolas de 4 horas e a 1,9 ano na Suíça e a 2,5 anos nos EEUU nas escolas de 3 horas. (Veja-se Pinheiro, Lucia Marques e outros, "Operação Escola: Subsídios para Reformulação do Ensino Primário Brasileiro"; in Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos, v. 50, nº 112, out./dez. 1968, Rio de Janeiro).

5.4. Quanto ao prédio escolar e equipamentos

- grande número de escolas funcionam em prédios inadequados;
- menos de 20% das escolas isoladas e cerca de um quarto dos grupos escolares apresentam estado de conservação satisfatório;
- geralmente os prédios têm instalações deficientes, sem área para recreação e circulação dos alunos;
- grande número de salas de aula são mal iluminadas;
- raras escolas possuem instalação apropriada para o funcionamento da biblioteca e essa, quando existe, é mal organizada e de acervo muito limitado;
- grande escassez de mobiliário para o aluno, havendo numerosas escolas onde ele inexistente;
- grande pobreza de material didático nas escolas;
- porção considerável de alunos não possui material escolar essencial (livro de leitura, lápis, caderno);
- aguda falta de verbas nas escolas oficiais, para o seu asseio e conservação.

5.5. Confronto de resultados da capital e do interior.

De modo geral os resultados da capital e do interior se assemelharam. Os problemas defrontados nas duas áreas foram essencialmente da mesma natureza. Entretanto, notou-se a maior extensão dos problemas no interior, principalmente quanto à habilitação dos professores.

Os aspectos em que os resultados se apresentaram mais distanciados são enumerados em seguida.

ASPECTOS QUE APRESENTARAM RESULTADOS MAIS DIFERENCIADOS NA CAPITAL E NO INTERIOR

5.5.1. Relativo ao inciso 4.1.

CAPITAL

- Menores percentagens de professores recebem salários correspondentes a dois salários mínimos (igualmente na 1ª. sub-região do interior);
- cerca do triplo de pessoal com 20 e mais anos de diplomado;
- percentagem maior ensina em mais de uma escola e em cursos particulares;
- cerca do triplo do pessoal com 20 e mais anos de serviço;
- menor estabilidade na escola;
- percentagem menor pretende manter-se no magistério e percentagem maior pretende ocupações não relacionadas com educação;

INTERIOR

- Menor percentagem média dos dois níveis mais elevados de "status" herdado;
- menor percentagem de professores naturais do município onde lecionam;
- menores percentagens percebem salários de Cr\$100.000,00 e mais;
- na segunda sub-região mais da metade recebe salário inferior a Cr\$20.000,00;
- maior percentual de professores leigos;
- percentagem mais alta sem curso de reciclagem;
- percentagem menor que lê revistas pedagógicas;

CAPITAL

- o dobro pretende mudar de escola.

INTERIOR

- percentagem menor com experiência de trabalho anterior ao exercício do magistério;
- sofre interferência política maior;
- dez vezes maior a percentagem que pretende transferir-se para outra localidade.

5.5.2. Relativo ao inciso 4.2.

CAPITAL

- Percentagem mais elevada de diretores não diplomados (escolas particulares);
- quadro de diretores e supervisores constituído por maior número de professores sem concurso;
- menos frequente a pretensão de fazer novos cursos (diretores e supervisores).

INTERIOR

- Percentagens maiores de diretores e supervisores que jamais fizeram outro curso além do normal;
- menor atualização através da leitura de revistas pedagógicas (diretores e supervisores);
- maior interferência política;
- menor estabilidade dos diretores na escola;
- menor percentagem de supervisores consideram sua ocupação como ideal.

CAPITAL

- Maior percentual de escolas com turnos de menos de 4 horas.

INTERIOR

- Maior proporção de escolas que adotam critérios inadequados para distribuição das turmas de alunos aos professores;
- maior percentagem de escolas com falta de planejamento de curso;
- funcionamento de instituições para-escolares e da "Associação e Pais e Mestres" em menor percentual de escolas;
- insuficiência mais grave dos serviços de supervisão;
- menor assistência ao escolar.

5.5.4. Relativo ao inciso 4.4.

CAPITAL

- Maior percentual de prédios escolares inadequados.

INTERIOR

- Maior percentual de prédios mal conservados;
- maior percentual de classes sem mobiliário para o aluno;
- maior carência de material didático.

B I B L I O G R A F I A

- ABREU, Jayme - Fatores sociais atuantes no currículo da escola secundária brasileira. São Paulo, CRPE "Prof. Queiroz Filho", in: Pesquisa e Planejamento, 8: p. 67-87, dez. 1964.
- ALMEIDA, Rômulo - Programação educacional num país em processo inicial de desenvolvimento. Rio de Janeiro In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 47 (105): 9-54, jan/mar. 1967.
- CROSBY, Muriel - A moderna supervisão do ensino primário; PABAE, 2a. ed. Rio de Janeiro, Livraria Bastos, 1967 293 p. ilustr.
- FERNANDES, Florestan - Educação e sociedade no Brasil. São Paulo, Dominus Editora, 1966, 614 p.
- GOODE, William J. e HATT, Paul K. - Métodos em pesquisa social. 3a. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1969. 488 p. ilustr.
- GOUVEIA, Aparecida Joly - Professores de amanhã. Rio de Janeiro, INEP- CBPE, 1965. 169 p.
- HERNANDEZ SANTIAGO, Ruiz - Organização escolar. México, Editorial Hispano-americana, 1964. v. 1.
- KNELLER, Georg. F. - Introdução à Filosofia da Educação. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966. 167 p.
- LEEDS, Anthony - Fatores culturais em educação: Brasil, Índia, Estados Unidos, União Soviética. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. In: Educação e Ciências Sociais, 10 (20): 9-68, mai./agost. 1962.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom - Organização e Administração Escolar. 2a. ed. - rev. São Paulo, Melhoramentos, 1967. 304 p.
- OLIVEIRA, Irene Estêvão de - O Planejamento didático. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. In: "Currículo"

9 (4) out./dez. 1970.

- OLIVEIRA, Irene Estêvão de - Os objetivos imediatos das atividades docentes e discentes. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. In: "Curriculum", 9 (2) abr./Jun. 1970.
- PEREIRA, Luís - O Professor Primário Metropolitano. Rio de Janeiro, MEC - INEP - CBPE, 1963. 237 p.
- PINHEIRO, Lúcia Marques e PINHEIRO, Maria do Carmo Marques - Prática na formação e no aperfeiçoamento do Magistério Primário. São Paulo, Editora Nacional, 1964. v. 1 ilust.
- PINHEIRO, Lúcia Marques e outros - Operação Escola: subsídios para reformulação do ensino primário brasileiro. Rio de Janeiro. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 50 (112): 270-284, out./dez. 1968.
- RAGAN, William B. Currículo primário moderno, Edição revista. Rio de Janeiro, Globo, 1964. 491 p.
- REIS, Amadice e outros - Introdução à prática de ensino. Rio de Janeiro, Editora Ao Livro Técnico, 1967. 180 p.
- SCHMIDT, Maria Junqueira e PEREIRA E SOUZA, Maria de Lourdes - Orientação educacional. Rio de Janeiro, Agir, 1963. 191 p.
- SILVA, Benedito - O Ano Internacional da Educação. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. In: "Curriculum", 9 (2) abr./jun. 1970.
- SPERB, Dalila C. - Problemas gerais do currículo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. 258 p. ilust.
- STRACK, Erika E. e AGUIAR NETTO, Moysés C. de - Orientação vocacional. São Paulo. In: Educação Hoje (11): 33-39, set. out.
- SUCUPIRA, Newton - Princípios da Educação de Grau Médio na Lei de Diretrizes e Bases. Rio de Janeiro, INEP. In: Separata da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 91, jul./set. 1963.

- TEIXEIRA, Anísio - O Problema na formação do magistério.
Rio de Janeiro, MEC, Conselho Federal de Educação. In:
Documenta, 62: 5-15, nov. 1966.

A P Ê N D I C E

Os quatro questionários são basicamente semelhantes entre si.

O questionário do professor de escola isolada, aqui apresentado, sofreu pequenas adaptações para elaborarem-se os demais.

No questionário do diretor acrescentaram-se questões sobre a gratificação recebida pela função, outros cursos que funcionam no estabelecimento, planejamento das atividades e critérios adotados na distribuição das turmas com os professores, além de pequenas adaptações nas questões sobre aspirações dos informantes e problemas defrontados na função.

No questionário do professor de grupo escolar foram excluídas as questões relativas ao prédio escolar e critérios de organização das classes, uma vez que o diretor informou o necessário sobre o assunto.

No questionário dos supervisores (delegados escolares, inspetores de ensino e professores primários designados para a função) foram excluídas todas as questões sobre prédio escolar, critério de organização das classes e feitas adaptações nas questões relativas às aspirações do informante e problemas por ele defrontados.

Constataram-se algumas falhas na forma dos questionários, quase todos superadas através de instruções especiais aos coletores de dados e auxiliares de pesquisa.

Algumas questões não foram apuradas, por motivo de grande número de omissões nas respostas.

Ministério da Educação e Cultura
CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DA BAHIA - INEP
Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

ESTADO DA BAHIA

1965

PROJETO Nº

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR DE ESCOLA ISOLADA

Q.P.E.I. nº _____
(não preencher)

O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DA BAHIA pretende, ao realizar esta pesquisa, obter dados que possam fundamentar as reformas reclamadas pelo sistema de ensino primário deste Estado. Com esse objetivo, vem pedir, e desde já agradece, sua colaboração, imprescindível para o êxito deste trabalho.

Nome da Escola: _____

Enderêço: _____ / _____ / _____
(rua, nº) (bairro) (localidade)

Município _____ Distrito _____

Nome do professor _____

Enderêço: _____ / _____ / _____
(rua, nº) (bairro) (localidade)

Data de preenchimento _____ / _____ / _____
(dia) (mês) (ano)

ASSINALE O QUE CONVIER OU RESPONDA

1. Essa Escola é

- municipal ()
- estadual ()
- federal ()
- particular religiosa ()
- particular leiga ()
- Outro tipo () Qual? _____

2. Data de criação da escola _____ / _____ / _____
(dia) (mês) (ano)

3. O prédio em que a escola está instalada é alugado?

- sim ()
- não ()

4. No caso de resposta afirmativa, indique o valor do aluguel.
Cr\$ _____

5. Se o prédio não é alugado, indique o proprietário.

- governo municipal ()
- governo estadual ()
- governo federal ()
- o diretor ()
- sociedade particular (religiosa ou leiga) ()

6. O prédio foi construído

- especialmente para escola ()
- para outro fim e depois adaptado para escola ()
- para outro fim e não se fez obra de adaptação ()

7. O estado de conservação do prédio é

- ótimo ()
- bom ()
- regular ()
- péssimo ()

8. A iluminação é satisfatória

- em todas as salas de aula ()
- em _____ salas de aula ()
- Não é satisfatória em nenhuma sala de aula ()

9. Há na escola um espaço reservado para recreio dos alunos?
- sim () - não ()

No caso de resposta afirmativa, essa área é

10. - livre () 11. - coberta ()

12. Há na Escola outras áreas para prática de esporte?
- não () - sim () Quais? _____

13. Há quadro negro na sua sala de aula?
- sim () - não ()

14. O quadro negro é utilizado?
- sim () - não ()

15. No caso de resposta negativa, por que? _____

16. Há carteiras

- para todos os alunos ()
- para alguns alunos ()
- Não há carteiras ()

A Escola dispõe, para auxílio do ensino, de

17. - mapas ()
18. - globos ()
19. - ábacos ()
20. - sólidos geométricos ()
21. - gravuras ()
22. - jogos ()
23. - Outros tipos de material () Quais? _____

Esse material foi fornecido por

24. - governo ()
25. - sociedades beneficentes ()
26. - moradores do local ()
27. - professores ()
28. - pais ()
29. - beneméritos, não do local ()
30. - Outros () Quem? _____

31. O material foi adquirido pelo proprietário da Escola ()

32. O estabelecimento não dispõe de material escolar ()

EM SUA CLASSE	P O S S U E (M)			
	(33) Cadernos	(34) Lápis	(35) Livros de Leitura	(36) Outros Livros
Todos os alunos				
Muitos alunos				
Poucos alunos				
Nenhum aluno				

37. O curso primário dessa escola funciona em

- 1 turno ()

- 2 turnos ()

- 3 turnos ()

38. Número de horas de funcionamento do

- 1º turno _____ horas

- 2º turno _____ horas

- 3º turno _____ horas

39. Em quantas salas de aula funciona o curso primário? _____

40. Matrícula

1 9 6 4						
Série Escolar	Matrícula inicial			Matrícula em outubro		
	M	F	T	M	F	T
1a.						
2a.						
3a.						
4a.						
5a.						
TOTAL						

41. Matrícula

1 9 6 5						
Série Escolar	Matrícula inicial			Matrícula em outubro		
	M	F	T	M	F	T
1a.						
2a.						
3a.						
4a.						
5a.						
6a.						
TOTAL						

42. Aprovação e reprovação

1 9 6 4						
Série Escolar	Número de aprovados			Número de reprovados		
	M	F	T	M	F	T
1a.						
2a.						
3a.						
4a.						
5a.						
TOTAL						

43. V. julga importante tudo o que V. ensina a seus alunos e
tôdas as atividades realizadas em sua classe?

- sim ()

- não ()

44. Em caso negativo, o que lhe parece sem importância?

45. Enumere o que lhe parece mais importante

- 1º lugar _____
- 2º lugar _____
- 3º lugar _____
- Também são importantes _____
- _____
- _____

46. Indique a(s) classe(s) em que V. leciona nessa escola, assinalando com um "X" a(s) respectiva(s) coluna(s).

	C L A S S E S					
Curso Infantil Pré-Primário	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano

47. Cite os aspectos particulares de cada disciplina que mais frequentemente os alunos têm dificuldade em aprender

48. Cite os aspectos particulares de cada disciplina em que V. sente maior dificuldade de ensinar _____

49. Se V. leciona em uma classe em que há alunos de vários anos escolares, acha que essa situação

- em nada prejudica o ensino ()
- prejudica um pouco o ensino ()
- prejudica o ensino fortemente ()

50. Além do que se determina no programa oficial, que mais V. acharia interessante que a escola ensinasse a seus alunos? _____

51. De que depende, em sua opinião, o êxito das atividades do professor? _____

Quais das atividades abaixo enumeradas, estão funcionando, no ano corrente, nessa Escola?

52. Cooperativa ()
 53. Jornal ou revista ()
 54. Clube esportivo ()
 55. Escoteirismo ()
 56. Clube de leitura ()
 57. Clube de ciências ()
 58. Atividades agrícolas ()
 59. Museu
 60. Reuniões de pais e mestres () 61. Quantas já houve êste ano? _____ 62. Quais os assuntos tratados nessas reuniões? _____

63. Sua sala de aula tem biblioteca?

- não () - sim () 64. Nº de volumes _____

65. A biblioteca é

- fixa ()

- circulante ()

66. Indique quais são, por ordem de importância, em sua opinião, os objetivos da escola primária _____

67. V. acha que está alcançando êsses objetivos em sua classe?

- sim ()

- em parte ()

- não ()

68. Se V. acha que sua classe não está alcançando integralmente êsses objetivos, a que razões atribui o fato?

69. V. acha os critérios adotados nas escolas primárias para promoção dos alunos

- muito bons ()

- bons, com restrições () 70. Que restrições V. faz?

- precários () Convinha proceder-se assim:

71. V. acha que precisa haver uma reforma no ensino primário?

- sim () - não ()

72. No caso de resposta afirmativa, que sugestões V. oferece para essa reforma?

Quantas vezes sua classe foi visitada êste ano

73. pelo Supervisor de Ensino _____

74. pelo Delegado Escolar _____

75. pelo Inspetor de Ensino _____

76. V. recebeu (ou recebe) orientação pedagógica?

- sim () - não ()

77. Dada por quem? _____

78. V. achou (ou acha) eficiente a orientação pedagógica que lhe foi (ou é) dada?

- sim () - não () Por que? _____

79. A Escola recebe (ou recebeu) ajuda de pessoas da comunidade

- para assistir aos alunos de poucos recursos financeiros (mediante quermesses, doações etc.) ()

- para restaurar ou ampliar as instalações de prédio escolar ()

- na preparação de festas escolares ()

- para outros fins () Quais? _____

80. Houve festas ou reuniões nessa Escola, no ano corrente?

- sim () - não ()

81. Por que motivos? _____

82. As famílias dos alunos foram convidadas a comparecer a essas festas ou reuniões

- sim () - não ()

83. Compareceram em número expressivo? _____

84. As autoridades locais também foram convidadas para esses atos? - sim () - não ()

85. Compareceram em número expressivo? _____

86. A Escola solicita entendimentos com os responsáveis pelos alunos

- frequentemente ()

- raramente ()

- nunca ()

87. Em caso afirmativo, que razões, ou pretextos, têm motivado essas solicitações _____

(cite exemplos)

88. Os pais dos alunos costumam vir espontaneamente à Escola?

- sim () - não ()

89. Em caso afirmativo, por que motivos? _____

90. V. visitou as famílias de seus alunos este ano?

- sim () - não () 91. Quantas? _____

92. Em caso afirmativo, quantas famílias já visitou? _____

93. V. acha que a opinião das famílias dos alunos sobre questões como programas e métodos de ensino, punição de alunos, horário de funcionamento escolar, merenda, etc. deve ser levada em consideração?

- sim () - não () 94. Por que? _____

95. V. já pediu colaboração à comunidade para a realização de seu trabalho?

- sim () - não ()

96. No caso de resposta afirmativa, que espécie de colaboração V. recebeu? _____

97. Com quantas famílias de alunos V. já teve contacto este ano? _____

Assistência prestada ao escolar

Essa Escola	PRESTANDO AS-SISTÊNCIA		FORNECENDO		
	(98) médica	(99) dentária	(100) merenda	(101) mat. didático	(102) fardamento
ajuda a todos os alunos					
ajuda aos alunos que têm poucos recursos financeiros					
não ajuda aos alunos					

103. Sexo do informante

- masculino () - feminino ()

104. Data de nascimento _____/_____/_____
(dia) (mês) (ano)

105. Local de nascimento _____
(Município) (Estado)

106. Estado civil

- solteiro ()
- casado ()
- viúvo ()
- desquitado ou separado ()

107. V. tem filhos?

- sim () - não ()

108. Quantos? _____

(Atenção! Ao informar a ocupação dos seus familiares, explique a natureza do trabalho deles. Por exemplo: Funcionário-escriturário. Comerciante-balconista).

109. Se V. fôr ou tiver sido casado(a) qual é (ou era) a principal ocupação de seu esposo(a)? Se ele(a) já estiver aposentado(a) ou não fôr vivo(a), qual foi a última ocupação dele(a)? _____

110. Nessa ocupação ele(ela)

- é (ou era) empregado(a) ()
- é (ou era) funcionário(a) público(a) ()
- trabalha (ou trabalhou) por conta própria, sem empregados ()
- tem (ou tinha) quantos auxiliares? _____

111. Atualmente qual é a principal ocupação do seu pai? _____

112. Qual era a principal ocupação do seu pai quando V. começou a lecionar em escola primária? _____

113. Caso seu pai já houvesse falecido ou se aposentado quando V. começou a lecionar em escola primária, qual foi a última ocupação dele?

114. Nessa ocupação ele

- era empregado ()
- era funcionário público ()
- trabalhava por conta própria com empregados () Quantos? _____
- trabalhava por conta própria, sem empregados ()

115. Sua progenitora tem (ou teve) alguma ocupação remunerada? - sim () - não ()

116. Qual? _____

117. Nessa Escola V. é professor

- efetivo ()
- substituto ()
- interino ()
- instrutor ()
- contratado ()
- requisitado ()

118. V. pretende transferir-se?

- sim ()
- não ()

119. Por que? _____

120. V. fez o curso normal completo?

- sim ()
- não ()

121. Por qual Escola V. se diplomou como professor(a) primário(a)?

_____/_____/_____
(nome da escola) (município) (Estado)

122. Em que ano V. se diplomou nessa Escola? _____

123. Cursos completos que V. fêz e estágios realizados.
Após o nome (1a. coluna) escreva E se fôr estágio e C se fôr curso.

Nome do curso ou estágio	Local	Escola ou Instituição	Período de duração

124. Concursos a que V. se submeteu

Cargo pretendido	Data	Localidade

125. Em que ano V. começou a lecionar em escola primária?

126. Desde quando V. é professor dessa Escola? ____ / ____ / ____
dia mês ano

127. Quantas horas de aula V. dá por dia nessa Escola? ____

V. já exerceu algumas dessas funções?

128. Diretor ()
129. Vice-Diretor ()
130. Secretário de escola ()
131. Orientador ()
132. Delegado escolar ()
133. Inspetor de ensino ()
134. Supervisor ()
135. Regente de classe em escola rural ()
136. Regente de classe em grupo escolar ()
137. Outras () Quais? _____

138. No caso de alguma(s) resposta(s) afirmativa(s), por que V. deixou de exercê-las? _____

139. Que tipo de leitura V. prefere? _____

140. V. costuma ler revistas pedagógicas?

- sim ()

- não ()

Quais? _____

141. V. gostaria de frequentar algum curso?

- sim ()

- não ()

142. Qual? _____

143. Por que V. gostaria de fazer êsse curso? _____

144. Se V. pudesse praticamente reiniciar a vida e tivesse inteira liberdade de decidir-se, que ocupação escolheria? _____

145. Por que a escolheria? _____

146. V. ensina em outra(s) escola(s)

- sim () - não ()

Em caso afirmativo, indique se a(s) escola(s) é(são)

147. primária municipal ()

148. primária estadual ()

149. primária particular ()

150. curso de admissão ()

151. secundária ()

152. normal ()

153. outra () Qual? _____

154. V. costuma dar cursos particulares?

- sim () - não ()

No caso de resposta afirmativa, êsses cursos são de

155. repetição do curso primário ()

156. repetição do curso secundário ()

157. preparo para o exame de admissão ()

158. línguas ()

159. outros () Quais? _____

160. Ainda no caso de resposta afirmativa, V. dá cursos particulares

- durante todo o ano ()

- nas férias ()

- ocasionalmente ()

161. Ao todo, quantas horas semanais de aula V. dá? _____

162. V. pretende

- lecionar em curso secundário ()

- lecionar em curso normal ()

- continuar como professor primário ()

- ser Diretor de Escola Primária ()

- ser Inspetor de Ensino ()

- ser Delegado Escolar ()

- ser Supervisor de Ensino ()

- ser Orientador de Ensino ()

Outras pretensões profissionais () Quais? _____

163. Qual o salário mensal que V. percebe como professor dessa Escola? Cr\$ _____

164. Quanto V. ganha por mês com alunos particulares e em outras escolas? Cr\$ _____

165. V. tem outras fontes de renda, além do que recebe como professor? (inclua mesada, pensões, aluguéis de casa, etc.) - sim () - não ()

166. Essa renda é de Cr\$ _____

167. Em que V. aplica sua renda? (incluindo vencimentos)

168. V. acharia justo que a remuneração do professor fôsse quantas vezes o salário mínimo? _____

169. Quais os problemas mais graves que V. encontrou na regência da classe? _____

170. Quanto à eficiência, V. julga seu trabalho

- ótimo ()

- bom em parte () Para melhorá-lo seria preciso

- Não está satisfeito com a sua qualidade ()

Por que? _____

V. acha que o magistério primário é profissão adequada para

171. a mulher ()

172. o homem ()

173. Se houver mais alguma informação interessante a prestar sobre essa Escola, ou se V. quiser fazer algum comentário ou oferecer sugestões sobre a educação em geral, o ensino primário ou este questionário, utilize esta página e o verso.

Impresso nas Oficinas do Centro Audio-
visual da Bahia - CRPE - INEP - Estra-
da de São Lázaro, 197 - Federação.

Salvador - Bahia - Brasil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DA BAHIA

Estrada de São Lázaro, 197 (Federação)
Salvador - Bahia - Brasil